

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ALESSANDRA JULIANA CAUMO**

**DINÂMICA RECENTE DAS OCUPAÇÕES DAS MULHERES RURAIS NO BRASIL  
E NAS GRANDES REGIÕES: UMA ANÁLISE COM DADOS DAS PNADS**

**PORTO ALEGRE**

**2022**

**ALESSANDRA JULIANA CAUMO**

**DINÂMICA RECENTE DAS OCUPAÇÕES DAS MULHERES RURAIS NO BRASIL  
E NAS GRANDES REGIÕES: UMA ANÁLISE COM DADOS DAS PNADS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Coorientadora: Profa. Dra. Daniela Dias Kühn

**PORTO ALEGRE**

**2022**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Caumo, Alessandra Juliana  
Dinâmica recente das ocupações das mulheres rurais  
no Brasil e nas grandes regiões : uma análise com  
dados das PNADS / Alessandra Juliana Caumo. -- 2022.  
195 f.  
Orientador: Paulo Dabdab Waquil.

Coorientadora: Daniela Dias Kühn.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Ocupação das mulheres. 2. Divisão sexual do  
trabalho. 3. PNAD. 4. Desenvolvimento rural. I.  
Waquil, Paulo Dabdab, orient. II. Kühn, Daniela Dias,  
coorient. III. Título.

**ALESSANDRA JULIANA CAUMO**

**DINÂMICA RECENTE DAS OCUPAÇÕES DAS MULHERES RURAIS NO BRASIL  
E NAS GRANDES REGIÕES: UMA ANÁLISE COM DADOS DAS PNADS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil - Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Daniela Dias Kühn – Coorientadora  
UFRGS

---

Profa. Dra. Flávia Charão Marques  
UFRGS

---

Profa. Dra. Janice Dornelles de Castro  
UFRGS

---

Profa. Dra. Ana Monteiro Costa  
UFPE

À Alice, por me ensinar o amor incondicional.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho. Este trabalho foi feito ao longo de alguns anos, não somente de pesquisa, mas também de convivência, aprendizado, amizade e acolhimento que o PGDR me proporcionou.

Agradeço à minha mãe, Laci, pelos ensinamentos, sabedoria, pelas orações, que me ajudaram nesta caminhada. Agradeço ao meu pai, Ivo, que não está mais presente há muitos anos desde sua partida, pelo pouco tempo de convívio, mas que resultaram em alguns ensinamentos sobre a importância dos estudos, que infelizmente, não teve acesso ou oportunidade. Também quero agradecer às minhas irmãs, Loici, Lorena e Ezelda, pelo apoio. Aos meus sobrinhos Lucas e João Pedro.

Ao Valter, meu marido, que foi o meu maior incentivador durante toda minha trajetória. Obrigada por acreditar e estar do meu lado.

À Alice que me iluminou, me deu forças e incentivo para chegar até aqui na conclusão deste trabalho, que me ensinou o amor mais lindo e me proporcionou ser mãe!

Agradeço ao PGDR, não somente ter sido aceita a minha entrada na turma de 2014 do doutorado, mas também pelo acolhimento que recebi, quando precisei. Neste sentido, ressalto meu agradecimento a COMPG por ter aceito meu pedido de reingresso, para que eu conseguisse concluir minha tese. Muito Obrigada!

Meu agradecimento a todos os colaboradores, professores e funcionários do PGDR, em especial, a Danielle Finamor que foi impecável no suporte fornecido para o meu retorno para a conclusão desta tese.

Ao meu orientador professor Paulo Waquil, por ter me acolhido quando precisei, obrigada por ter acreditado em mim, pelas sábias orientações e condução de todo esse processo de forma empática e generosa. À coorientadora professora Daniela Kühn que foi também uma grande incentivadora, por todo acolhimento e generosidade. Obrigada pelos ensinamentos!

Aos colegas do PGDR (mestrado e doutorado), pelo convívio e amizade: Hythakar Secco de Oliveira, Conceição Coutinho Melo, Luciana Siqueira e ao Eduardo Sanguinet. Agradeço, em especial, à colega e amiga Nadir Paula da Rosa, que, por incontáveis vezes, me incentivou neste término.

Agradeço a minha amiga, Francine Grings que dividiu alguns anos de moradia em Porto Alegre.

Quero também agradecer ao Professor Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto por ter me incentivado e ajudado a seguir na carreira acadêmica desde da minha graduação e mestrado, além de ter sido o que me apresentou as pesquisas direcionadas aos estudos relacionados as mulheres.

À minha amiga, Edinéia Souza que me ajudou no processo de aprendizado do uso do SPSS e das PNADs, dividiu seu conhecimento inúmeras vezes, sempre com muita atenção e cuidado.

Agradeço aos amigos Annamaria, Tony e Jaiver pela amizade construída ao longo destes anos em São Luís.

Obrigada à minha terapeuta Ludimila, por ter me acolhido com muito profissionalismo e dedicação, que me conduziu em todo meu processo desta tese.

O apoio recebido da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cujos recursos tornaram possíveis a dedicação ao curso de doutorado, até a minha entrada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 2017.

À banca de defesa da tese por aceitarem o convite para realizar o debate acerca das ocupações das mulheres no meio rural. Muito obrigada, Dra. Flávia Charão Marques, Dra. Janice Dornelles de Castro e a Dra. Ana Monteiro Costa.

Agradeço a Deus por tudo o que ele me concede...

## RESUMO

As ocupações das mulheres do meio rural do Brasil vêm passando por transformações ao longo tempo, como a maior procura por ocupações nas atividades não agrícolas. O trabalho que as mulheres executam nas propriedades rurais muitas vezes é colocado como invisível, ou ainda, como trabalho não remunerado ou de autoconsumo, por não gerar valores monetários diretos na renda da família, sendo atribuído como um trabalho reprodutivo e não como trabalho produtivo. Desta forma, seu trabalho não têm o mesmo reconhecimento que o atribuído aos homens, já que são trabalhos que envolvem os cuidados com a família. Diante disso, o objetivo desta tese é analisar a dinâmica das ocupações das mulheres rurais, as diferenças e/ou semelhanças entre as ocupações e a divisão social das mulheres no meio rural do Brasil e das macrorregiões do país. Para isso, utiliza-se algumas variáveis da divisão sexual do trabalho disponibilizadas pela PNAD, nos anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012. A análise inicialmente consiste em um levantamento das características das mulheres e homens ocupados no meio rural ao longo do tempo, a caracterização das horas trabalhadas no trabalho principal e as horas gastas nos afazeres domésticos. Posteriormente, procede-se a análise das ocupações das mulheres nos diferentes ramos de atividades. Pode-se concluir com este estudo, que está ocorrendo a masculinização do campo, além do envelhecimento da população rural e a diminuição da população jovem do campo, em especial das mulheres. Além disso, outra constatação foi que as mulheres ocupadas no meio rural estão cada vez mais buscando novas atividades não agrícolas e diminuindo sua participação nas atividades agrícolas. Em termos gerais, as mulheres ocupadas apresentam aumento das suas frequências em anos mais elevados de estudo ao longo do tempo em todos os ramos de atividades. Desta forma, observa-se que houveram modificações nas ocupações das mulheres ocupadas no meio rural, enquanto, nos afazeres domésticos permaneceu a responsabilidade das mulheres e também a configuração da dupla jornada de trabalho, já que as horas gastas nas atividades dos afazeres domésticos são cumulativas com o trabalho em outras ocupações.

**Palavras-chave:** Ocupações das mulheres. Divisão sexual do trabalho. PNAD.

## ABSTRACT

The work traditionally carried out by women in farms is often made invisible for being related to production for self-consumption – reason why it is classified as reproductive labor –, and, as a consequence, for having no monetary value. Thus, the work historically understood as women's work is not as recognized as the work which is also historically associated to men. However, female employment in rural areas in Brazil has been going through changes, such as the fact that they have been looking for jobs in the non-farm sector. Thus, this dissertation aims to analyze the dynamics of rural women's employment, the differences and/or similarities among the jobs, and the social division of women in the rural area in Brazil as well as in the macroregions of the country. For that purpose, variables of the sexual division of labor provided by PNAD in 1992, 1999, 2002, 2009 and 2012 were used. Initially, the analysis consists of 1) a survey of the characteristics of women and men employed in the rural area throughout time; and 2) a description of both hours used for the main occupation and the hours used for the domestic labor. Subsequently, the analysis focused exclusively on the women's occupations according to the activity sectors. Based on this research, one can come to the conclusion that Brazilian rural areas have been going through three different phenomena: the masculinization and the aging of its population, and the shrinking of young population, specially of the female one. Moreover, it was also found that women employed in rural areas have been increasingly looking for new off-farm activities and decreasing their participation in the farm ones. Generally, throughout the time, employed women have been gradually more frequent in the more educated categories in all activity sectors. Therefore, one can observe that, although there have been changes in the employment of women employed in rural areas, household chores have been kept under their responsibility, what configures double burden, since the domestic labor and the tasks from other occupations are simply accumulated.

**Keywords:** Women's occupation. Sexual division of labor. PNAD.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Comunidades de Eclesiais de Base
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GED	Gênero e Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MCD	Mulheres, Cultura e Desenvolvimento
MED	Mulheres e Desenvolvimento
MND	Mulheres no Desenvolvimento
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ONG	Organização Não Governamental
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição dos filtros utilizados na seleção dos dados utilizados na pesquisa.....	52
Tabela 2 – Composição dos indicadores sociais entre homens e mulheres e os ramos e grupamentos de atividades.....	53
Tabela 3 – Percentual da população rural ocupada no Brasil em períodos.....	58
Tabela 4 – Percentual da população rural ocupada por regiões nos anos de 1992 e 2012.....	58
Tabela 5 - Percentual da faixa etária para homens e mulheres ocupadas no meio rural do Brasil.....	60
Tabela 6 – Distribuição percentual das faixas etárias entre homens e mulheres no meio rural nas grandes regiões.....	61
Tabela 7 – Distribuição percentual de pessoas ocupadas no meio rural por cor ou raça no Brasil.....	64
Tabela 8 – Distribuição percentual entre homens e mulheres ocupadas no meio rural por cor ou raças nas grandes regiões.....	65
Tabela 9 – Distribuição percentual por anos de estudos para pessoas ocupadas no meio rural do Brasil.....	67
Tabela 10 – Distribuição percentual por anos de estudo no meio rural nas grandes regiões do Brasil.....	68
Tabela 11 – Distribuição percentual das horas trabalhadas por homens e mulheres ocupadas no meio rural do Brasil por gênero no Brasil.....	71
Tabela 12 – Distribuição percentual das horas trabalhadas por homens e mulheres ocupadas no meio rural das grandes regiões do Brasil.....	73
Tabela 13 – Distribuição percentual dos afazeres domésticos por homens e mulheres ocupadas no meio rural do Brasil.....	75
Tabela 14 – Distribuição percentual dos afazeres domésticos entre homens e mulheres no meio rural nas grandes regiões do Brasil.....	76
Tabela 15 – Distribuição percentual das horas gastas nos afazeres domésticos entre homens e mulheres no meio rural do Brasil.....	78
Tabela 16 – Distribuição percentual das horas gastas nos afazeres domésticos para homens e mulheres ocupadas no meio rural das grandes regiões do Brasil.....	79
Tabela 17 – Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no meio rural para o período de 1992 e 1999, no Brasil.....	83

Tabela 18 – Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no meio rural no período de 2002, 2009 e 2012, no Brasil.....	84
Tabela 19 – Percentual da escolaridade das mulheres ocupadas no meio rural para os anos de 1992 e 1999, no Brasil.....	86
Tabela 20 – Percentual da escolaridade das mulheres ocupadas no meio rural para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil.....	89
Tabela 21 –Percentual da faixa etária das mulheres ocupadas no meio rural para os anos de 1992 e 1999, no Brasil.....	94
Tabela 22 – Percentual da faixa etária das mulheres ocupadas no meio rural para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil.....	96
Tabela 23– Percentual das horas trabalhadas por mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 1992 e 1999, no Brasil.....	98
Tabela 24 – Percentual das horas trabalhadas por mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil.....	100
Tabela 25 – Percentual dos afazeres domésticos das mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 1992 e 1999, no Brasil.....	105
Tabela 26 – Percentual dos afazeres domésticos das mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil.....	106
Tabela 27 – Percentual das horas gastas nos afazeres domésticos das mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil.....	110
Tabela 28 – Percentual do tipo de famílias para as mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 1992 e 1999, no Brasil.....	114
Tabela 29 – Percentual do tipo de famílias para as mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil.....	116

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	22
1.2	OBJETIVO GERAL.....	25
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>25</b>
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	26
<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E TRABALHO NA PESQUISA SOBRE MULHERES RURAIS .....</b>	<b>28</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO E GÊNERO.....	28
<b>2.1.1</b>	<b>Desenvolvimento rural e gênero .....</b>	<b>33</b>
2.2	DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO.....	38
<b>2.2.1</b>	<b>A divisão sexual e social do trabalho para as mulheres rurais e a autonomia como meio de desenvolvimento .....</b>	<b>44</b>
<b>2.2.2</b>	<b>O não reconhecimento do trabalho das mulheres no meio rural e a busca pelas atividades não agrícolas .....</b>	<b>47</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>51</b>
3.1	FONTE DE DADOS .....	51
<b>4</b>	<b>ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE HOMENS E MULHERES NO BRASIL E REGIÕES .....</b>	<b>59</b>
4.1	A CARACTERIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES NO MEIO RURAL PELA DIVISÃO SEXUAL.....	59
4.2	A COMPOSIÇÃO DA FAIXA ETÁRIA ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADOS NO MEIO RURAL.....	62
4.3	A CATEGORIA COR OU RAÇA PARA HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E AS GRANDES REGIÕES.....	65
4.4	OS ANOS DE ESTUDOS PARA HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES.....	68
4.5	A CARGA HORÁRIA TRABALHADA ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES.....	73
4.6	OS AFAZERES DOMÉSTICOS ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES.....	77

4.7	A CARGA HORÁRIA TRABALHADA NOS AFAZERES DOMÉSTICOS ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES.....	80
<b>5</b>	<b>OS RAMOS DE ATIVIDADES PARA AS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS REGIÕES.....</b>	<b>85</b>
5.1	A DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS NOS RAMOS DE ATIVIDADES.....	85
5.2	A ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL POR RAMOS DE ATIVIDADES.....	87
5.3	AS FAIXAS ETÁRIAS DAS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NOS RAMOS DE ATIVIDADES.....	94
5.4	AS HORAS TRABALHADAS PELAS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NOS RAMOS DE ATIVIDADES.....	99
5.5	OS AFAZERES DOMÉSTICOS PARA AS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NOS RAMOS DE ATIVIDADES.....	106
5.6	AS HORAS GASTAS NOS AFAZERES DOMÉSTICOS PARA AS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NOS RAMOS DE ATIVIDADES.....	111
5.7	O TIPO DE FAMÍLIA PARA AS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL PARA OS RAMOS DE ATIVIDADES.....	115
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>121</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>
	<b>APÊNDICE A – TABELAS DOS RESULTADOS ENTRE HOMENS E MULHERES NAS REGIÕES.....</b>	<b>139</b>
	<b>APÊNDICE B – TABELAS DOS RESULTADOS AS OCUPAÇÕES DAS MULHERES RURAIS NAS REGIÕES DO BRASIL.....</b>	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos já realizados sobre as ocupações das mulheres no meio rural, na maioria das vezes, analisaram esse objeto sob a perspectiva do trabalho reprodutivo e do trabalho produtivo. O trabalho reprodutivo, que diz respeito a atividades como os cuidados com a família no espaço privado, de forma geral e historicamente sob responsabilidade das mulheres, que o executa quase sempre sem nenhuma forma de remuneração. O trabalho produtivo, por sua vez, refere-se ao trabalho remunerado e é destinado, principalmente, aos homens. Essas diferenças de funções familiares e laborais entre homens e mulheres, tanto no meio rural quanto nas áreas urbanas, têm se modificado ao longo das últimas décadas.

As mulheres vêm conquistando maiores espaços nas propriedades rurais, como o reconhecimento da profissão de agricultora e do fato de que mulheres ocupam cargos de chefia de famílias e de estabelecimentos agrícolas (DEERE, 2004; HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Essas conquistas resultam de ações do movimento feminista, dos estudos relacionados ao desenvolvimento sob o recorte de gênero e, recentemente, da discussão sobre a participação das mulheres rurais no processo do desenvolvimento rural.

O movimento feminista surgiu no final do século XVIII e início do século XIX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos (COSTA; SARDENBERG, 2008). Para Bandeira e Melo (2010, p. 8), “o movimento feminista nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação”. Além disso, a história do movimento feminista foi marcada por tendências ou “ondas”, que em alguns momentos históricos foram observados por uma sequência de movimentos e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações. A “primeira onda” foi desencadeada pelo movimento sufragista, que lutava pelo direito feminino ao voto. A “segunda onda”, que começa nos Estados Unidos na década de 1960 e repercute no Brasil na década de 1970, caracterizou-se pela crítica radical, teórica e prática aos modelos de mulher e de família então vigentes. E a “terceira onda”, que floresce nos anos 1990, evidenciou as “novas” mulheres: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras (RABAY; CARVALHO, 2011).

No Brasil, o movimento feminista foi marcado pelo contexto político de autoritarismo propiciado pela ditadura militar instaurada no país no ano de 1964 (SARTI, 2001). As repressões militares da época foram um dos fatores que motivaram o início do

movimento feminista brasileiro. Este surgiu a partir da década de 1970<sup>1</sup>, aliando-se a outros movimentos na luta pelo retorno da democracia, mas também se organizou, principalmente em São Paulo, para reivindicar ao Estado o atendimento das necessidades básicas das mulheres. As mulheres de periferia, por meio das comunidades da Igreja Católica, reivindicavam creches, melhores salários e menor custo de vida, e uniram-se contra a carestia. A prática desse movimento social se intensificou, no final dos anos de 1980 e no decorrer dos anos 1990, com novas formas de atuação e de inserção na sociedade (SILVA, 2000).

Segundo Aguiar (2015), no que diz respeito à organização das mulheres rurais, destacaram-se a participação da Igreja – por intermédio das Comunidades de Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais –, as novas formas sindicais e de oposição sindical, e a atuação do movimento feminista. A Igreja, as CEBs e o trabalho pastoral constituíram a base da mobilização das mulheres rurais na abertura política e na transição democrática, levando-as a questionarem a sua condição social e também a organizar os primeiros grupos de mulheres. (AGUIAR, 2015; DEERE, 2004). Essa atuação da Igreja na formação de lideranças garantiu às mulheres rurais uma conscientização, pois estas sofriam as desigualdades cotidianas e a precariedade em relação à saúde e educação (SCHAAF, 2001). Mas segundo Aguiar (2015) esses grupos pastorais não incluíam direitos e igualdades das mulheres. A consequência de não considerar estes dois pontos, de direitos e igualdade, corrobora para permanência das desigualdades de gêneros com as estruturas sociais delimitadas pela posição do gênero, não reivindicando realmente a participação da mulher em uma construção de sociedade justa e igualitária.

As principais pautas de reivindicação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais estavam no reconhecimento da profissão de agricultora, tendo como objetivo romper a invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura. Ademais, as reivindicações visavam os direitos sociais, especialmente os direitos à aposentadoria, ao salário maternidade e à sindicalização e as questões relacionadas com a saúde da mulher. Cabe ressaltar ainda que o movimento reclamava também o acesso à terra, no sentido de defender a reforma agrária, mas especificando “reivindicações específicas de gênero, como titulação da terra em nome do casal (conjunta com marido e/ou companheiro) ou em nome da mulher chefe de família,

---

<sup>1</sup> O reconhecimento oficial feito pela ONU (Organizações das Nações Unidas) da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de um movimento social, instituindo em 1975 o Dia Internacional da Mulher, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como por exemplo, o Brasil Mulher, o Nós Mulheres e o Movimento pela Anistia (SARTI, 2001).

direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 7).

O que se observa desde a década de 1960 é que o sistema agropecuário vem se transformando por um processo de modernização e industrialização, tornando a estrutura produtiva mais complexa. Neste processo de transformação do meio rural, redefiniram-se as relações sociais e produtivas. Desde então, o que se observa é que nas últimas décadas houve transformações na sociedade brasileira relativas à inserção crescente das mulheres no trabalho e nos espaços de poder. Para Melo (2015), isso se deve ao avanço da industrialização, que transformou a estrutura produtiva e deu continuidade ao processo de urbanização, o que proporcionou o aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho de maior prestígio na sociedade. Entretanto, estas mulheres não quebraram a interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que, para o sexo feminino, se fundem numa mesma dinâmica. Isso, somado ao fato de que as mulheres não ganham o mesmo salário dos homens para executar o mesmo trabalho, denuncia a invisibilidade do trabalho feminino e das desigualdades que caracterizam sua inserção no mercado (MELO, 2015).

No meio rural, os movimentos sociais têm conseguido avanços no reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, representando conquistas dos movimentos sociais no campo. Para Heredia e Cintrão (2006), este movimento no Brasil é relativamente recente, mas é possível observar sua evolução. As primeiras organizações específicas de mulheres rurais iniciaram-se nos anos de 1980, estimuladas, principalmente, pela igreja católica, movimento sindical e partidos políticos, com maior representatividade no Sul do país (no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina), e no Nordeste (Pernambuco e Paraíba) do Brasil.

Os estudos relacionados ao desenvolvimento inicialmente provocado pelo pós-Segunda Guerra Mundial, em 1945, e também pela criação das Organização das Nações Unidas (ONU) neste mesmo período, intensificaram os estudos e os debates sobre o conceito e também os meios para conquistar o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002). Para Souza (1993), existem duas correntes no pensamento econômico sobre o conceito de desenvolvimento: a primeira em que o crescimento econômico é visto como sinônimo de desenvolvimento, e a segunda, em que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é a única condição.

A discussão em relação ao conceito de desenvolvimento se dava apenas pela dimensão econômica que envolvia os elementos de crescimento da renda e produção. Os países necessitavam de mudanças capazes de caracterizar o processo de desenvolvimento no

período pós-guerra. Os indicadores de crescimento, como o caso do Produto Interno Bruto (PIB) já não eram mais suficientes para a complexidade da identificação deste processo (SACHS, 2005). Segundo Ignacy Sachs (2005), o desenvolvimento transformou-se em um conceito pluridimensional, que considera, além da dimensão econômica, as dimensões social, política, cultural e ambiental.

Para pensar ou construir formas de desenvolvimento, se faz necessário definir as diversas condições em que ele pode se dar, bem como as formas e processos de mudança pelos quais ele pode se realizar. Cabe ressaltar que tais mudanças dizem respeito não apenas ao âmbito econômico, mas também aos âmbitos político, social e humano (OLIVEIRA, 2002). Neste sentido, o desenvolvimento envolve diversas áreas do conhecimento, devendo também envolver a posição que a mulher ocupa nas relações familiares de reprodução e sua importância ou ainda a sua participação e contribuição nos serviços de cuidado.

Considerando as questões de gênero, as novas perspectivas de estudo para o desenvolvimento rural necessitam observar as mudanças ocorridas no país a partir da década de 1960, com a Revolução Verde. A intensificação da mecanização e utilização de insumos externos, como sementes melhoradas, fertilizantes e agrotóxicos, alterou as relações entre os sistemas de produção e a reprodução social das famílias. Neste sentido, as mudanças ocorridas no meio rural impactaram também as relações de gênero. As relações estabelecidas entre homens e mulheres no meio rural e suas posições de representatividade e participação nas famílias são importantes indutores de desenvolvimento rural, razão por que devem ser levados em consideração.

O tema de desenvolvimento e gênero surge em meados dos anos de 1970, com as análises de Ester Boserup (1970), em seu livro intitulado *Women's Role in Economic Development*, sobre a participação econômica das mulheres na produção agrícola. Esta autora demonstrou que os planejadores do desenvolvimento subestimavam o papel produtivo e a equiparação do trabalho das mulheres às tarefas de reprodução social e cuidados com os filhos e a família. A autora argumentou que os processos de desenvolvimento vêm sistematicamente marginalizando a mulher com base na divisão sexual do trabalho.

Avanços importantes foram realizados no que diz respeito à igualdade de gênero em muitos âmbitos da sociedade, mas estes ainda são insuficientes em relação a direitos e oportunidades. Quando se analisa o grau de desenvolvimento de homens e mulheres em categorias políticas, econômicas e sociais, os resultados continuam desiguais. Para Kergoat (2003), analisar a divisão sexual do trabalho é muito mais do que simplesmente constatar

desigualdades, mas o de identificar a descrição da realidade com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza o critério de gênero para hierarquizar as atividades em trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

O conceito de gênero surge como contestação ao determinismo biológico que serve de premissa para a ideia de que a divisão do trabalho e as relações entre homens e mulheres são assentadas nas características biológicas, e não em relações sociais influenciadas por relações de poder que se desenrolaram ao longo de um processo histórico e cultural e que, portanto, pode ser transformado (SCOTT, 1995; INSTRAW, 1995; SARDENBERG, 1998). Neste sentido, o conceito de gênero não substitui a categoria “mulher”, pelo contrário, permite que se pense na categoria como uma construção social, em que “historicamente específica e, como tal construção, legitima a situação real de discriminação, exploração, subordinação das mulheres” (SARDENBERG, 2010, p. 45).

As atividades que a mulher desempenha no meio rural<sup>2</sup> estão ligadas ao sustento da família, mas, muitas vezes, por não gerarem rendimento, são vistas como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família. No meio rural, o trabalho das mulheres é, na maioria das vezes, na horta e no quintal. Desse modo, reproduz-se a invisibilidade do trabalho feminino na agropecuária, em que o papel de provedor é atribuído ao homem, e o de reprodução, à mulher (MELO; DI SABBATO, 2009; BRUMER, 2004; HEREDIA; CINTRÃO, 2006; DEERE; LEÓN, 2002).

Segundo Faria (2009), o trabalho doméstico e de cuidados, diferentemente de outras categorias, permanece inalterado e, muito provavelmente pela sua natureza – isto é, sua pouca possibilidade de ser sofisticado por avanços tecnológicos, por exemplo – é o que tem maior resistência às mudanças, o que, talvez, contribua para seu desprestígio em relação a outras atividades laborais. E, como observado por Cristina Bruschini (2006) no texto *Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?* em que analisou os dados da PNAD 2002 sobre afazeres domésticos na semana da pesquisa, ainda não se observaram diferenças significativas entre o trabalho doméstico realizado no espaço urbano e o realizado no espaço rural. Apesar disso, pode-se afirmar que, no meio rural, a fronteira entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo é menos nítida do que no meio urbano, onde o contraste entre as tarefas domésticas e as tarefas de um escritório, hospital ou escola, por exemplo, é inegavelmente maior. Além disso, outra diferença entre urbano e rural no que tange a esta

---

<sup>2</sup> Os termos usados para designar as tipologias agrícola e rural são: “o primeiro termo refere-se a um setor de atividade da economia, enquanto a noção de rural é territorial ou espacial, e em seu interior podem desenvolver-se atividades de praticamente todos os setores econômicos”. (KAGEYAMA, 2003, p. 414).

questão, ainda que pequena, diz respeito à carga horária de trabalho. As mulheres rurais realizam em média 28,2 horas semanais de tarefas domésticas, enquanto as urbanas empregam 27 horas na mesma atividade. No caso dos homens, também não há grande variação entre os dois meios: 10,7 horas semanais no urbano, e 10,1 horas no rural.

Para Bruschini (2006), as primeiras pesquisas sobre o trabalho feminino observavam somente a ótica da produção, sem considerar a questão de que o lugar ocupado pela mulher na sociedade também estava determinado por seu papel na reprodução social. As pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram um novo patamar de questionamentos quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo, ou a família. Para Bruschini (2006, p.333), “Hoje é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino, procurando romper velhas dicotomias, estará atenta à articulação entre produção e reprodução, assim como às relações sociais de gênero”.

Para Brumer (2004), na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos no meio rural, cabe ao homem desenvolver atividades que exigem maior força física, enquanto, em geral, para as mulheres são destinadas atividades rotineiras e leves. Mas a relação entre o pesado ou leve da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que na esfera de suas atividades, a mulher executa tanto trabalhos leves como trabalhos pesados, a exemplo de trabalhar na colheita dos produtos agrícolas e buscar água em lugares distantes do domicílio. Devido às tarefas domésticas, quando se envolvem nas ditas “atividades produtivas” – aquelas que são remuneradas –, as mulheres rurais tendem a se envolver apenas em trabalhos temporários, de acordo com determinados períodos do ano, e mesmo que se façam presentes e extremamente úteis na esfera produtiva, seu trabalho será apenas um complemento para a renda da família.

No que se refere à renda das mulheres no meio rural, observa-se uma maior dificuldade em sua mensuração, visto que o trabalho da mulher na agricultura é gratuito e considerado apenas como uma “ajuda”, o que revela a associação direta da atividade remunerada desenvolvida nessa forma de produção ao homem. Uma vez que o trabalho da mulher não é reconhecido, fica implícita a ideia de que ele não gera valor econômico e social. Um ganho social e econômico está no reconhecimento da sua profissão de agricultora.

De acordo com Melo e Di Sabatto (2009), o problema de caracterizar o trabalho da mulher rural como trabalho sem remuneração pode estar no fato de separar a análise do trabalho rural assalariado (apenas com remuneração) da análise das atividades de autoconsumo, bem como da análise das atividades das trabalhadoras não remuneradas com

baixa jornada de trabalho (menos de 15 horas semanais), o que acaba encobrindo o trabalho da mulher no meio rural brasileiro. Para os autores uma alternativa seria calcular de forma distinta a população ocupada rural: uma que engloba tanto homens quanto mulheres em trabalhadores, e outra que isola o conjunto desses trabalhadores da força de trabalho.

A superação da divisão sexual do trabalho e a autonomia das mulheres são os condicionantes para uma construção de um desenvolvimento equitativo. E o conceito de divisão sexual é considerado estruturante nas relações sociais, pois condiciona as relações de poder entre homens e mulheres.

Observam-se alterações na situação das mulheres na relação inversamente proporcional entre escolaridade/renda e jornada de trabalho doméstico: na medida em que aumenta seu nível de escolaridade e renda, a mulher também diminui sua jornada de trabalho doméstico – o que também ocorre com os homens, embora, em todas as faixas, o número de horas dedicadas às tarefas domésticas seja menor que o número de horas dedicadas pelas mulheres (FARIA, 2009). Entretanto, este indicativo mostra também que essas mulheres e homens repassam parte desse trabalho doméstico a outras mulheres e/ou têm mais acesso a bens e serviços no mercado. “Sabe-se que nos grupos com menos recursos há uma maior dependência da esfera doméstica e isso se evidencia com mais força no campo.” (FARIA, p. 7, 2009).

Com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do ano de 2005, Melo e Di Sabatto (2009) demonstram uma situação variável, em que há um crescimento da participação feminina em jornadas de trabalho acima de 15 horas semanais, e isso foi significativo para as empregadoras. A ocupação feminina predomina na jornada de menos de 15 horas (66,8% do total feminino na categoria), ao passo que, entre os homens, essa proporção, com relação à mesma jornada, é de apenas 31,4%. Para os autores, estes resultados mostram o peso da divisão sexual do trabalho, em função da qual as mulheres têm de conciliar os afazeres domésticos com atividades produtivas, sejam elas remuneradas ou não, o que as obriga a dedicar menos tempo à atividade remunerada, destacando-se, assim, a sua responsabilidade para com a reprodução da família.

As informações apontam para o avanço das ocupações reconhecidas formalmente para as trabalhadoras rurais e também para o fato de que, apesar das mulheres terem auferido um aumento do número das horas trabalhadas semanalmente, a diferença em relação aos homens permanece. Isso sublinha os estereótipos das posições de homens e mulheres no mundo rural, segundo os quais cabe ao homem o papel de provedor, e à mulher, o de

reprodução. Conseqüentemente, entre os trabalhadores rurais com remuneração, apenas 1,7% dos homens declara uma jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais, enquanto que, para as mulheres, esta taxa de participação é de 9,5% (MELO; DI SABATTO, 2009).

Para Bruschini e Lombardi (2003), se por um lado houve um aumento da participação feminina em ocupações de maior formalização, proteção e qualificação, por outro, existe uma forte presença de mulheres em ocupações precárias, como é o caso das empregadas domésticas e daquelas que trabalham para o próprio consumo e o consumo familiar, principalmente no setor agrícola. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), demonstrou as disparidades de gênero encontradas no rural em 2009: entre os trabalhadores não remunerados e os que destinam a produção para autoconsumo, as mulheres apresentam os maiores percentuais. Aproximadamente 30,7% das mulheres ocupadas no rural estão em situação de atividades não remuneradas, contra 11,1% dos homens. Além disso, os dados corroboram com as análises até aqui discutidas de que são as mulheres que estão tanto nas atividades sem remuneração – com cerca de 77,9% de mulheres rurais contra 25,5% dos homens –, como nas atividades de autoconsumo, com 46,7%, enquanto que os homens representam 14% desta parcela.

Neste contexto, destaca-se a participação das mulheres nas atividades não agrícolas como uma importante alternativa de inserção remunerada e de reconhecimento das suas atividades. Graziano da Silva (1999), Del Grossi (1999), Balsadi (2000) e Nascimento (2002) mostram que o surgimento dessas novas atividades não agrícolas no campo evita a evasão da população do campo para as cidades, e também surge a possibilidade de novas alternativas de renda para as famílias rurais que tinham somente na agricultura a sua base de sustento. É consenso também entre esses autores que as atividades não agrícolas que mais se desenvolveram foram as novas agroindústrias, ampliação de serviços públicos e o surgimento de novas atividades ligadas ao lazer e ao turismo.

Para Leone (2000) e Nascimento (2002), dada a sua baixa qualificação profissional e escolaridade, as mulheres rurais exercem atividades como o emprego doméstico remunerado e atividades sociais. Segundo Nascimento (2002), entre as famílias rurais, predomina o trabalho nos serviços domésticos, os quais têm se constituído em acesso e, provavelmente, permanência na atividade econômica de mulheres de famílias que passaram a combinar atividades agrícolas com atividades não agrícolas, e também daquelas que, permanecendo no rural, já não exercem qualquer atividade agropecuária.

Diante do exposto nestas análises acerca da divisão sexual do trabalho para o meio rural, surge o interesse em investigar variáveis que caracterizem e representem essas situações vivenciadas pelas mulheres ocupadas no meio rural do Brasil. Considerar estas análises para os estudos de gênero tem o interesse de poder conciliar as diferentes perspectivas acerca do tema, enfatizando como se dá o processo de desenvolvimento e da divisão sexual do trabalho no meio rural. Assim, a problemática deste estudo considera esses fatos e também complementa essa abordagem ao identificar e caracterizar estas mulheres rurais ocupadas, contemplando a perspectiva de se promover pesquisas de caráter quantitativo para o meio rural.

A ideia principal da pesquisa não se restringe às comparações entre homens e mulheres, até então identificadas e expostas, porém, estas ocorrências contextualizam a realidade e ajudam a complementar os estudos sobre as desigualdades entre os gêneros, além de analisar as dinâmicas das ocupações das mulheres rurais no Brasil e nas grandes regiões do país. Apresentar as diferenças e/ou semelhanças entre as regiões ajudam também a entender a dinâmica das ocupações das mulheres rurais, visto que nas regiões existem diferenças setoriais, produtivas, culturais e políticas.

O que podemos observar que o setor agrícola brasileiro passou e passa por mudanças ao longo da sua trajetória. Na região Sul do país temos a combinação da agricultura familiar com a modernização agrícola e avanços das agroindústrias em seu conjunto, já no Sudeste, assim, como no Sul, a produção se dá pela intensificação do uso da tecnologia. Já para a região Nordeste a presença da agricultura familiar também é marcante, assim, como a agricultura de subsistência. No Centro-Oeste temos uma produção agrícola mecanizada, voltada para o plantio de *commodities* agrícolas e, por fim a região Norte que tem o caráter ainda extensivo de baixa tecnologia. Desta maneira, é possível observar que existem heterogeneidades no país, já que existem diversidades regionais, e a consideração apenas a nível de Brasil, pode comprometer na observação dessas diferenças referente a dinâmica das ocupações das mulheres nas atividades no meio rural.

Apresentar dados referentes a este tema de ordem quantitativo tende ajudar a expressar as desigualdades vivenciadas e estabelecidas pelo meio sociocultural tradicional e sexista da sociedade. Várias destas situações referidas induziram reflexões acerca da maneira como se configura a organização do trabalho no meio rural para as mulheres. A invisibilidade do trabalho feminino rural tem como fator a discriminação no tratamento das atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio familiar, ou com os cuidados considerados produtivos.

## 1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

As relações de gênero no meio rural apresentam desigualdades e são marcadas pelas funções que homens e mulheres desempenham enquanto família, tanto na esfera produtiva como na esfera reprodutiva. Para as ocupações das mulheres rurais, o seu trabalho torna-se invisibilizado tanto na produção como no ambiente familiar, tornando invisível também na esfera produtiva, em que dificulta o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais.

Para Brumer (2004), o trabalho exercido pelas mulheres no meio rural ocupa uma posição subordinada, o que evidencia os seguintes fatores: as tarefas executadas no âmbito familiar, só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes sendo percebidas apenas como ‘ajuda’; o trabalho realizado na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no ambiente doméstico, sendo os homens responsáveis pelo meio público; as mulheres não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário; e, por fim, elas não administram os recursos oriundos da venda da produção.

A justificativa desta pesquisa é a possibilidade de apresentar as transformações das ocupações das mulheres no meio rural, utilizando alguns dados da divisão sexual do trabalho e contemplando de forma mais sensível os estudos sobre as mulheres ocupadas no meio rural brasileiro. O intuito deste trabalho é buscar elementos que auxiliem os estudos da divisão sexual do trabalho acerca das mulheres rurais por meio de dados quantitativos, utilizando os dados da PNAD (1992, 2002, 2009 e 2012) na perspectiva da evolução e nas variações ao longo do tempo no que diz respeito às ocupações das mulheres rurais. Para Bruschini (2006), este tipo de abordagem quantitativa, principalmente nos anos de 1970 e 1980, foi muito criticado, pois era considerada inadequada para mostrar a contribuição das mulheres à sociedade. A maior parte das críticas referia-se à maneira inadequada da mensuração da atividade feminina.

Para Bruschini (1992; 2006), a elaboração das pesquisas oficiais teve influência de organismos internacionais, o que induziu o uso de categorias adequadas a países desenvolvidos, mas inadequadas aos da América Latina e a outros países em desenvolvimento. Usando tais categorias, as pesquisas apresentavam outras formas de atividade econômica, como os dados sobre as mulheres no contexto doméstico, a pequena produção mercantil ou o trabalho familiar não remunerado, porém, omitiam o trabalho em domicílio, destinado à produção de alimentos ou de roupas, por exemplo, oculto em meio às

atividades domésticas. Outro fator apontado por Bruschini (1992, 2006) diz respeito à carga horária do trabalho feminino, cujo cálculo seguindo as já mencionadas categorias é equivocado. Constitui-se, portanto, uma conquista das estudiosas do tema a sugestão de que o tempo parcial e as atividades secundárias passassem a ser considerados nos levantamentos. A identificação das atividades realizadas no domicílio, através de análises com o uso da metodologia de orçamento-tempo, também foi defendida por algumas pesquisadoras do trabalho feminino nos anos 1970 e 1980 como de grande utilidade para detectar o volume de trabalho familiar, principalmente das mulheres.

Desse modo, foi através destas críticas, da demanda dos movimentos sociais e das pesquisas, segundo Bruschini (2006), que a PNAD<sup>3</sup> passou, desde o início dos anos 1990, por uma profunda reformulação que incorporou ao conceito de trabalho todas as condições em que ele é realizado: trabalho remunerado; trabalho não remunerado; e o trabalho de produção para o próprio consumo e o da família. Desse modo, favoreceu-se a mensuração mais adequada das atividades econômicas desempenhadas por mulheres, na medida em que reduziu o número mínimo de horas trabalhadas, em comparação com o período anterior à pesquisa, e incluiu atividades assistenciais e para o autoconsumo no conjunto de atividades laborais, entre outras alterações.

Assim, este estudo tem como questão central as ocupações das mulheres no meio rural, constatando que a divisão sexual do trabalho persiste e condiciona formas diferenciadas de inserção social e posições para homens e mulheres, além de apresentar uma análise entre as semelhanças e diferenças entre as mulheres em cada região do país. O uso dos dados quantitativos é visto como um instrumento para auxiliar na construção da identidade da trabalhadora rural, podendo, assim, futuramente contribuir para a minimização da precarização do trabalho feminino e para o fortalecimento e valorização da sua contribuição como trabalhadoras rurais.

Além disso, o trabalho apresenta uma discussão teórica dos trabalhos qualitativos já realizados para as mulheres rurais como base argumentativa para os resultados coletados nesta tese. Neste sentido, o trabalho quantitativo busca contribuir com os trabalhos qualitativos das últimas décadas, como por exemplo, as formas de ocupação das mulheres rurais, a responsabilidade das atividades domésticas pelas mulheres, o envelhecimento da população, a

---

<sup>3</sup> A partir de 2001, a PNAD introduziu novo quesito sobre o tema, sobre o tempo consumido na realização de afazeres domésticos (BRUSCHINI, 2006).

baixa taxa de ocupação da população jovem e também a masculinização do campo como em trabalhos de campo já realizados por Brumer, (2004; 2007), Carneiro (2005), entre outros.

O trabalho quantitativo também pode ajudar a reunir informações entre as principais semelhanças e/ou diferenças entre as regiões do país, comparando as principais mudanças entre o perfil das ocupações das mulheres como as taxas de ocupação entre homens e mulheres, idade, raça ou cor, escolaridade, horas trabalhadas, quem faz os afazeres domésticos e quantas horas são gastas nestes afazeres domésticos.

A motivação pela temática surgiu durante a graduação no curso de Ciências Econômicas, em que o tema do trabalho final foi a participação das mulheres nas atividades da agricultura orgânica no Oeste do Paraná. O trabalho apresentou como eram articuladas as decisões, geração e apropriação da renda entre os familiares. Durante a realização do trabalho, deu-se a oportunidade de trabalhar com dados qualitativos a partir de entrevistas, que resultaram em discussões acerca das dificuldades dos produtores familiares em iniciar e manter-se na atividade orgânica, além de evidenciar a maior participação das mulheres nos processos de planejamento, investimento e comercialização da produção orgânica (CAUMO; STADUTO, 2014).

Posteriormente, no mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios, pela mesma Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em que cursou a graduação, pôde-se trabalhar novamente com dados qualitativos em Caumo *et al.* (2012). Foram estudadas as características socioeconômicas dos trabalhadores do corte manual da cana-de-açúcar no município de Mirandópolis-SP a partir de uma perspectiva de gênero. O foco da análise foi a conduta das mulheres inseridas nesse contexto profissional dentro do espaço familiar. Quanto ao instrumento de coleta de dados, foram feitos por questionários semiestruturados entre homens e mulheres que trabalhavam no corte da cana e residiam no município. Como resultado, observaram-se várias diferenças quanto às características pessoais, socioeconômicas e de saúde entre os sexos. As diferenças mais pertinentes foram: a média de idade das mulheres superior à dos homens, e escolaridade e a produtividade feminina no corte da cana ser menor do que a masculina.

Além disso, também neste período do mestrado tivemos a experiência de trabalhar com dados quantitativos para as análises das relações sociais de sexo, por meio de uma análise espacial pelo uso da metodologia da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Assim, estudou-se a correlação da ocupação da mulher no meio rural do Sul do país, tema da dissertação de mestrado, com as variáveis de direção do estabelecimento, nível de

escolarização (fundamental, médio e superior). Além disso, correlacionaram-se as atividades não agrícolas. Nesse trabalho, Caumo (2013; 2015) apresentou resultados que revelaram que os municípios da região Sul que melhor se destacavam estavam relacionados com a agricultura familiar e eram próximos a regiões de integralização entre o urbano e rural, como no caso das ocupações não agrícolas. Aplicado em estudo na região Nordeste do país (CAUMO; STADUTO; SOUZA, 2015), o mesmo método apontou particularidades, como o fato de ser o homem quem mais buscava atividades fora dos estabelecimentos, e um número maior de ocupação de mulheres nos estabelecimentos dos municípios nordestinos.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo principal deste trabalho é analisar a dinâmica das ocupações das mulheres rurais, as diferenças e/ou semelhanças entre as ocupações e a divisão social das mulheres no meio rural do Brasil e das macrorregiões do país.

### 1.2.1 Objetivos Específicos

- a) Fazer uma caracterização do perfil dos ocupados no meio rural segundo critério de gênero, no Brasil e nas macrorregiões do país;
- b) analisar a relação entre horas trabalhadas e os afazeres domésticos, além da diferença do número de horas gastas nos afazeres domésticos entre homens e mulheres ocupadas no meio rural;
- c) analisar as diferenças e/ou semelhanças das ocupações das mulheres entre os ramos de atividades no meio rural do Brasil e nas diferentes macrorregiões brasileiras;
- d) analisar a relação das ocupações das mulheres rurais entre as horas trabalhadas, os afazeres domésticos e as horas gastas trabalhadas nos afazeres domésticos, segundo os grupos de ocupações nos ramos de atividades no meio rural do Brasil e nas macrorregiões do país, para identificar e examinar o processo da jornada de trabalho para estas mulheres.
- e) analisar as ocupações das mulheres no meio rural, casadas, mães solas e outros tipos de famílias, segundo os ramos de atividades nos grupos de ocupações rurais no Brasil e nas respectivas regiões.

Assim, os elementos para a análise deste estudo foram os dados quantitativos sobre a relação entre as ocupações das mulheres no meio rural do Brasil, utilizando como banco de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012. A escolha do ano de 1992 se dá por este ser o primeiro a incluir a variável sobre a execução dos afazeres domésticos e por ser o primeiro ano após a coleta do Censo Demográfico que ocorreu em 1991. Já para o fechamento da década, ou seja, para verificar como está a situação ocupações das mulheres rurais, optou-se pelo ano de 1999. Assim, nos anos escolhidos sequenciais de 2002 e 2009 levou também a relação já estabelecida de observação dos dados para a década de 2000 e, posteriormente, o ano de 2012. A escolha dos anos tem como intenção apresentar uma evolução da situação em que se encontra o reconhecimento do trabalho das mulheres no meio rural e o modo como se dá a distribuição das horas trabalhadas nas atividades, inclusive as familiares, como no caso dos afazeres domésticos.

### 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo está estruturado em seis capítulos, incluindo este primeiro capítulo com os aspectos introdutórios da pesquisa. No segundo capítulo, apresenta-se uma revisão teórica que descreve: a evolução da inclusão de gênero no desenvolvimento; modo como a divisão sexual de gênero foi estabelecida; e a evolução das conquistas femininas a partir de uma perspectiva do desenvolvimento rural. Além disso, o capítulo também apresenta uma revisão da literatura em torno da compreensão da importância da autonomia destas mulheres e aponta a procura destas por atividades não agrícolas como consequência da sua invisibilidade de ocupação no meio agrícola.

No terceiro capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos empregados para caracterizar as ocupações no meio rural pelo uso dos dados sociais de sexo, tais como: caracterização do perfil socioeconômico das variáveis da divisão sexual do trabalho, público-alvo, operacionalização da pesquisa e da seleção da amostra.

No quarto capítulo, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, que contemplam as análises do perfil das ocupações entre homens e mulheres no meio rural.

Já no quinto capítulo, são apresentadas as características das ocupações das mulheres rurais nos ramos de atividades e as variáveis, como anos de estudo, idade, horas trabalhadas,

realização ou não de afazeres domésticos, as horas gastas nos afazeres domésticos e o tipo de condição na família.

Por fim, no sexto e último capítulo, são apresentadas as considerações finais do trabalho, as implicações e as contribuições desta pesquisa para: as ocupações das mulheres no meio rural; dos estudos em torno da divisão sexual do trabalho nas áreas rurais do Brasil; e das grandes regiões para o desenvolvimento rural; bem como suas limitações e as sugestões para futuras pesquisas.

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E TRABALHO NA PESQUISA SOBRE MULHERES RURAIS**

Neste capítulo, apresentam-se as bases do referencial teórico que sustentam a construção desta tese. Inicialmente, faz-se uma contextualização sobre os estudos de desenvolvimento e a inclusão dos estudos sobre gênero, a divisão sexual do trabalho e, principalmente, a participação das mulheres nestes estudos acerca do meio rural. Esta fundamentação teórica foi a base para a construção do instrumento de coleta, análise e interpretação dos dados.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO E GÊNERO**

O gênero como categoria de análise da construção social dos sexos não era considerado nas concepções de desenvolvimento, este orientado apenas ao crescimento econômico. Para entender a relação de desenvolvimento e gênero é necessário primeiramente explicar a separação existente entre as teorias que surgem, após Segunda Guerra Mundial e os conceitos existentes de crescimento econômico e desenvolvimento. A distinção entre esses dois conceitos é importante para que não haja a confusão segundo a qual crescimento econômico necessariamente alcance o desenvolvimento. De fato, para ter o desejado desenvolvimento, é necessário ter crescimento econômico, mas este não se constitui como único fator para tal.

Segundo Oliveira (2002, p.37) “O crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento.” A mudança desse entendimento tem como marco inicial o ano de 1945, com a busca pelo desenvolvimento, que no pós-guerra intensificou os debates sobre crescimento econômico e desenvolvimento, já que vários países estavam buscando o progresso social e a melhoria das condições de vida das suas nações (OLIVEIRA, 2002).

A criação das Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1945, com a participação inicial de 51 países membros, contribuiu para o debate sobre as questões de desenvolvimento com a publicação da Carta das Nações Unidas, com a finalidade da “manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo” (OLIVEIRA, 2002, p. 39). Assim, os países-membros da ONU criaram diversos programas e organismos especiais que ajudaram as nações a lidar com seus problemas econômicos e sociais para a

promoção e a manutenção do equilíbrio mundial. Assim, “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, e principalmente, humana e social.” (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Somente a partir de 1970 ocorreu certa preocupação com as condições humanas básicas da produtividade rural e das atividades no setor informal. Entre essas condições, é incluída a participação da mulher no contexto de desenvolvimento, e sua participação começa a ter visibilidade. Essa mudança foi possível segundo Barragán *et al.* (2016, p. 91) pelo trabalho da autora Ester Boserup, que propôs uma “ruptura com dogmas estabelecidos nos discursos e nas políticas”, e criticou “o desenvolvimento por promover a exclusão das mulheres.” Além disso, segundo Barragán *et al.* (2016), Boserup questionou também os resultados dos programas de desenvolvimento que foram implementados nas décadas do pós-guerra, demonstrando que estes tinham sérias implicações sobre o bem-estar e a participação das mulheres.

Segundo Barragán *et al.* (2016), a inclusão das mulheres nos programas de desenvolvimento se dá de maneira passiva, ou seja, não permitindo a participação feminina no uso dos recursos tecnológicos, financeiros e de capacitação, reservando-os apenas aos homens. Neste sentido, “os programas de desenvolvimento definiam o lar como unidade receptora homogênea e o homem assalariado como ‘provedor familiar’, enquanto as mulheres, dependentes de seus maridos, se encarregavam do lar.” (BARRAGÁN *et al.*, 2016, p. 91).

Assim, para Barragán *et al.* (2016), havia um desconhecimento de que as mulheres em muitas culturas trabalhavam na agricultura e na produção de alimentos, e que, portanto, existiam diferentes – ou, pelo menos, mais flexíveis – divisões sexuais do trabalho. Além disso, os autores também apontam o desconhecimento de que os espaços familiares constituíam-se de relações de poder, em que o provedor masculino não necessariamente era a fonte de renda para os e as “dependentes”.

De acordo com Scheffler (2013), não havia literatura disponível sobre o tema gênero e desenvolvimento até a década de 1970 porque não existem registros sobre o reconhecimento da mulher no desenvolvimento econômico e sua posição neste processo. Quando se começou a fazer esse registro, dando assim início aos estudos sobre a inclusão das mulheres no desenvolvimento, demonstrou-se que as “políticas de desenvolvimento se pautavam em valores de uma ordem patriarcal, principalmente em noções ocidentais de domesticidade feminina e a partir de uma perspectiva assistencialista, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais entre homens e mulheres” (SCHEFLER, 2013, p. 4).

Foi nesse período que a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Ano Internacional da Mulher, em 1975, promovendo uma série de conferências sobre a mulher e incluindo a participação das mulheres nas discussões dos planos de desenvolvimento. A I Conferência Internacional da Mulher, realizada na Cidade do México, em 1975, deu origem a um plano de ação, cuja meta principal foi integrar as mulheres ao processo de desenvolvimento, reconhecendo-as como agentes da produção e sujeitos de direitos (SCHEFLER, 2013; PEREIRA, 2015).

Assim, surgiu a primeira abordagem<sup>4</sup> “Mulheres e Desenvolvimento – MED”, tendo como objetivo principal o de alcançar a visibilidade da mulher como categoria nas investigações e nas políticas de desenvolvimento para eliminar sua marginalização nos processos de desenvolvimento, e assinalando que a posição subordinada da mulher é um obstáculo para o desenvolvimento (PEREIRA, 2015).

No contexto da temática de desenvolvimento e mulheres, argumenta-se que estas são atores econômicos, em termos de políticas públicas, estão sujeitas aos programas que se fundamentam no enfoque de bem-estar<sup>5</sup>. Uma das principais causas é a luta pelo fim da discriminação contra a mulher, através da obtenção da igualdade entre homens e mulheres e da incorporação das mulheres nos planos de desenvolvimento. Em 1979, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi confirmada a convenção internacional sobre a abolição de todas as formas de discriminação contra as mulheres (VARGAS, 2002).

Assim, em 1985, com a terceira Conferência Mundial da Mulher, em que foram questionadas as estratégias de desenvolvimento para as mulheres dos diversos países, evidenciou-se a necessidade de promover um paradigma alternativo, em que os problemas das mulheres não sejam considerados como um problema isolado de um grupo social, e sim como resultado e responsabilidade do funcionamento do sistema de gênero, que impõe às mulheres papéis de subordinação e marginalização na sociedade.

Considerando essa ideia, Singh (2006) aborda que foram desenvolvidos quatro paradigmas de desenvolvimento e gênero, incluindo o Mulheres e Desenvolvimento (MED), Mulheres no Desenvolvimento (MND), Gênero e Desenvolvimento (GED), e Mulheres, Cultura e Desenvolvimento (MCD). Para Kabeer (2006), essa última abordagem tem sido um

<sup>4</sup> A base teórica do enfoque MED foi o livro de Ester Boserup, “Women’s role in economic development” (1970).

<sup>5</sup> A economia do bem-estar está diretamente combinada ao utilitarismo e à otimização de Pareto. De acordo com a abordagem utilitarista clássica, o bem-estar dos indivíduos é obtido quando cada um, individualmente, maximiza a própria utilidade, e o bem-estar social é resultante da maximização da soma das utilidades individuais. A otimização de Pareto, entende que um ótimo de Pareto é alcançado quando a situação de nenhum indivíduo pode ser melhorada, sem piorar a situação de outro indivíduo.

dos principais eixos de discussão das agências internacionais, organizações não governamentais (ONGs), instituições acadêmicas, além de ser pauta para a formulação de políticas públicas.

Para Singh (2006), cada paradigma baseia-se no anterior, que atende às novas realidades sociais do desenvolvimento das sociedades, que foram baseadas em simultâneas ideologias sociais. Os quatro paradigmas são usados pelo movimento feminista para explicar a situação de mulheres nos países em desenvolvimento para, a partir disso, construir futuramente um programa para o seu bem-estar.

A autora abordou as principais características de cada paradigma. Assim, entende ela que o paradigma MED está baseado na busca do desenvolvimento com base na eficiência e no combate à pobreza, que promove a integração e o desenvolvimento com objetivos voltados às mulheres. Uma solução apontada foi a participação das mulheres no trabalho econômico. No paradigma MND, as ONGs desenvolveram trabalhos que incorporam as mulheres no processo de desenvolvimento com o objetivo de criar uma estrutura econômica. Negava-se, portanto, a importância do sistema patriarcal, uma vez que, pela sua essência, o MND atribuía maior importância à discriminação baseada em classes sociais. O terceiro paradigma, o GED, incorpora a construção social de gênero no desenvolvimento e considera que a tradicional opressão é mantida pelo patriarcalismo. O MED e o GED enfatizam o papel da sociedade e suas instituições para determinar a participação da mulher no desenvolvimento, mas diferem em sua definição de bem-estar para as mulheres.

No quarto e último paradigma, Singh (2006) afirma que MCD parte da premissa de que as mulheres têm sido excluídas do processo de desenvolvimento, portanto, defendem a necessidade de alcançar a igualdade legal, política e social para as mulheres através da incorporação de políticas públicas que incidam nos interesses práticos e estratégicos para alcançar a posição de igualdade em relação aos homens e permitir seu empoderamento. Para isso é necessário criar mecanismos de incorporação no processo, com o objetivo de reduzir a desigualdade entre os gêneros.

Segundo Barragán *et al.* (2016), os programas de desenvolvimento “Mulheres no Desenvolvimento” (MND) e “Mulheres e Desenvolvimento” (MED) indicam que as mulheres sempre integraram os processos de desenvolvimento nas suas respectivas sociedades e não somente a partir dos anos de 1970, pois seu trabalho, tanto dentro como fora do lar, sempre contribuiu para a manutenção dessas sociedades. Para Barragán *et al.* (2016), essa integração dos programas de desenvolvimento serviu para sustentar estruturas internacionais de

iniquidade. Os dois supracitados programas de desenvolvimento não são propostas concretas de políticas de desenvolvimento, pois o foco de ambos está na geração de renda para as mulheres, sem considerar a dupla jornada de trabalho, composta do trabalho produtivo (rentável) e do trabalho reprodutivo (família, sem rentabilidade). A não consideração da dupla jornada no desenvolvimento coloca os trabalhos de cuidado “em um âmbito ‘privado’ que não gera valor e, portanto, que fica fora dos propósitos do desenvolvimento.” (BARRAGÁN *et al.*, 2016, p. 93-94).

Os estudos que tratam da desigualdade de gênero, em geral, abordando o desenvolvimento como condição para o progresso feminino, recentemente, passaram a apontar a importância da autonomia feminina para o desenvolvimento (ALVES; CAVENAGHI, 2013). Um dos pontos observados tem relação com o empoderamento das mulheres, o qual tem relação com o desenvolvimento econômico. Para Duflo (2011, p. 2), “em um sentido, o desenvolvimento joga um papel importante na diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, em outra direção, o empoderamento das mulheres pode beneficiar o desenvolvimento”. Além disso, observa-se que a desigualdade atinge diversas áreas da sociedade e as que estão mais presentes estão nas áreas da saúde, educação, no mercado de trabalho e político.

Para Cornwall (2013), o empoderamento das mulheres no âmbito do desenvolvimento internacional foi apresentado como uma saída da questão nebulosa da “igualdade de gênero”, pois direciona mais diretamente para a condição e posição das mulheres na sociedade, oferecendo a possibilidade de uma preocupação melhor definida e mais transparente em relação à injustiça, a discriminação e a falta de oportunidades que as mulheres sofrem no mundo todo. O empoderamento de mulheres apresenta uma resposta para as desvantagens persistentes, sendo possível capacitar as mulheres para exercer “escolhas”. O que é importante hoje no âmbito de desenvolvimento está em capacitar as mulheres para exercer *agency* (ou agência) e “fazer escolhas”.

Assim, observa-se que os debates sobre o lugar das mulheres no desenvolvimento partiam do pressuposto de que o desenvolvimento beneficiaria a todos de maneira igual (SHEFLER, 2013). E Cornwall, Harrison e Whitehead (2013) ressaltam o discurso atual do desenvolvimento como empoderamento, exclusão e cidadania, acrescentando que, neste processo, alguns aspectos da agenda de gênero são privilegiados, e outros, descartados, e que esta noção de empoderamento é geralmente significanda como “autonomia econômica da mulher”. Ainda, os autores defendem que o empoderamento da mulher rural se limita a criar

condições de produção e renda para que esta contribua com a receita familiar. As autoras ressaltam que deve haver um cuidado maior no uso destes termos como meios de políticas públicas, já que o termo “empoderamento” passa a traduzir “mulher como indivíduo ganhando um pouco mais de dinheiro” (CORNWAL; HARRISON; WHITEHEAD, 2013, p. 14). Para os movimentos sociais rurais, a autonomia econômica das mulheres constitui o primeiro passo para o seu empoderamento, mas não o único.

Para as autoras Barragán *et al.* (2016), os programas de desenvolvimento e gênero no enfoque GED fazem crítica à lógica predominante de que a mudança econômica por si só resultará em empoderamento para as mulheres, bem como às políticas de microcrédito de acesso, sobretudo para as mulheres pobres, pois não atentam para a relação de poder que, em muitos casos, essas mulheres sofrem com seus cônjuges. Assim, essas mulheres não têm uma infraestrutura adequada e nem possibilidade alguma de redistribuição social que lhes permita ter sucesso em suas microempresas, ocasionando o endividamento feminino e uma responsabilidade coletiva muitas vezes forçada.

À luz da literatura sobre gênero e desenvolvimento rural, busca-se, no tópico seguinte, analisar a situação das posições das mulheres nas unidades familiares rurais. Desta maneira, será feita uma reflexão acerca do que se entende por desenvolvimento rural, já que se enfatiza o rural em uma perspectiva ampliada. Para Schneider (2004), o desenvolvimento rural refere-se a “um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial.” (SCHNEIDER, 2004, p. 98).

### **2.1.1 Desenvolvimento rural e gênero**

Na perspectiva de compreensão ampliada de desenvolvimento rural, será direcionados os estudos que analisam a divisão sexual do trabalho a partir da perspectiva das dinâmicas familiares, considerando a participação e posição das mulheres no processo. Nesse sentido, enfatiza-se a participação de mulheres nas atividades familiares, buscando compreendê-la na perspectiva do gênero pela categoria social do sexo no contexto das relações intrafamiliares.

Ellis e Biggs (2001) apresentam a trajetória do desenvolvimento rural ao longo do tempo. Segundo eles, na década de 1950, o desenvolvimento rural esteve fortemente associado às políticas de modernização, com base nos modelos dualistas, entre os rótulos de

agricultores “modernos” em contraposição aos “atrasados”. Na década de 1960, o debate ganhou fôlego sobre a modernização da agricultura e a transferência de tecnologia via Revolução Verde. Nos anos de 1970, intensificaram-se as políticas agrícolas, com forte adoção de tecnologias por parte dos agricultores, com a proposição de um desenvolvimento rural integrado com a intensa participação das entidades de extensão rural. Nos anos de 1980, com a crise do Estado desenvolvimentista, intensificaram-se as políticas de alívio à pobreza rural, abrindo o debate dos anos 1990 com argumentos a favor de políticas de redução à pobreza, como, por exemplo, microcréditos, redes de segurança rural, e extensão dos recursos previdenciários federais também aos habitantes do campo, entre outros.

Para Quijano (2015) compreender as mudanças nas relações de gênero dentro das famílias rurais no contexto das novas ruralidades é uma tarefa complexa. Neste sentido, a autora apresenta abordagens teóricas e conceituais que podem contribuir para os estudos e entender melhor como as relações de gênero se relacionam com o desenvolvimento rural. As três principais abordagens são: análise do poder de barganha dentro da unidade familiar e os modelos de negócios; análise da trajetória de vida, observando as mudanças ao longo do tempo no que diz respeito ao poder de negociação entre os cônjuges e sua relação com as mudanças sociais, as normas, leis, políticas e programas estaduais; e análise do modo como os conflitos nas relações intrafamiliares são resolvidos.

Ellis (1998), diz que o desenvolvimento rural se associa com as estratégias de sobrevivência familiares, tais como diversificação dos modos de vida rurais (*livelihood*). A diversificação como estratégia se daria através das iniciativas dos agricultores familiares de construir uma série de atividades econômicas e sociais para garantir condições de vida. Assim, o desenvolvimento rural reduziria a pobreza em áreas rurais e isso poderia ocorrer através do empoderamento da população rural.

Nesse sentido, para Terluin (2003), o estudo teórico do desenvolvimento nas áreas rurais é extenso, por isso é necessário recorrer a outras áreas que tratam do “desenvolvimento econômico em regiões rurais”, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais (economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, entre outras). Contudo, o desenvolvimento das áreas rurais dificilmente pode ser explicado satisfatoriamente por apenas uma das teorias desses diversos campos de estudo.

Para o autor acima, no campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno; o do desenvolvimento endógeno; e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças

externas e implantado em certas regiões, como no caso das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. A teoria do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial, como nos modelos dos distritos industriais. E, no último enfoque, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas, que podem variar significativamente entre regiões, o que vem sendo chamado na literatura acadêmica de desenvolvimento neoendógeno (TERLUIN, 2003).

Nas concepções da diversidade conceitual, a ideia de desenvolvimento predominante estava sempre associada às concepções de progresso e crescimento econômico. No meio rural era convencionalmente pensado em termos de um setor produtivo, ressaltando as atividades produtivas dos agricultores e a dimensão agrícola da vida no campo (FAVARETO, 2007). É relativamente recente a importância que as políticas passaram a conferir a aspectos humanos e sociais do desenvolvimento. Estas passaram a apresentar um aporte de questões relacionadas a educação, saúde, assistência social, entre outros temas, quase todos ligados ao problema da pobreza (ELLIS; BIGGS, 2001; SEN; KLIKSBURG, 2010). Essa mudança de foco, mesmo que recente, tem influenciado os processos de elaboração de políticas públicas.

Segundo Kageyama (2004), a ideia é que o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e da estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e, nesse sentido, trata-se de um desenvolvimento “multissetorial”. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam.

As relações de gênero como categoria de análise do desenvolvimento rural e da construção social dos sexos podem ser adotados por um conjunto de iniciativas para o melhoramento das condições de vida da população rural, o que inclui todos os membros da família para garantir a reprodução social e econômica no meio rural.

Para Amartya Sen, as questões de liberdade de escolha são muito difíceis. No que se refere às mulheres numa sociedade de origem e, ainda, de forte presença patriarcal, as

disposições sociais impõem limites amplos em relação às mulheres. Neste sentido, Sen (2000) questiona-se se o modo de vida tradicional deve ser seguido na medida em que reduz as liberdades das pessoas. Esta privação de liberdade imposta por este tipo de sociedade pode surgir em razão de processos inadequados, ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam. A visão de liberdade considera tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como a de oportunidades reais que as pessoas têm, dadas às circunstâncias pessoais e sociais.

A Abordagem das Capacitações, desenvolvida por Sen (2000), foi uma perspectiva para a análise de problemas sociais, que incluem o bem-estar. Ela foi construída a partir de questionamentos sobre a forma de entender, conceber e medir o bem-estar na tradição utilitarista. Nesta Abordagem das Capacitações, Amartya Sen busca uma forma de superar o conceito tradicional do bem-estar utilitarista, centrando sua preocupação não nos meios que um indivíduo tem, mas nos fins que este alcança, sendo estes as realizações dos indivíduos.

Para Sen (2000), o ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países. Para o autor, vários são os fatores para tal desenvolvimento: o melhoramento da educação das mulheres, as mudanças do padrão de propriedade, as oportunidades de emprego e o ganho da visibilidade de seu trabalho. Segundo Sen (2000, p. 220), “[...] as mulheres não são mais consideradas passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, são vistas, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras de transformações sociais que podem alterar a vida de ambos”. Essa é a condição de agente, com a qual as mulheres contribuem para as mudanças econômica e social, mudanças que se relacionam com o processo de desenvolvimento.

A igualdade de oportunidades entre mulheres e homens é essencial para abordar as questões principais de desenvolvimento, pobreza e exclusão. A importância está centrada na dimensão também do desenvolvimento humano, que tem uma condição fundamental para igualar os direitos e deveres entre as mulheres e os homens.

Para Sen (2000), o fato de as mulheres terem direito à propriedade pode lhes oferecer oportunidades econômicas, o que, por sua vez, pode ter uma influência decisiva sobre o funcionamento da economia e sobre as disposições sociais relacionadas, pois, conquistando esse direito, a mulher tem importante fator de iniciativa com efeitos em longo prazo no desenvolvimento da produção agrícola sustentável.

Na evolução dos sistemas de valores e das convenções da divisão intrafamiliar, a educação, o emprego e os direitos de propriedade das mulheres podem exercer um

papel importante, e essas características “sociais” podem ser cruciais para os destinos econômicos (bem como para o bem-estar e liberdade dos diversos membros da família) (SEN, 2000, p.225).

Para Martha Nussbaum (2005), a abordagem das capacitações se assemelha muito com os direitos humanos. No entanto, os direitos humanos são mais abstratos e ao mesmo tempo “universais”. Já as capacidades são mais concretas, individualizadas e específicas na relação dos diferentes contextos. Nussbaum (2005) optou por esta abordagem por esta ser muito útil para desenvolver uma teoria de justiça de gênero e por se aplicar ao caso específico das mulheres para os meios culturais e sociais. Assim, essa abordagem tem uma relevância muito direta para o desenvolvimento humano.

Nussbaum (2005) elaborou uma lista com dez capacitações centrais que merecem uma descrição detalhada de modo semelhante ao modo como são descritos os direitos humanos e como eles se apresentam em cada tradição constitucional: todos têm um certo grau de generalidade e, baseado na interpretação e na deliberação, derivam-se especificações mais claras.

- 1. Vida.** Ser capaz de viver até o final de um período de vida humana normal; não morrer prematuramente;
- 2. Saúde física.** Ser capaz de gozar de boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; estar adequadamente nutrido, ter abrigo adequado;
- 3. Integridade física.** Ser capaz de se mover livremente de um lugar a outro; ter respeitadas as fronteiras de seu corpo, isto é, estar seguro contra ataques, como os de violência sexual, abuso infantil e violência doméstica; ter oportunidade de satisfação sexual e de escolha em relação à reprodução;
- 4. Sentidos, Imaginação e pensamento.** Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar – e fazê-lo de uma forma “verdadeiramente humana”, uma maneira informada e cultivada por uma educação adequada, incluindo, mas sem limitá-la a isso, alfabetização e ensinamentos científicos e de matemática básica. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em conexão com trabalhos e eventos auto expressivos, produtivos e que proporcionam experiência, fundamentadas na própria escolha, religiosa, literária, musical, etc. Ser capaz de usar a mente de forma protegida por garantias de liberdade de expressão e respeito a discurso político e artístico, como também a liberdade de exercício da religião. Ser capaz de procurar pelo significado da vida à sua maneira. Ser capaz de ter experiências prazerosas e de evitar a dor desnecessária;
- 5. Emoções.** Ser capaz de ter apego a coisas e pessoas além de si mesmo; de amar aqueles que nos amam e se preocupam conosco, de lamentar sua falta; em geral, amar, lamentar, experimentar saudade, gratidão e raiva justificada. Não ter o desenvolvimento emocional bloqueado por medo e ansiedade dominadores, ou por eventos traumáticos de abuso ou negligência;
- 6. Razão prática.** Ser capaz de formar uma concepção do que é bom e se engajar em reflexão crítica sobre o planejamento de sua vida;
- 7. Afiliação.** A) Ser capaz de viver em sociedade, de reconhecer e mostrar interesse por outros seres humanos, engajar-se em diversas formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação de outro e ter compaixão pela situação; ter capacitação para justiça e amizade. Interagir socialmente, mostrar interesse por outros indivíduos, ter sentimentos de justiça e amizade. B) Ter as bases sociais de auto respeito e não-humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser digno cujo valor é

igual ao dos demais seres. Isso significa, no mínimo, proteção contra discriminação baseada em raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, etnia ou nacionalidade. No trabalho, ser capaz de trabalhar como um ser humano, exercendo a razão prática e entrando em relacionamentos significativos de reconhecimento mútuo com outros colegas de trabalho;

**8. Outras espécies.** Ser capaz de viver considerando animais, plantas e o meio-ambiente;

**9. Diversão.** Ser capaz de sorrir, divertir-se e apreciar atividades recreativas;

**10. Controle sobre o próprio ambiente.** A) Político. Ser capaz de participar efetivamente das escolhas políticas; ter o direito de participação política, proteção ao livre-discurso e ao direito de associação. B) Material. Ser capaz de ter direitos de propriedade (terra e bens móveis), não só formalmente, mas em termos de oportunidades reais; e ter direitos de propriedade numa base de igualdade com os demais; ter o direito de procurar e manter emprego numa base de igualdade com os demais. (NUSSBAUM, 2005, p. 43-45).

Para Nussbaum (2005), a lista de capacitações não é algo já determinado e finalizado. Existe um espaço importante para que sejam agregadas novas capacitações à sua lista, já que a lista poderá ser contestada e refeita, de acordo com a possibilidade, sendo possível inserir ou excluir alguma capacitação conforme a necessidade. Conforme Nussbaum, não há a pretensão de propor uma única forma de buscar o bem-estar, embora ela tenha elaborado uma lista de capacitações fundamentais.

Para discutir o desenvolvimento e as questões que envolvem especificamente as mulheres, é necessário ampliar os diversos entendimentos sobre essa discussão. Algumas questões dificultam esse entendimento, como a divisão sexual do trabalho. Na agricultura, a dificuldade está nas desigualdades e hierarquias da divisão do trabalho entre homens e mulheres, em que o trabalho realizado com o intuito de produzir mercadoria e valor econômico é identificado como trabalho de homem, e a reprodução social, como uma função da mulher. Assim, as mulheres rurais e o trabalho feminino na produção e no serviço da unidade doméstica não são incluídos nas concepções e “mensurações” de desenvolvimento. Essas questões serão apresentadas no item seguinte, que tentará buscar elementos para compreender, a partir do conceito de divisão sexual do trabalho e da autonomia econômica das mulheres, o modo como o desenvolvimento se relaciona com as posições das mulheres no meio rural, apresentando inicialmente a origem e a definição desses conceitos.

## 2.2 DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO

Ester Boserup (1970) no seu trabalho pioneiro definiu a divisão sexual do trabalho como um elemento de base na divisão do trabalho. A autora apontou no cálculo do produto nacional, na produção e nos serviços de subsistência, como as atividades realizadas pelas

mulheres e suas contribuições ao bem-estar socioeconômico são subestimadas ou a elas não se dá devida importância. As críticas realizadas pelas feministas no final dos anos setenta ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção.

Boserup (1970) analisou o papel econômico das mulheres nos vários setores produtivos nos países da África, Ásia e América Latina, bem como o impacto sobre as suas atividades na colonização e com o processo de modernização após independência política desses países. O livro enfatiza que não há divisão sexual "natural" do trabalho em atividades econômicas desenvolvidas homens e mulheres, e que, em alguns são lugares de trabalho das mulheres, em outros eles são dos homens. Boserup (1970) distingue dois modelos agrícolas do terceiro mundo: o sistema agrícola do sexo feminino, que se desenvolveu principalmente na África subsaariana e em partes do Sudeste e no sistema agrícola da Ásia. E o segundo modelo agrícola para os homens, o sistema é dominante na Ásia, Norte da África e América Latina.

O primeiro sistema é caracterizado pela existência de terra suficiente, permitindo que o abandono de terras esgotadas e, neste, as mulheres são as responsáveis pela maior parte do trabalho agrícola e maior participação econômica nas zonas rurais, o que resulta que essas mulheres passam a ter uma melhor posição social. O sistema agrícola dos homens ocorre em áreas onde a terra é privada e onde há famílias sem-terra que têm de vender seu trabalho e fazê-lo em locais com maior densidade populacional. Neste sistema, são usados o arado e animais de tração para a agricultura e a maior parte do trabalho agrícola é feito por homens da família e empregados de ambos os sexos, enquanto que parentes ajudam na colheita ou processamento de alimentos dentro das famílias. A menor participação feminina reflete-se em um status mais baixo das mulheres e, em algumas áreas da Ásia, vai significar menos cuidado e atenção para as meninas em relação a meninos.

Para Benería e Sen (1982), Boserup considerava decisiva a participação das mulheres nas atividades econômicas para explicar o seu status, e também observava que, à medida que aumenta a modernização no campo, diminui a participação da mulher nas atividades da terra. A falta de planejamento que incluía as mulheres e a falta de qualificação destas são os principais obstáculos para a sua inclusão no mercado de trabalho. Então, Boserup observou que será necessária uma transformação por parte dos planejadores para a inclusão de uma melhor educação das mulheres.

O conceito de divisão sexual do trabalho pela teoria feminista tem sido um importante suporte teórico que possibilita a abordagem das trajetórias de gênero e de trabalho feminino. Assim, para Danièle Kergoat (2003), socióloga francesa, estudiosa das relações de trabalho e gênero, as diferenças entre os gêneros são produtos de uma construção social, e não resultados de características comportamentais biologicamente programadas e reproduzidas em atos instintivos e socialmente “naturalizados”. Nessa construção, homens e mulheres formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica, que se concretiza nas relações sociais de sexo. Estas relações possuem uma base material, que é o trabalho, e que é identificada pela divisão social do trabalho entre os sexos, denominada de divisão sexual do trabalho.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo... Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2003, p. 55).

Sobre a origem<sup>6</sup> do conceito de divisão sexual do trabalho, Kergoat (2003) observou que essa noção foi primeiramente utilizada por etnólogos para designar uma divisão “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam. A autora afirma que Lévi-Strauss foi o precursor desta ideia e que fez dela o instrumento explicativo da estruturação da sociedade em família. Porém, foram as antropólogas feministas as primeiras que lhe deram um conteúdo novo, demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Neste sentido que o conceito da divisão sexual do trabalho para Kergoat indica:

[...] a divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc). (2003, p.55-56).

---

<sup>6</sup> Maiores informações sobre a origem do conceito em 1970, na França, estão descritas em Hirata e Kergoat, 2007.

Desta forma, a divisão sexual do trabalho segue ainda dois princípios organizadores: o princípio de separação, que consiste em segregação entre o considerado trabalho feminino e o considerado trabalho masculino; e o segundo diz respeito à hierarquização, onde o trabalho masculino é colocado acima do trabalho feminino, pois foi, ao longo da história, carregado pela carga simbólica do determinismo biológico (KERGOAT, 2003). Para Hirata e Kergoat (2007), estes dois princípios básicos, separação e hierarquização, explicam a situação deste tipo de relação em qualquer época histórica, pois este tipo de definição encontra-se em todas as sociedades, embora esta definição da divisão sexual do trabalho seja algo imutável (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Para Faria (2011), o conceito da divisão sexual contribuiu para entender como a distribuição de tarefas segundo o critério sexual gerou desigualdade. Neste sentido, não se trata apenas de uma justificativa para mensurar as estatísticas sobre as diferenças de inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho, isto é, o conceito se propõe a problematizar a realidade e a socialização na divisão das tarefas atribuídas socialmente a mulheres e homens, que podem ocorrer tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas.

De acordo com Faria (2010), foi com o desenvolvimento capitalista que houve também a redução do conceito de trabalho, que passou a designar somente as atividades vinculadas ao mercado. Antes do atual modelo de desenvolvimento capitalista, o trabalho era considerado o conjunto das atividades humanas necessárias para a nossa existência. A nova conceituação demarcou uma forte separação entre as esferas produtiva e reprodutiva. “No atual modelo de desenvolvimento capitalista, é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado, ou seja, aquilo que se pode se mercantilizar. E aí o trabalho reprodutivo deixa de ser trabalho porque não se troca no mercado.” (FARIA, 2010, p. 6).

Segundo León (2003), esta abordagem da construção do conceito de divisão sexual do trabalho teve a contribuição da economia feminista. Esta trouxe o argumento de que no mundo da economia não existe só o âmbito da produção, mas também o da reprodução. Desta maneira, surge o debate sobre o reconhecimento do trabalho reprodutivo, dando visibilidade ao grande volume de trabalho doméstico realizado pelas mulheres, tanto as urbanas quanto as rurais. O debate também evidencia o quanto os homens se beneficiam deste trabalho realizado pelas mulheres, visto que, graças a ele, podem se dedicar não só ao seu próprio trabalho, mas também ao lazer, crescimento pessoal e aprimoramento na formação profissional.

O fato de reconhecer que o trabalho de reprodução é importante na esfera econômica não significará transformá-lo em mercadoria, pois esta esfera tem uma dinâmica específica

que não pode ser medida por indicadores do mercado, de modo que não tem como mercantilizar o afeto do cuidado realizado por uma mãe. No entanto, para Kergoat (2003), não se pode naturalizar e inviabilizar esse trabalho, já que uma grande parte era realizada gratuitamente por mulheres.

O que se observa é que o estudo da divisão sexual do trabalho demonstra a necessidade de articular a ideologia e a reprodução simbólica com a existência de uma base material, o da hierarquização e separação das tarefas de homens e mulheres, o que contribui para construir e perpetuar as desigualdades entre homens e mulheres.

A definição de gênero de Scott (1995) também se refere à construção social do conceito a partir das relações sociais fundamentadas nas diferenças entre os sexos. Para esta autora, a definição de gênero é composta de duas partes e várias subpartes, como a parte que é representada na construção baseada em diferenças biológicas, e a outra, fundamentada nas relações de gênero como forma primordial das relações de poder. Scott cita ainda outros quatro elementos constitutivos das relações sociais: simbologia cultural, conceitos atrelados aos símbolos que denotam interpretações, permanência da dualidade representativa dos gêneros e a identidade subjetiva.

Em resumo, a divisão sexual do trabalho inicialmente apresenta uma relação social muito comum, isto é, as mulheres fazem os trabalhos considerados atividades construídas culturalmente como femininas (serviços domésticos, cuidados, educação dos filhos) e necessariamente restritas ao ambiente privado, enquanto aos homens cabe realizar as atividades no ambiente público, que denotam uma responsabilidade considerada masculina. Assim, observa-se que a divisão é dada de forma hierarquizada, já que a atividade no ambiente público é considerada sobreposta à da atividade privada.

Em trabalhos aos quais dedicou maior tempo de pesquisa, Hirata (1995) trabalhou a divisão das relações sociais de sexo e do trabalho. Em *Divisão — relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho*, a autora destacou algumas características que se repetem em diferentes sociedades, como por exemplo, o tipo de máquina e de trabalho nas indústrias é distribuído seguindo a divisão estabelecida entre o feminino e masculino. Os homens ocupam cargos que exigem conhecimentos técnicos, enquanto as mulheres exercem atividades manuais e repetitivas. Ou ainda, “[...] os empregadores reconheciam, de bom grado, qualidades próprias à mão de obra feminina, mas não há um reconhecimento destas qualidades como sendo qualificações profissionais.” (HIRATA, 1995, p. 44).

Para estudos mais recentes, Hirata (2010) faz duas observações em relação à divisão sexual do trabalho (DST). A primeira diz respeito ao conceito de trabalho em relação à sua divisão sexual. Para ela, trabalho é um conceito ampliado, incluindo o trabalho profissional e doméstico, tanto formal quanto o informal, sendo remunerado ou não remunerado. Essas novas configurações da divisão sexual do trabalho remetem “ao universo tanto do trabalho profissional quanto do doméstico, do trabalho assalariado e do gratuito” (HIRATA, 2010, p. 1). Na segunda observação, afirma que não existe uma separação da divisão sexual do trabalho entre a divisão sexual do saber e divisão sexual do poder.

As representações das relações de poder e saber baseadas em gênero atribuem às mulheres as responsabilidades de reprodução, como os cuidados na educação dos filhos e da casa e, aos homens, o mercado de trabalho, condicionando desta maneira uma posição considerada inferior para as mulheres em comparação à dos homens. Para Hirata (2010), esta relação tem como consequência também os rendimentos econômicos, destacando a figura masculina e reforçando a desigualdade de poder frente à família. Conseqüentemente, gera-se um círculo vicioso baseado nas relações que associam respectivamente as tríades trabalho/família/sociedade e trabalho/saber/poder. Hirata (2010) apontou algumas especificidades das novas configurações da divisão sexual do trabalho, reforçando que em países como o Brasil e França existem três elementos dessas novas configurações: “a bipolarização do emprego feminino; a mudança nos modos de “conciliação” entre vida familiar e vida profissional; a DST<sup>7</sup> nos locais de trabalho”. (HIRATA, 2010, p. 1-2).

O primeiro elemento diz respeito à escolarização das mulheres, divididas entre as mais instruídas e diplomadas, que são formadas por executivas e intelectuais de nível superior e, em outro setor, mulheres em trabalhos considerados tradicionalmente femininos, como no caso das empregadas domésticas e diaristas, setor público da saúde, educação, prestação de serviços e profissionais do trabalho de cuidado.

Já o segundo elemento refere-se à conciliação entre vida profissional e familiar, considerado um tema contemporâneo, que se subdivide em quatro modelos: modelo tradicional, em que a mulher é responsável pelo trabalho doméstico, e o homem pelo trabalho produtivo; modelo de conciliação, no qual a mulher concilia trabalho doméstico e externo, enquanto o homem permanece somente com o trabalho produtivo; o modelo de parceria, em que existe a divisão de tarefas domésticas e cuidados com os filhos tendo como suposição a

---

<sup>7</sup> DST – Divisão Sexual do Trabalho

igualdade; e o modelo da delegação, em que a mulher delega a outras mulheres as atividades domésticas e cuidados das crianças. (HIRATA, 2010).

Por fim, a divisão sexual do trabalho (DST) nos locais de trabalho coloca a questão das inovações tecnológicas e as diferenças entre mulheres e homens nessas transformações, não sendo independente e nem exógena em relação à organização do trabalho e nas relações sociais. Além disso, para Hirata (2010, p. 35) “As relações sociais (inclusive as de sexo e gênero) moldam a tecnologia, que é uma cristalização das relações sociais”.

Considerando os desafios das reivindicações pelo reconhecimento das ocupações das mulheres e a visibilidade das suas atividades para o desenvolvimento no tópico, a seguir, será abordado como a divisão sexual e social do trabalho ocorre no espaço rural, enfatizando assim, a importância do reconhecimento da trabalhadora rural.

### **2.2.1 A divisão sexual e social do trabalho para as mulheres rurais e a autonomia como meio de desenvolvimento**

As relações de gênero no espaço rural, por exemplo, são desiguais e evidenciadas na divisão sexual do trabalho. Isso pode ser observado pelas funções que homens e mulheres desempenham na família, tanto na esfera produtiva, como na esfera reprodutiva. O trabalho da mulher rural, tanto na produção como no espaço doméstico e no serviço da família, torna-se um trabalho invisível para a esfera produtiva, dificultando assim, seu reconhecimento como trabalhadoras rurais.

Para Gasson e Errington (1993), no estudo sobre o tema de gênero nos sistemas agrários europeus, em que foi analisada a divisão de trabalho entre os sexos na agricultura, existe uma série de razões apontadas pelas sociedades rurais da Europa e dos EUA que justificam a divisão do trabalho no núcleo exploração-casa. Entre as razões, os entrevistados afirmam que as mulheres têm características diferenciadas (positivas e negativas) que determinam sua melhor adaptação a certas tarefas. Estas características, sempre expressas em relação ao homem, são: a falta de força e capacidade física, maior habilidade e destreza manual, instinto maternal, limitações para temas de mecânica, falta de cultura de trabalho, etc.

Neste sentido, como observado por Brumer (2004), culturalmente, a mulher é destinada a desempenhar determinadas atividades produtivas e reprodutivas e a conformar-se com a tradicional distribuição de poder e de acesso à terra, permanecendo em uma posição subordinada no ambiente familiar. Muitas vezes, neste espaço de relações sociais, aparece a

noção de “ajuda” para o trabalho realizado pelas mulheres no meio rural, que reforça a relação de poder e dominação do homem sobre a mulher. De acordo com Costa (2001), as relações de poder, neste contexto, indicam, dentro da condição feminina, que muitas mulheres não podem decidir suas vidas, não se constituindo enquanto sujeito, isto é, não exercendo o poder e, principalmente, não acumulando, mas reproduzindo esse poder, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. Assim, as relações existentes entre os sexos masculino e feminino são de desigualdade e subordinação.

Segundo Paulilo (2004), em um trabalho realizado em relação às mulheres rurais em cinco regiões diferentes do Brasil, em épocas diferentes, percebe-se a existência de uma distinção entre trabalho “pesado”, feito pelos homens, e trabalho “leve”, feito pelas mulheres. O trabalho era considerado “leve” não pela qualidade do próprio esforço despendido, mas pelo sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse.

Para a autora, o mesmo fenômeno se repetiu quando passou a ocorrer a divisão entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo. Trabalho doméstico é considerado atribuição da mulher, não sendo considerado trabalho produtivo. Trabalho na roça com o marido é trabalho produtivo, tanto quando o produto da colheita é destinado à venda quanto ao consumo. Para Melo, Considera e Sabbato (2007), esta invisibilidade do estudo das diferenças de gênero fortalece a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades de emprego que podem ser oferecidas às mulheres pelo desenvolvimento.

Diante destes fatos, uma alternativa que se tem trabalhado em termos de ganho para a autonomia destas mulheres rurais está também relacionada ao ganho de “poder”, explicado pelo uso da abordagem de desenvolvimento das capacitações, liberdade e a condição de agente por Amartya Sen. O autor considera que este ganho de poder é possível por meio do melhoramento da educação das mulheres, nas mudanças do direito a propriedade, em oportunidades de emprego e o ganho da visibilidade de seu trabalho. Segundo Sen (2000, p. 220), “[...] as mulheres não são mais consideradas passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, são vistas, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras de transformações sociais que podem alterar a vida de ambos”. Essa é a condição de agente, na qual as mulheres contribuem para as mudanças econômica e social, mudanças que se relacionam com o processo de desenvolvimento.

Talvez o argumento mais imediato para que haja um enfoque sobre a condição de agente das mulheres possa ser precisamente que essa condição pode ter na remoção

de iniquidades que restringem o bem-estar feminino. Trabalhos empíricos recentes evidenciaram o modo como o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são acentualmente influenciados por variáveis como o potencial das mulheres auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participar como pessoas instruídas nas decisões fora e dentro de casa (SEN, 2000, p.222).

Para Sen (1985) é importante adotar a análise de gênero para discutir o desenvolvimento, pois existem desigualdades reais que afetam a vida das mulheres. Sen (2001, p. 52) destaca a abordagem com o “[...] desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam [...]”, e as considera tanto fim quanto meio do desenvolvimento. Além disso, aborda a articulação das diferentes liberdades para promover o desenvolvimento. Considerando esta perspectiva de Amartya Sen, as questões de liberdade e escolha são muito difíceis. A problemática sobre a análise de gênero no desenvolvimento, quando relacionado às mulheres numa sociedade de origem e, ainda, de forte presença patriarcal, as disposições sociais impõem limites amplos em relação às mulheres.

Entende-se, portanto, que na situação das mulheres isso implicaria uma conquista de autonomia como sujeito e a capacidade de “ganhar” sua vida a partir de suas escolhas. O termo “*agency*”, para o tema de desenvolvimento para as mulheres, passou a ser usado de maneira mais assertiva, pois coloca o controle sobre sua própria vida, podendo fazer escolhas por meio da autorrealização (CORNWALL, 2013). Para a autora “o processo de fazer “escolhas” fala menos de capacidade de determinar parâmetros do possível do que a possibilidade de selecionar opções que as intervenções para o desenvolvimento tornam disponíveis” (CORNWALL, 2013, p.1).

Para Robeyns (2005), a abordagem de Sen não é um produto pronto para ser usado. O que o autor fez foi dar um quadro geral de pensamento que precisa ser definido e adaptado de acordo com suas regras. Sen enfatizou o papel das pessoas, que deve ser levado “a sério como agente” e deve ser envolvido no processo de capacitações de definição, como a expressão de uma grande avaliação coletiva.

### **2.2.2 O não reconhecimento do trabalho das mulheres no meio rural e a busca pelas atividades não agrícolas**

O meio rural brasileiro vem passando por transformações significativas, não somente econômicas, mas também no que diz respeito às relações sociais. As transformações tecnológicas implementadas por políticas setoriais na década de 1970 ocasionaram mudanças em várias dimensões, afetando também as décadas seguintes, como a redução dos postos de trabalho agrícola de forma abrupta, substituindo, por exemplo, a habilidade humana por equipamentos (STADUTO, SHIKIDA, BACHA, 2004). Até o final da década de 1970, a expansão industrial absorvia o excedente de mão de obra liberada do campo, mas, a partir dos anos de 1980, com a crise de endividamento do país e o declínio das políticas de industrialização, a população trabalhadora vinda do campo não conseguia mais novos postos de trabalho (MATTOSO; BALTAR, 1997).

Neste ambiente de mudanças na agricultura brasileira no período de 1980, surge uma nova configuração do meio rural brasileiro. Com a precarização dos postos de trabalho e das condições de sobrevivência no meio urbano, algumas famílias preferem ficar no campo, adotando outras estratégias de sobrevivência. Essas novas configurações não são somente agrícolas, mas também um novo cenário para o desenvolvimento de novas atividades e de multifuncionalidades, alterando os valores sociais, culturais e a organização da alocação de trabalho nas relações familiares. A nova configuração do trabalhador rural ou dos membros da família é de buscar complementar a sua renda e de sua família em outras atividades que não sejam atividades agrícolas (CAMPANHOLA; SILVA, 2000; NASCIMENTO, 2002).

Assim, a pluriatividade apresenta um conjunto de atividades não agrícolas remuneradas e praticadas por um ou mais membros da unidade familiar agrícola. Por atividades não agrícolas, entenda-se as atividades que não estão diretamente envolvidas com processos de produção animal e/ou vegetal (CARNEIRO, 2005). A pluriatividade é considerada uma estratégia da família com finalidade de diversificar a renda fora do estabelecimento agrícola para garantir sua reprodução e permanência no campo (SCHNEIDER, 2004).

O aumento no número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, segundo Graziano da Silva (1999), não se deve simplesmente ao fato de o tempo de trabalho nas atividades agrícolas não demandar todo o tempo disponível da família, mas também ao fato de a agropecuária, muitas das vezes, não gerar uma renda suficiente para mantê-las em condições

dignas de vida no campo. Graziano da Silva (1999) afirma que não é possível caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. Dessa forma, um conjunto de atividades não agrícolas, como prestação de serviços, o comércio e a indústria, corresponderam cada vez mais a uma nova dinâmica do meio rural brasileiro.

Neste sentido, vem sendo analisado o aumento consistente de diferentes tipos de famílias rurais – os empregadores, contas-próprias e assalariados –, com indivíduos ocupados em atividade agrícolas ou não agrícolas. Ou seja, o meio rural não é apenas espaço para a produção agropecuária, mas também de outras atividades econômicas, e para muitas pessoas é apenas um lugar de residência (STADUTO *et al.*, 2007). Isso revela uma menor dependência das atividades agrícolas.

A participação da mulher neste novo processo no meio rural apresentou um aumento nas atividades não agrícolas. A ausência de reconhecimento dos diversos tipos de trabalho desenvolvidos pelas mulheres no meio rural tem levado à busca por outras atividades que tenham remuneração. Para Rua e Abramovay (2000), um indicador da invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser observado pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevada do que nos demais setores econômicos. Cabe assinalar que é na agropecuária que esse fenômeno se manifesta de forma mais eloquente.

No meio rural existe uma forte divisão sexual do trabalho, já que há o direcionamento para que os homens sejam responsáveis pelo trabalho produtivo, seja na agricultura ou na pecuária, especificamente em todas as tarefas consideradas mercantis. As mulheres são responsáveis pelo trabalho considerado reprodutivo, especificamente, o trabalho doméstico, o cuidado dos quintais e dos pequenos animais, além da reprodução da própria família, como nascimento e cuidados de seus membros familiares, não gerando assim valor monetário. Além disso, o que se observa sobre o trabalho destas mulheres rurais nas atividades ditas produtivas são invisibilizados, visto apenas como “ajuda”. Desse modo, a mulher fica restrita ao espaço considerado privado, e o homem, ao espaço público.

Além disso, para Melo e Di Sabatto (2009), a urbanização é uma consequência da contínua expansão dos setores secundário e terciário, que abriu espaço para a absorção da população rural migrante. Para os autores, pode ser observado, pelos dados de 1993 e 2004 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que o crescimento da ocupação agropecuária foi negativo (-2,3%), observando-se também a substancial queda da ocupação feminina (-8,7%), enquanto a masculina teve uma taxa de crescimento de apenas 1,1%.

Para Faria (2009), à medida que aumenta o nível de escolaridade e renda, diminui a jornada de trabalho doméstico para as mulheres. Em grupos com menos recursos, há maior dependência da esfera doméstica, e isso se evidencia com mais força no campo. A autora ainda questionou: Por que em situações em que ocorreram algumas mudanças, como, por exemplo, conquista de autonomia econômica, as mulheres continuam realizando o trabalho doméstico e ainda o consideram uma atribuição sua?

Segundo Melo e Castilho (2009), a resposta à pergunta sobre quem faz ou quem executa os afazeres domésticos é trivial: são as mulheres, (donas de casa e suas empregadas domésticas), com auxílio de algumas pessoas do sexo masculino, já que este tipo de trabalho é naturalizado como feminino.

O trabalho remunerado (assalariados, por conta própria e empregadores) também cresceu no campo, segundo Melo e Di Sabatto (2009), nos anos de 1993, 1995, 1998, 2001, 2004 e 2006, sobretudo para os homens. Mas, as informações apontam, segundo os autores, para o avanço de relações assalariadas para as trabalhadoras rurais. Por último, observa-se que embora as mulheres tenham declarado um aumento das horas trabalhadas semanalmente, a diferença das jornadas de trabalho permanece.

Além disso, outro dado que chamou a atenção dos autores Melo e Di Sabatto (2009, p. 98) foi para a elevação da participação das mulheres chefes de família: “de 11,4% em 1993, para 12,2% em 1995, 12,8% em 1998, 13,5% em 2001, 14,2% em 2004, e em 2006 essa taxa de participação foi de 16,2%, bem em consonância com as mudanças em curso no papel da família e aparente dissolução dos laços familiares”. Assim, no meio rural, a posição de chefe na família, mesmo esta ainda sendo tradicionalmente um lugar masculino, começou a dar indícios de que podem também sofrer com as transformações em curso da sociedade. O crescimento da taxa de participação de mulheres chefes de família, para o entendimento dos autores, já começou a repercutir no campo, o que está acontecendo na sociedade brasileira: “um aumento da chefia feminina, embora ainda numa taxa inferior à média nacional”. (MELO; DI SABATTO, 2009, p. 98).

As atividades não agrícolas foram colocadas por formuladores de políticas públicas como uma alternativa para melhorar a renda no meio rural, ou ainda, uma alternativa para trabalhadores e pequenos produtores que não estavam sendo absorvidos parcial ou totalmente pela agricultura (NEY; HOFFMANN, 2008). Segundo Barros, Almeida e Castro (2019), entre os anos de 2012 e 2018, a participação no emprego rural não agrícola por parte de moradores da zona rural cresceu de 41,5% para 47,5%. Além disso, no período de 2012 e 2018, o

número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e residentes em domicílios rurais cresceu 4,6% (BARROS; ALMEIDA; CASTRO, 2019).

Nesse contexto das atividades não agrícolas, outra questão que envolve a participação das mulheres rurais é o fato de que, muitas vezes, estas atividades são vistas como uma alternativa de permanência da mulher no meio rural ou como uma forma de tornar a sua contribuição familiar visível e produtiva.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados foram coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) usando o *software estatístico SPSS (Statistical Pacckage for the Social Sciences)*. A coleta foi realizada por dados absolutos e transformados em porcentagens para cada variável analisada. O tratamento dos dados em porcentagem foi apresentado em tabelas, para o Brasil e por regiões. Os anos selecionados foram os anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012, analisando assim, ao longo do tempo se houve mudanças nas últimas décadas nas ocupações do meio rural.

#### 3.1 FONTE DE DADOS

A fonte dos dados utilizados para o estudo da ocupação das mulheres no meio rural do Brasil, foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Os anos selecionados para o estudo são 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012. Para as atividades selecionadas, todos os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de dez anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou penúltima do mês de setembro<sup>8</sup>.

A escolha dos anos baseou-se na dificuldade da escolha das variáveis para cada período. Assim, a opção foi selecionar o mesmo ano de início e o mesmo ano de final da década para dar continuidade das análises, já que, a cada década, a PNAD atualiza sua forma de coleta, e essa mudança é orientada pelos resultados do Censo Demográfico de cada década, ocorrendo muitas vezes mudanças nas posições das variáveis ou mesmo a retirada de algumas delas. Cabe ressaltar que as PNADs são a base de dados mais atualizada e com maior frequência de coleta, como a anual.

A PNAD foi implementada no Brasil a partir de 1967 como um sistema de pesquisas domiciliares. O seu objetivo é o de apresentar informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Segundo o IBGE (2012), é um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que tem vários objetivos, investigando diversas características socioeconômicas e demográficas. Algumas destas têm caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e

---

<sup>8</sup> As PNADs apresentam dados referentes às características por amostras dos domicílios e de pessoas separadamente. No trabalho serão usadas as características por amostra de pessoas.

habitação. Outras têm periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país.

Desde sua criação, no início do segundo trimestre de 1967, até 1970, os resultados apresentados tinham uma periodicidade trimestral. No entanto, a partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre. Desde então, as pesquisas somente são interrompidas para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2012).

O uso do ano de 1992<sup>9</sup> no estudo deveu-se a um processo de reformulação que aconteceu na PNAD neste período, permitindo um aprofundamento na questão da diversidade das relações de trabalho no Brasil. Além disso, o ano de 1992 foi escolhido por ser imediatamente posterior ao Censo Demográfico de 1991. A partir de 1992, foi também possível estudar, entre outros aspectos, as especificidades da inserção da população em atividades agrícolas e não agrícolas. E como fechamento da década de 1990, a escolha foi pelo ano de 1999, de modo a poder fazer uma análise temporal dos dados selecionados neste trabalho. Para a continuação das análises dos dados sobre as mulheres ocupadas no Brasil, optou-se por manter a escolha dos anos de 2002 e de 2009, com a mesma intenção de verificar a década de 2000, conseqüentemente até o ano de 2012, seguindo assim a manutenção da análise temporal do início da década de 2010.

No questionário da PNAD, foi perguntado sobre o trabalho principal da semana de referência e se aquele era o único trabalho que a pessoa teve nesse período. Caso tivesse mais de um, a entrevistada deveria eleger um trabalho principal. Para tanto, deveria usar os seguintes critérios: o trabalho da semana de referência, no qual teve maior tempo de permanência, foi considerado como principal; em caso de igualdade no tempo de permanência, no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais; e em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento. Para determinar qual é a ocupação da entrevistada, será o usado o cargo, função, profissão ou ofício que a pessoa exercia. Para Del Grossi (1999), a

---

<sup>9</sup> Os anos escolhidos no trabalho tentam retratar cada início e final de década. No ano de 1990, ocorreu atraso para a realização do Censo Demográfico, de modo que este só foi realizado em 1991. Então, o ano utilizado após os dados do Censo, com a modificação das variáveis nesta década para a PNAD foi o de 1992.

descrição deve ser a mais detalhada possível, evitando-se definições vagas e genéricas, além de não dever ser confundida com a formação profissional, pois o que se procura é a função de fato.

A abrangência<sup>10</sup> geográfica da PNAD também foi levada em consideração para a coleta de dados para a pesquisa. A PNAD ampliou-se gradativamente, desde o seu início em 1967, em que compreende hoje o Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 1960 a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Reiniciada em 1971, nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973, já cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste. Esta cobertura foi mantida até 1979. Em 1981, a abrangência geográfica da PNAD foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para as pesquisas da década de 1990 e para a de 2001, esta abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação (IBGE, 2002).

Em 2004 foi realizado um novo aprimoramento na PNAD, em relação sua cobertura, passando a investigar tanto as áreas rurais como as urbanas das seis Unidades da Federação da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá). Em 2004, a inclusão dessas áreas rurais foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Esse procedimento foi adotado até a PNAD 2009. E a partir de 2011 são as mais atualizadas até o momento, um novo aprimoramento foi realizado: a seleção da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá seguindo a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação. A maior parte do período analisado na tese, as PNADs são para áreas rurais de todas as regiões exceto o Norte, que somente nas duas últimas utilizadas as áreas rurais da região Norte foram incluídas.

---

<sup>10</sup> A comparação dos resultados da PNAD deve levar em conta que a classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos censos demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD, realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permaneceu para a pesquisa da PNAD de 2001. Consequentemente, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do censo demográfico, que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio. (IBGE, 2002).

Neste trabalho, foram usados os dados dos ocupados na semana de referência da pesquisa (agrícola), que foram agrupados por características comuns. A determinação do filtro utilizado para o trabalho de pesquisa nas PNADS dos anos 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012<sup>11</sup>, foram as variáveis que fazem um recorte das características do universo da população pesquisada, que determinou a população ocupada no meio rural. Para tal determinação da pesquisa foi necessário o recorte para o seguinte filtro: a situação censitária para o meio rural (Rural: V4728>3); Condição de ocupação (V4705 e V4805); Sexo (V0302=4) e a Unidade da Federação (UF)<sup>12</sup>.

A Tabela 1 traz os filtros que correspondem à construção desta pesquisa e a descrição das demais variáveis socioeconômicas.

**Tabela 1 – Composição dos filtros utilizados na seleção dos dados utilizados na pesquisa**

Variável da PNAD	Descrição	Número das variáveis
Unidade da Federação*	11 a 17 - Norte 21 a 29 – Nordeste UF 31 a 33, 35 – Sudeste 41 a 43 – Sul 50 a 53 - Centro-Oeste	UF
Código de situação censitária	4 - Rural - Aglomerado rural de extensão urbana 5 - Rural - Aglomerado rural, isolado, povoado 6 -Rural - Aglomerado rural, isolado, núcleo 7 - Rural - Aglomerado rural, isolado, outros aglomerados 8 - Rural – Zona rural exclusive aglomerado rural	V4728
Sexo	2 - Masculino 4 - Feminino	V0302
Condição de ocupação	1 - Ocupadas	V4705 e V4805

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da PNAD.

\*A região Norte consta apenas nos anos de 2009 e 2012.

As descrições dos resultados foram divididas entre os grupos de análises do Brasil e entre as grandes regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Norte. Os dados por regiões são importantes para demonstrar as semelhanças e as diferenças da distribuição das características selecionadas: quantidade da população ocupada (V0302), faixa etária (V8005); cor ou raça (V0404), anos de estudo (V4703), horas trabalhadas (V9058), afazeres domésticos (V9121), e horas gastas no fazeres domésticos (V9921). Além disso, a escolha destas variáveis são para caracterizar aspectos referente às ocupações das mulheres rurais, com suas características demográficas, sociais e de trabalho.

<sup>11</sup> Na coleta dos dados absolutos, os do ano de 2019 ainda não estavam disponíveis quando foram coletados os dados, em 2018.

<sup>12</sup> Em relação aos filtros referentes às características dos ocupados no meio rural, foi feita a subtração daqueles que declararam residência na zona rural na semana de referência.

Os resultados apresentados no Capítulo 4 referem-se às ocupações rurais na semana de referência, com a distribuição de frequência entre os homens e as mulheres e com uma análise comparativa das características das variáveis selecionadas. A seleção das variáveis buscou evidenciar as mudanças que as ocupações passaram ao longo do período selecionado, como também as diferenças e as semelhanças entre os dados – tais como a idade, a cor ou raça, os anos de estudo, a carga horária trabalhada, os afazeres domésticos e as horas gastas nos afazeres domésticos – do percentual de ocupados entre homens e mulheres.

Em seguida, no Capítulo 5 foram apresentados os resultados das ocupações rurais somente para as mulheres no Brasil e nas grandes regiões. O capítulo descreve a participação das mulheres ocupadas entre os ramos de atividades para os anos de 1992 e 1999 (V4709) e os grupamentos de atividades para os anos de 2002, 2009 e 2012 (V4809), trazendo o percentual da distribuição das características das variáveis: faixa etária (V8005); cor ou raça (V0404); anos de estudo (V4703); horas trabalhadas (V9058); afazeres domésticos (V9921, 121); horas gastas no fazeres domésticos (V9921, 121a); e o tipo de família (V4723). Abaixo na Tabela 2, a composição das variáveis.

**Tabela 2 – Composição dos indicadores sociais entre homens e mulheres e os ramos e grupamentos de atividades**

(contínua)		
Variável da PNAD	Descrição	Número das variáveis
Sexo	2- Masculino; 4 - Feminino	V0302
Idade do morador	000 a 098 e 999 – Idade ignorada	V8005
Cor ou raça	2 – Branca; 4- Preta; 6- Amarela; 8 – Parda; 0 – Indígena; 9- Ignorada	V0404
Anos de estudo	1- Sem instrução e menos de 1 ano; 2 - 1 ano; 3 - 2 anos; 4 - 3 anos; 5 - 4 anos; 6 - 5 anos; 7 - 6 anos; 8 - 7 anos; 9 - 8 anos; 10 - 9 anos; 11 - 10 anos; 12 - 11 anos; 13 - 12 anos; 14 - 13 anos; 15 - 14 anos; 16 - 15 anos ou mais; 17 - Não determinados e sem declaração	V4703

(conclusão)

<b>Variável da PNAD</b>	<b>Descrição</b>	<b>Número das variáveis</b>
Cuidava dos afazeres domésticos	1 -Sim; 3 -Não; 9 – Ignorado; Não aplicável	V9121
Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos	00 a 98 - Hora(s); 99 – Ignorado; Não aplicável	V9921
Horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da semana de 22 a 28/09/2002 para pessoas de 10 anos ou mais	1 - Até 14; 2 - 15 a 39; 3 - 40 a 44; 4 - 45 a 48; 5 - 49 ou mais; 6 - Sem declaração	V4707
Tipo de família (para todos os moradores)	1 - Casal sem filhos; 2 - Casal com todos os filhos menores de 14 anos; 3 - Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais; 4 - Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais; 5 - Casal com filhos sem declaração de idade dos filhos; 6 - Mãe com todos os filhos menores de 14 anos; 7 - Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais; 8 - Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais; 9 -Mãe com filhos sem declaração de idade dos filhos; 10 - Outros tipos de família	V4723
Ramos de atividade no trabalho principal da semana de referência - pessoas de 10 anos ou mais;	1- Agrícola; 2 -Indústria de transformação; 3-Indústria da construção; 4 - Outras atividades Industriais; 5- Comercio de mercadorias; 6 - Prestação de serviços; 7- Serviços de auxiliares da atividade econômica; 8 - Transporte e comunicação social; 9 - Administração pública; 10- outras atividades; 11- atividades mal definidas	V4709
Grupamentos de atividade no trabalho principal da semana de 22 a 28/09/2002 para pessoas de 10 anos ou mais - CD2000	1- Agrícola; 2- Indústria; 3- Indústria de transformação; 4 – Construção; 5 - Comércio e reparação; 6 - Alojamento e alimentação; 7 - Transporte, armazenagem e comunicação; 8 - Administração pública; 9 - Educação, saúde e serviços sociais; 10- Serviços domésticos; 11 - Outros serviços coletivos, sociais e pessoais; 12 - Outras atividades; 13 - Atividades mal definidas ou não declaradas	V4809

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da PNAD.

Os resultados foram apresentados no Capítulo 5 em dois momentos. O primeiro momento corresponde aos anos de 1992 e 1999, com os ramos de atividades: agrícola;

indústria de transformação; indústria da construção; outras atividades industriais; comércio de mercadorias; prestação de serviços; serviços auxiliares da atividade econômica; transporte e comunicação; social; administração pública; e outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas.

O segundo momento corresponde aos anos de 2002, 2009 e 2012, com os grupamentos de atividades: agrícola; indústria; indústria de transformação; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas. Esta separação foi necessária já que ocorreram mudanças das posições das variáveis e de nomenclatura (ramos e grupamentos de atividades) na PNAD.

Assim, os indicadores sociais por ramos de atividades ou dos agrupamentos de atividades que podem explicar as diferenças e semelhanças das mulheres ocupadas para as atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do Brasil e nas regiões do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste são: percentual de participação das mulheres ocupadas entre os ramos de atividades; percentual das mulheres e os anos de estudo; percentual das mulheres que cuidavam dos afazeres domésticos na semana de referência; percentual das mulheres que tinham apenas um trabalho na semana com as horas gastas trabalhadas na semana de referência (exclusive afazeres domésticos); percentual das mulheres e a carga horária de trabalho semanal e dos afazeres domésticos; percentual da condição na família das mulheres na semana de referência.

A escolha destas variáveis está na tentativa de apresentar as características destas trabalhadoras rurais, já que as transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e na posição social da mulher alteraram a divisão sexual de trabalho nas áreas rurais, assim como nas áreas urbanas. Para Bruschini (2009), esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as suas transformações no perfil da força de trabalho.

Apresentar o percentual das mulheres ocupadas nos ramos de atividades ou nos grupamentos de atividades e o número de horas trabalhadas e de horas dedicadas aos afazeres domésticos sublinha a importância do reconhecimento da dupla jornada de trabalho para as mulheres, já que a tabulação feita para as horas gastas nos afazeres domésticos aponta o número de horas semanais que as pessoas habitualmente dedicavam a esses afazeres. A PNAD define “afazeres domésticos” como a realização das tarefas ou atividades (não

remuneradas) de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça – utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es) –; orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou o terreno que circunda a residência.

Para permitir uma melhor visualização dos resultados dos indicadores sociais da divisão sexual do trabalho extraídos da PNAD, estes serão apresentados por meio de tabelas, especificando o Brasil e as grandes regiões do país. Desse modo, pretende-se contemplar as diferentes características das mulheres ocupadas no meio rural.

## **4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE HOMENS E MULHERES NO BRASIL E REGIÕES**

Neste capítulo, são apresentados os resultados comparativos entre os homens e mulheres, a partir da distribuição de frequência, para os anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012 no Brasil e nas grandes regiões do país. São destacados os resultados das análises acerca da divisão sexual do trabalho e as ocupações no meio rural.

Assim, são apresentadas ao longo deste capítulo as características gerais da ocupação da população rural brasileira, no que tange tanto ao Brasil como um todo, como às grandes regiões do país, com uma caracterização comparativa entre homens e mulheres do perfil dos ocupados no meio rural. Esses resultados se referem a características socioeconômicas referentes ao referido perfil, tais como: percentual da população ocupada, idade, cor ou raça, anos de estudo, carga horária trabalhada, afazeres domésticos e as horas gastas nos afazeres domésticos entre homens e mulheres ocupados no meio rural.

### **4.1 A CARACTERIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES NO MEIO RURAL PELA DIVISÃO SEXUAL**

As mudanças ocorridas nos padrões de crescimento e composição da população brasileira provocaram importantes desafios para a formulação das estratégias de desenvolvimento. A população rural não ficou excluída deste processo de mudanças, mas, por suas peculiaridades, demandou uma abordagem diferenciada das estratégias de desenvolvimento em relação às adotadas convencionalmente para áreas urbanas.

Na Tabela 3, são expostos os resultados da população rural ocupada no Brasil no período de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012, entre homens e mulheres. Como observado nesse conjunto de resultados, no meio rural, os homens permanecem com maior taxa de ocupação, com o aumento em torno de 2,1 pontos percentuais dos ocupados ao longo do período. Essa variação para as mulheres foi de decréscimo de participação, com perda de 2,1 pontos percentuais. Observa-se, assim, que, na distribuição da ocupação, permaneceu a maior participação dos homens no meio rural ao longo do período, com acentuação das diferenças de ocupação no meio rural.

**Tabela 3 – Percentual da população rural ocupada no Brasil em períodos**

<b>Brasil</b>	<b>1992</b>	<b>1999</b>	<b>2002</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>
<b>Homens</b>	62,1%	61,7%	62,2%	62,8%	64,2%
<b>Mulheres</b>	37,9%	38,3%	37,8%	37,2%	35,8%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

O total da população rural ocupada no Brasil foi representada por 62,1% de homens em 1992, e por 64,2% em 2012. Já para as mulheres, o percentual foi de 37,9% em 1992, para 35,8% das mulheres ocupadas no meio rural em 2012, configurando uma queda na sua participação ao longo do período, como observado na Tabela 3. Essa diferença apresentada nos dados pode estar relacionada, segundo Brumer e Anjos (2008), aos elevados índices migratórios do rural em direção às cidades, principalmente, entre os jovens e mulheres, implicando ainda outras características do meio rural, como o envelhecimento e a “masculinização” da população rural.

Entre estes fatores apontados como os determinantes da expressiva redução da população rural, há os fatores endógenos e exógenos relacionados à estrutura familiar (SAKAMOTO; MAIA, 2013). Neste sentido, os fatores endógenos estão relacionados à queda da fecundidade e fragmentação das famílias (SAKAMOTO; MAIA, 2013). Nos fatores exógenos à estrutura familiar, citam-se a modernização da agricultura, as extremas desigualdades territoriais, e as oportunidades de emprego e renda nos grandes centros urbanos, que tendem a atrair um expressivo contingente de mão de obra às grandes e médias cidades (ANJOS; CALDAS, 2005).

Os resultados da população rural ocupada nas regiões brasileiras no período de 1992 e 2012, classificados por gênero, são mostrados na Tabela 4. A apresentação dos resultados para os anos inicial e final tem a intenção de facilitar a análise ao longo do período. Os ocupados entre homens e mulheres no meio rural estão divididos entre as grandes regiões do país.

**Tabela 4 – Percentual da população rural ocupada por regiões nos anos de 1992 e 2012**

<b>Regiões</b>	<b>Gênero</b>			
	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	<b>1992</b>	<b>2012</b>	<b>1992</b>	<b>2012</b>
<b>Nordeste</b>	62,1%	65,0%	37,90%	35,0%
<b>Sul</b>	64,0%	60,1%	36,00%	39,9%
<b>Sudeste</b>	58,7%	64,1%	41,30%	35,9%
<b>Centro-Oeste</b>	65,8%	67,6	34,20%	32,4
<b>Norte</b>	-	65,1%	-	34,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

Como apresentado na Tabela 4, a região Centro-Oeste é a que concentrou maior número de participação dos ocupados no meio rural entre homens, sendo observado que nos anos de 1992 e 2012 houve o aumento da sua participação e o decréscimo da participação das mulheres. Nordeste e Sudeste apresentaram a mesma tendência. Somente na região Sul ocorreu o decréscimo da participação dos homens e o aumento da participação das mulheres ocupadas: houve um declínio de 3,9 pontos percentuais entre os homens de 1992 e 2012, e um ganho de 3,9 pontos percentuais para as mulheres. Assim, conforme observado nos resultados da Tabela 4, não só a preponderância de ocupados no meio rural é masculina em todas as regiões do país, como em quase todos os anos essa masculinização acentuou-se.

Sobre a migração de jovens e mulheres no meio rural, para Brumer (2004; 2007), alguns fatores podem explicar essa seletividade, como: a falta de oportunidades para a inserção dos jovens de forma independente dos pais; a forma com que ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários; a relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; a priorização dos homens em relação às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, bem como na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos, nas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; a exclusão das mulheres na herança da terra; a desvalorização das atividades desempenhadas por mulheres na agricultura familiar, por estarem estas atreladas ao trabalho doméstico não remunerado e ao cuidado da família; e a invisibilidade do trabalho doméstico, mesmo que este contribua como força de trabalho agrícola familiar.

Outro aspecto a se destacar no meio rural são as mudanças impulsionadas pela inovação tecnológica, com influência sobre o movimento migratório das mulheres do meio rural para o urbano. Cabe ressaltar, no entanto, que essas mudanças praticamente não alteraram as relações de poder entre os sexos, principalmente no que tange ao trabalho reprodutivo. Para Butto e Hora (2008), a modernização do campo a partir da inserção das máquinas agrícolas não incluiu a modernização nas estruturas do trabalho doméstico para facilitar a inclusão da mulher nas tarefas produtivas e, assim, mitigar a forte divisão sexual do trabalho existente entre homens e mulheres.

Assim, como apontam Froehlich, *et al.* (2011, p. 28), “a gravidade processo de masculinização rural tem como implicação a diminuição da presença feminina, que pode modificar a forma de conviver das comunidades, comprometer a formação da família e, portanto, a sucessão familiar dos estabelecimentos.” Para os autores, o processo de

masculinização rural irá comprometer de forma intensa e contínua a sustentabilidade destes territórios.

Além desta distribuição dos ocupados entre homens e mulheres no meio rural, outro fator a ser levado em conta é a faixa etária dos ocupados, pois este também pode apresentar diferenças substanciais na sua composição. Consequentemente, a análise dessas diferenças pode ajudar no entendimento da distribuição da ocupação no meio rural. Os resultados no que diz respeito a esse aspecto são apresentados na seção seguinte.

#### 4.2 A COMPOSIÇÃO DA FAIXA ETÁRIA ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADOS NO MEIO RURAL

A composição da faixa etária entre homens e mulheres ocupados no meio rural, está apresentada na Tabela 5, com início no estrato a partir de 10 anos de idade até a estratificação acima de 60 anos.

**Tabela 5 - Percentual da faixa etária para homens e mulheres ocupadas no meio rural do Brasil**

Faixa Etária	1992	1999	2002	2009	2012
	Homens				
A partir de 10 anos	1,7%	1,2%	2,3%	0,5%	0,3%
11-20	27,8%	24,5%	21,9%	16,4%	14,3%
21-30	22,5%	20,9%	21,7%	21,2%	20,6%
31-40	17,1%	19,0%	18,7%	20,0%	20,1%
41-50	12,8%	14,4%	15,0%	18,0%	18,6%
51-60	9,2%	10,5%	10,8%	13,2%	14,1%
Acima de 60 anos	8,8%	9,5%	9,5%	10,7%	12,0%
Mulheres					
A partir de 10 anos	1,3%	0,8%	1,5%	0,3%	0,2%
11-20	23,3%	19,8%	17,0%	10,9%	10,0%
21-30	22,0%	20,0%	21,2%	21,5%	20,9%
31-40	18,9%	21,3%	21,1%	23,0%	22,9%
41-50	15,0%	17,2%	17,1%	19,9%	21,2%
51-60	11,2%	12,0%	12,4%	14,2%	14,9%
Acima de 60 anos	8,3%	8,8%	9,6%	10,2%	9,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período.

Como observado na Tabela 5, em 1992 a faixa etária com maior número de representantes se encontrava nas faixas de 10 anos até aos 40 anos entre homens e mulheres. Mas ao analisar ao longo período até 2012, foi observada uma diminuição expressiva da frequência entre homens e mulheres nas faixas etárias até 30 anos, e aumento das faixas etárias seguintes, isto é, acima de 30 anos. Quando observadas separadamente a faixa etária

por anos pode-se observar que há uma diminuição do número de crianças no grupo a partir dos 10 anos, tanto para homens como para mulheres. Já na transição da idade entre 11-20 e 21-30 anos, foi possível também observar diminuição acentuada, mas com maior diminuição para as mulheres, com variação ao longo dos anos de 1992 a 2012 de 10% aproximadamente.

Ainda conforme a Tabela 5, é possível observar que houve, ao longo dos anos, mobilidade entre os estratos da participação entre homens e mulheres ocupados no meio rural do Brasil, evidenciando o envelhecimento da população rural. Isso foi observado entre os três primeiros estratos, na faixa de 10 anos a 30 anos, em que ocorreram a diminuição da frequência entre os homens e mulheres e o aumento percentual da participação entre os sexos para os quatros estratos finais da faixa acima dos 30 anos até a faixa acima de 60 anos.

Em relação às mulheres ocupadas, para os anos de 2009 e 2012 há um considerável aumento da participação das faixas etárias de 31-40 e 41-50 anos. Já para os homens, neste mesmo período, apresentou-se um equilíbrio nas faixas etárias. Também é possível observar, nos anos de 2009 e 2012, um aumento de percentual na faixa etária de 51-60 anos, observando o envelhecimento da população rural ocupada, com maior participação dos homens nessa composição.

O aumento do percentual de idosos é consequência do declínio das taxas de mortalidade e da manutenção da baixa taxa de natalidade (ALVES; CAVENAGHI, 2013). Isto também refletiu nos resultados apresentados, com a redução, na população ocupada nos anos de 1992 e 2012, da faixa etária a partir de 10 anos de idade e o aumento da faixa etária de 41-50 anos, 51-60 anos e acima dos 60 anos de idade.

Na composição geral dos resultados para a idade por região, apresenta-se a distribuição em três estratos e apenas para os anos inicial e final da análise, a fim de facilitar a leitura, como apresentado na Tabela 6. Na Tabela 6, os resultados para as faixas etárias das pessoas ocupadas no meio rural para os anos de 1992 e 2012 para as grandes regiões apresentaram uma diminuição na faixa etária de até 30 anos no meio rural tanto para homens como também para mulheres em todas as regiões. Em consequência, todas as regiões tiveram o aumento na frequência dos anos de 31-50 anos e dos 51 acima de 60 anos.

**Tabela 6 – Distribuição percentual das faixas etárias entre homens e mulheres no meio rural nas grandes regiões<sup>13</sup>**

Regiões	Faixas etárias	Gênero	
		Homens	Mulheres

<sup>13</sup> Os resultados completos para todas as regiões e com todas as estratificações para as faixas etárias foram disponibilizados no Apêndice A deste trabalho.

		1992	2012	1992	2012
<b>Nordeste</b>	Até 30	53,0%	39,0%	47,9%	32,4%
	31 – 50	29,0%	36,8%	32,6%	44,0%
	51 – Acima de 60	18,0%	24,0%	19,5%	23,6%
<b>Sul</b>	Até 30	45,6%	31,0%	44,8%	29,1%
	31 – 50	35,1%	40,0%	35,7%	44,9%
	51 – Acima de 60	19,3%	29,0%	19,5%	26,0%
<b>Sudeste</b>	Até 30	47,0%	28,0%	45,0%	27,2%
	31 – 50	35,0%	39,9%	36,4%	42,2%
	51 – Acima de 60	18,0%	32,1%	18,6%	30,6%
<b>Centro-Oeste</b>	Até 30	49,1%	26,4%	49,4%	26,2%
	31 – 50	34,4%	44,9%	36,8%	48,4%
	51 – Acima de 60	16,5%	28,7%	13,8%	25,4%
<b>Norte</b>	Até 30	-	39,8%	-	36,1%
	31 – 50	-	38,9%	-	44,7%
	51 – Acima de 60	-	21,3%	-	19,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

No que diz respeito às regiões do Brasil, as faixas etárias de até 30 anos, em 1992, apresentavam maior frequência entre os homens em todas as regiões, com destaque para a região do Nordeste, seguida da região Centro-Oeste, diferentemente do que ocorreu com a participação em 2012. Outro destaque para as mudanças ocorridas nas faixas etárias entre os homens nas regiões foi o aumento percentual das frequências nas faixas etárias acima de 30 anos.

Nas faixas etárias das mulheres ocupadas por regiões que foram apresentadas na Tabela 6, o Centro-Oeste foi a região que apresentou a menor frequência percentual ao longo do período, com diminuição de 23,2% das mulheres com até 30 anos. Já as regiões do Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul revelaram uma maior proporção de mulheres nas faixas etárias de 31-50 anos. A região do Sudeste foi a que apresentou maior aumento do número de mulheres para a faixa etária de 51 acima de 60 anos.

Em síntese, os resultados para as faixas etárias revelam que as características da frequência etária de cada região influenciam também na taxa percentual dos ocupados no meio rural.

As regiões apresentaram a composição de distribuição da participação das mulheres com maior frequência percentual para a faixa etária acima dos 30 anos a 51 anos, mesmo participando da tendência da diminuição da ocupação. Além disso, a proporção das mulheres na faixa etária de até 30 anos apresentou percentual menor que a dos homens, o que comprometerá, conseqüentemente, o futuro da composição entre homens e mulheres no meio rural, tendo como consequência um número menor de mulheres ocupadas no meio rural.

Para Carneiro (2005), esse fenômeno de redução do número de mulheres no campo pode ser explicado, em parte, pelo tratamento diferenciado que as filhas recebem, o que não condiz com as condições de igualdade, mesmo sendo constitucionalmente asseguradas. Esta desigualdade nas relações familiares implica também um processo de masculinização no meio rural.

Segundo Camarano e Abramovay (1999), foi na década de 1990 que o êxodo rural passou por mudanças de composição etária e por sexo. Para os autores, aumentou a migração da mulher rural para áreas urbanas, onde ela foi buscar as atividades terciárias. Além disso, os jovens rurais passaram a também procurar novas oportunidades para complementar a renda da família ou para formar novas famílias. Para as moças, esse processo se acentuou também pela sua formação educacional, já que elas são mais valorizadas pelo estudo do que os rapazes (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). E, para os autores, a continuidade desse processo tem como conseqüências previsíveis a masculinização e o envelhecimento do campo.

Os resultados da distribuição entre as faixas etárias para homens e mulheres ocupadas no meio rural apresentaram, entre os anos de 1992 e 2012, a diminuição da população na faixa etária de até 30 anos e, conseqüentemente, o aumento nas faixas etárias de 31-50 anos, e, principalmente, na de 51-acima de 60 anos. Esse processo denota o envelhecimento da população rural ocupada e também a diminuição da população em idade jovem no campo, o que poderá comprometer futuramente as taxas de ocupação da população rural, com percentual menor de ocupação jovem entre as mulheres em todas as regiões do Brasil.

#### 4.3 A CATEGORIA COR OU RAÇA PARA HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E AS GRANDES REGIÕES

Para a categoria cor ou raça, a PNAD considera as seguintes classificações: branca, parda, preta, amarela e indígena. Para os anos analisados, as categorias predominantes foram: branca, parda e preta, como podemos observar na Tabela 7.

**Tabela 7 – Distribuição percentual de pessoas ocupadas no meio rural por cor ou raça no Brasil**

	1992	1999	2002	2009	2012
Homens					
<b>INDÍGENA</b>	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,8%
<b>BRANCA</b>	44,6%	44,3%	43,8%	35,8%	35,5%
<b>PRETA</b>	6,1%	5,4%	4,9%	6,3%	7,2%
<b>AMARELA</b>	0,1%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%
<b>PARDA</b>	49,1%	49,9%	50,9%	57,4%	56,2%
<b>IGNORADA</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mulheres					
<b>INDÍGENA</b>	0,1%	0,2%	0,3%	0,3%	0,8%
<b>BRANCA</b>	47,0%	46,3%	46,5%	39,1%	38,5%
<b>PRETA</b>	5,4%	5,0%	4,2%	5,9%	6,5%
<b>AMARELA</b>	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
<b>PARDA</b>	47,3%	48,3%	48,9%	54,4%	53,9%
<b>IGNORADA</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período.

Em 1992, a população rural ocupada com maior frequência era da cor ou raça parda, entre homens e mulheres. Em seguida, a cor ou raça branca era a de maior representatividade. Na terceira posição com maior representatividade, segundo a autodeclaração da população rural ocupada, encontrava-se a cor ou raça preta.

Somando aquelas que declararam cor ou raça preta ou parda, ou seja, a população negra, têm-se mais de 50% da população ocupada no meio rural sendo representada por esta categoria em todos os anos observados. Os resultados para o Brasil denotam que a distribuição da população rural está concentrada, segundo cor ou raça, entre branca e preta/parda, com aumentos ao longo dos períodos da população autodeclarada pardas, e a diminuição da população autodeclarada branca. Em comparação com os homens, as mulheres são as que mais se autodeclararam brancas e as que menos se identificam como pardas.

Para o estudo de cor ou raça no Brasil, quando se trata de indicadores sociais, é usual a junção dos grupos preto e pardo em análises do conjunto da população negra. A finalidade de tal atribuição é comparar estatisticamente com os demais contingentes de cor ou raça, especialmente a branca.

Com relação à categoria cor ou raça dos ocupados no meio rural para as grandes regiões do Brasil, observa-se, conforme apresentado na Tabela 8, a predominância da cor ou raça parda para ambos os sexos na região do Nordeste. O mesmo fenômeno não ocorre na região Sul, onde é maior a representatividade da cor branca, tanto para homens quanto para as mulheres.

**Tabela 8 – Distribuição percentual entre homens e mulheres ocupadas no meio rural por cor ou raças nas grandes regiões**

Regiões	Cor ou raça	Gênero			
		Homens		Mulheres	
		1992	2012	1992	2012
Nordeste	Branca	25,3%	21,3%	26,9%	23,4%
	Pretas/Pardas	74,4%	78,1%	72,8%	76,0%
	Outras	0,3%	0,6%	0,3%	0,6%
Sul	Branca	85,2%	78,1%	87,7%	81,2%
	Pretas/Pardas	14,2%	21,1%	11,7%	18,2%
	Outras	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%
Sudeste	Branca	54,9%	47,6%	56,5%	46,8%
	Pretas/Pardas	44,5%	51,7%	42,9%	51,9%
	Outras	0,6%	0,7%	0,6%	1,3%
Centro-Oeste	Branca	40,4%	36,7%	42,3%	36,3%
	Pretas/Pardas	58,1%	62,9%	55,5%	62,6%
	Outras	1,5%	0,4%	2,2%	1,1%
Norte	Branca	-	17,5%	-	18,4%
	Pretas/Pardas	-	79,3%	-	78,2%
	Outras	-	3,2%	-	3,4%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período

Nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, a cor ou raça preta/parda é a que tem a maior representação, seguida da cor branca. No Sudeste, a predominância maior, no período de 1992, era da cor ou raça branca. Essa realidade, no entanto, foi alterada, visto que em 2012, já se observava a predominância da cor ou raça preta/parda. Já na região Centro-Oeste, a cor ou raça preponderante foi a cor preta/parda. A categoria “Outras”, no que se refere a cor ou raça, diz respeito aos indígenas e amarelos. A representação desse grupo foi maior na região Norte.

Assim, conforme observado pelos resultados da Tabela 8, as regiões do Nordeste e Norte são as que apresentam a predominância da cor ou raça preta/parda. No Sul, tem-se a predominância da cor ou raça branca. Por fim, o Sudeste e o Centro-Oeste são as que apresentam estar mais equilibradas entre as populações rurais preta/parda e branca. Entretanto, como observado em todas as regiões, diminuiu o percentual de homens e mulheres autodeclarados brancos, bem como, conseqüentemente, cresceu a autodeclaração preta/parda.

Quando se leva em consideração o fator de cor e raça, observa-se que a distribuição de homens e mulheres ocupados no meio rural nas regiões deu-se de maneiras diferentes. Os brancos, em sua maioria, estão com percentual maior nas regiões Sul e Sudeste, e a população preta/parda estão com percentuais maiores nas regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, processo que pode ser explicado pela forma com que ocorreram a colonização e a ocupação das propriedades rurais e a escravidão no Brasil, vivenciadas de forma distintas entre as regiões do país.

De acordo com DIEESE (2014), para o ano de 2010, a categoria raça ou cor, a maioria dos assalariados rurais era representada por pretos ou pardos, totalizando 68,7%. Os brancos são 30,8%, e os indígenas e amarelos representam, cada um, 0,2% do total. “Para os sem carteira, o percentual de pretos e pardos sobe para 72,5% nessa condição, enquanto o de brancos diminui a participação para 26,8% do total. Existem mais pretos e pardos na informalidade do que no emprego formal como um todo” (DIEESE, 2014, p. 22).

Na seção seguinte são apresentados os resultados para os anos de estudo entre a população de homens e mulheres ocupadas no meio rural brasileiro.

#### 4.4 OS ANOS DE ESTUDOS PARA HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES

Segundo a Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, a educação do campo passa a ser entendida como aquela que ocorre nas instituições escolares situadas na área rural, seguindo as orientações para as escolas do campo constantes no Art. 28<sup>14</sup>(BRASIL, 1996, Art. 28).

Desta maneira, a variável “anos de estudo” disponibilizada pela PNAD é importante para verificar em que medida o direito à escolaridade, previsto na Constituição Federal, disposto no Art. 205, tem sido efetivamente usufruído por todos os cidadãos, considerando as diferenças regionais e de idade, e as características da população ocupada no meio rural.

Na Tabela 9 abaixo são apresentados os resultados para os anos de estudo para homens e mulheres ocupadas no meio rural brasileiro para os anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012. Como se pode observar, o grau de escolaridade para homens e mulheres que apresenta maior

<sup>14</sup> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, Art. 28).

número de ocupados no meio rural é de 1 ano a 4 anos de estudo, para todos os anos analisados.

**Tabela 9 – Distribuição percentual por anos de estudos para pessoas ocupadas no meio rural do Brasil**

<b>BRASIL</b>	<b>1992</b>	<b>1999</b>	<b>2002</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>
	Homens				
<b>SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO</b>	37,6%	28,9%	27,6%	21,5%	19,4%
<b>1 A 4 ANOS</b>	46,4%	46,0%	44,3%	37,1%	35,4%
<b>5 A 8 ANOS</b>	12,3%	18,2%	20,2%	24,3%	25,9%
<b>9 A 11 ANOS</b>	2,9%	5,4%	6,5%	14,1%	16,2%
<b>MAIOR QUE 11 ANOS</b>	0,6%	1,1%	0,9%	2,7%	2,8%
<b>SEM DECLARAÇÃO</b>	0,2%	0,4%	0,5%	0,3%	0,4%
	Mulheres				
<b>SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO</b>	33,1%	25,0%	23,9%	18,0%	14,2%
<b>1 A 4 ANOS</b>	48,4%	46,1%	43,7%	34,5%	32,6%
<b>5 A 8 ANOS</b>	13,1%	18,6%	20,5%	23,0%	24,5%
<b>9 A 11 ANOS</b>	4,1%	7,9%	9,5%	18,2%	21,2%
<b>MAIOR QUE 11 ANOS</b>	1,0%	1,9%	1,8%	5,9%	7,2%
<b>SEM DECLARAÇÃO</b>	0,3%	0,5%	0,7%	0,5%	0,4%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período.

Em 1992, esse estrato era seguido da estratificação dos sem instrução ou menos de 1 ano de estudo. Embora tenham ocorrido mudanças na escolarização no período posterior a 2002, o estrato de 1 a 4 anos permaneceu como o maior tanto para homens como para mulheres. Outra diferença observada foi o aumento percentual para ambos os sexos nos estratos 5 a 8 anos, de 9 a 11, e mais de 11 anos de estudo no período compreendido entre 1992 e 2012.

O importante a ser observado é que, apesar de ser uma mudança com menor significância, as mulheres se destacaram nestes pontos, apresentando maior escolarização para os anos de 9 a 11 anos ou maior de 11 anos de estudos, saindo de 4,1% em 1992 para 21,2% em 2012. Para a proporção das mulheres com menor escolarização, ela apresentou menor ocorrência e avançou nos estudos nos mesmos períodos de 2002, 2009 e 2012.

As mulheres, como observado na Tabela 9, apresentam a maior distribuição percentual para as faixas de 9 a 11 anos e de mais de 11 anos de estudo, comparativamente com os homens. As mulheres também apresentam uma progressão significativa ao longo dos períodos analisados com esses mesmos estratos. Além disso, os estratos de menos de um ano ou até um ano, e de 1 a 4 anos foram as que apresentaram, comparativamente com homens, a menor distribuição percentual.

Para Abramovay *et al.* (1998) e Stropasolas (2006), durante muito tempo a educação escolar foi desconsiderada aos homens e mulheres no campo. Podemos observar que atualmente os/as jovens rurais estão tendo maiores chances de continuar seus estudos, ao contrário do que se observava em gerações anteriores. Neste aspecto, para Carneiro (2005, p. 250), “...a valorização do estudo como condição para o jovem do campo conseguir um emprego está, em grande parte, associada ao abandono da atividade agrícola”.

Essas diferenças no número de anos de estudo também podem ser observadas para as grandes regiões do Brasil, como aponta a Tabela 10. Em todas as regiões, foi observada a diminuição, entre homens e mulheres ocupadas no meio rural, dos sem instrução, com menos de um ano de estudo ou sem declaração, tanto para os homens e como para as mulheres. Consequentemente, ocorreu um aumento da escolaridade no campo ao longo do período.

**Tabela 10 – Distribuição percentual por anos de estudo no meio rural nas grandes regiões do Brasil**

(continua)

Regiões	Anos de estudo	Gênero			
		Homens		Mulheres	
		1992	2012	1992	2012
Nordeste	Sem Instrução ou menos de 1 ano de estudo, sem declaração	55,2%	28,3%	46,9%	20,7%
	1 a 4 anos	36,9%	33,4%	41,3%	30,7%
	5 a 8 anos	5,6%	22,9%	7,4%	22,5%
	Mais de 9 anos	2,3%	15,5%	4,4%	26,0%
Sul	Sem Instrução ou menos de 1 ano de estudo, sem declaração	15,5%	6,3%	14,2%	5,7%
	1 a 4 anos	54,0%	35,4%	53,7%	32,6%
	5 a 8 anos	26,3%	34,3%	25,9%	30,0%
	Mais de 9 anos	4,2%	24,0%	6,2%	31,7%
Sudeste	Sem Instrução ou menos de 1 ano de estudo, sem declaração	23,7%	12,7%	25,6%	10,6%
	1 a 4 anos	58,5%	38,4%	57,9%	35,5%
	5 a 8 anos	13,1%	25,1%	11,1%	21,4%
	Mais de 9 anos	4,7%	23,8%	5,4%	32,5%
Centro-Oeste	Sem Instrução ou menos de 1 ano de estudo, sem declaração	27,9%	16,6%	25,3%	11,4%
	1 a 4 anos	51,5%	33,9%	51,0%	26,7%
	5 a 8 anos	16,2%	29,8%	17,5%	28,6%
	Mais de 9 anos	4,4%	19,7%	6,2%	33,3%
(conclusão)					
Norte	Sem Instrução ou menos de 1 ano de estudo, sem declaração	-	18,6%	-	13,7%

	1 a 4 anos	-	37,8%	-	35,8%
	5 a 8 anos	-	25,9%	-	26,3%
	Mais de 9 anos	-	17,8%	-	24,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período

Observam-se, ao longo do período analisado, a diminuição dos grupos com baixa escolarização, e, conseqüentemente, o aumento significativo do grupo com mais de 9 anos de estudo. O Centro-Oeste destacou-se com a maior participação das mulheres com mais de 9 anos de estudo, representando cerca de 33,3%, a maior entre as estratificações para o ano de 2012, seguido das regiões do Sudeste e Sul. Além disso, verifica-se que, em geral, as mulheres apresentaram maior escolaridade do que os homens.

Já para os homens os na região Nordeste permaneceu com maior participação dos homens na estratificação de sem instrução ou menos de 1 ano de estudo e sem declaração, de modo a se verificar que os homens permaneceram com menos anos de estudos, comparativamente às mulheres.

A região Sul é uma das regiões do Brasil com melhores índices de anos de estudo, com menores percentuais para o grupo de até 4 anos de estudos para os dois sexos e até mesmo um equilíbrio na faixa de até 8 anos, que inclui os anos finais do ensino fundamental. Outra diferença presente na região Sul em relação às demais se dá no que se refere aos anos de estudo apresentados pela PNAD de 2009 e 2012, com frequências maiores para mais de 9 anos de estudo para as mulheres.

Para as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, observa-se que as maiores frequências da distribuição de homens e mulheres ocupadas no meio rural foram para a faixa de 1 a 4 anos de estudo em 1992. Já na faixa de 5 a 8 anos de estudo, ocorreu um aumento no ano de 2012. Nas faixas seguintes, com escolarização de mais de 9 anos de estudo, o destaque é para as mulheres, ilustrando assim, a diferença de escolaridade entre homens e mulheres.

Os resultados apresentados nas Tabela 10 apresentam diferenças entre as regiões do Brasil, podendo-se ressaltar a diminuição da frequência dos dois primeiros estratos e o aumento percentual nos dois estratos de escolaridade mais elevada. Entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, observa-se o percentual maior para os estratos de maior escolaridade, especialmente, para os dois estratos finais, diferentemente do observado para as regiões Nordeste e Norte.

Segundo Nascimento (2009), pensar sobre a educação para o meio rural deve apoiar-se sobre três pilares fundamentais. O primeiro é o projeto político-pedagógico da sociedade civil

que busca intervir nos fundamentos da educação brasileira. O segundo é a construção de uma política pedagógica vinculada às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos povos do campo. E por fim, a identidade da população rural. Nascimento afirma que “a escola do campo é necessária para se cultivar a própria identidade do homem e da mulher do campo e que esta escola do campo pode vir a contribuir no desenvolvimento de estratégias de um projeto educativo socioeconômico desde que esteja contextualizada” (NASCIMENTO, 2009, p. 189).

Assim, uma alternativa para o aumento da escolarização das áreas rurais está na educação voltada especificamente para o público rural, já que ela pode ser um dos fatores que levam à permanência do jovem no campo. No Censo Agropecuário de 2006, as estatísticas da alfabetização demonstraram que, dos 11 milhões de pessoas da agricultura familiar e com laços de parentesco com o produtor, quase 7 milhões (63%) sabiam ler e escrever. No entanto, existiam pouco mais de 4 milhões de pessoas (37%) que declararam não saber ler e escrever, principalmente de pessoas de 14 anos de idade ou mais (3,6 milhões de pessoas) (IBGE, 2009).

Como observado pelos dados do perfil, a escolarização, e a idade das mulheres e homens ocupados no meio rural, as desigualdades de gênero no Brasil e entre as regiões do país expressam-se através de diversos aspectos, abrangendo disparidades das posições das ocupações entre as mulheres e homens no meio rural. Neste contexto, constatou-se que, mesmo após o período de análise – compreendido entre os anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012 –, em que houve mudanças políticas e sociais e o questionamento da distância entre as posições tradicionais de homens e mulheres na sociedade, as relações assimétricas da divisão social entre os sexos se mantêm no meio rural, o que ainda determina o acesso desigual das mulheres às oportunidades econômicas e sociais de permanência no estabelecimento rural e que influenciam no processo de desenvolvimento rural.

Para acompanhar o processo da divisão sexual do trabalho é necessária a abordagem para a questão do trabalho ou ocupação, observando as diferenças históricas entre homens e mulheres em relação à carga horária de trabalho e à responsabilidade pelos afazeres domésticos, como se abordará em seguida.

#### 4.5 A CARGA HORÁRIA TRABALHADA ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES

Ao longo dos anos, observaram-se crescentes diferenças entre as jornadas de trabalho de homens e de mulheres. A divisão sexual do trabalho sinaliza o modo como a sociedade se organiza em relação às tarefas, atribuindo à mulher aquelas inscritas na esfera privada, o que a sobrecarrega e, conseqüentemente, limita sua participação na esfera pública. Desse modo, essa divisão dá origem à dicotomia “trabalho feminino” / “trabalho masculino”.

Os resultados da análise da carga horária trabalhada por homens e por mulheres ocupados no meio rural para os anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012 no Brasil são apresentados na Tabela 11.

**Tabela 11 – Distribuição percentual das horas trabalhadas por homens e mulheres ocupadas no meio rural do Brasil por gênero no Brasil**

	1992	1999	2002	2009	2012
<b>Brasil</b>	Homens				
<b>Até 14 horas</b>	2,2%	3,5%	4,0%	5,0%	5,4%
<b>15 a 39 horas</b>	18,2%	22,8%	21,9%	25,4%	27,8%
<b>40 a 44 horas</b>	25,7%	25,9%	25,5%	31,6%	32,9%
<b>45 a 48 horas</b>	18,7%	18,6%	17,3%	15,3%	14,4%
<b>49 horas ou mais</b>	35,1%	29,2%	31,2%	22,7%	19,5%
<b>Sem declaração</b>	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
	Mulheres				
<b>Até 14 horas</b>	22,5%	25,2%	26,1%	24,9%	24,7%
<b>15 a 39 horas</b>	41,7%	44,1%	43,4%	43,4%	42,3%
<b>40 a 44 horas</b>	16,0%	14,9%	15,8%	18,7%	19,2%
<b>45 a 48 horas</b>	6,6%	6,3%	5,4%	6,1%	6,0%
<b>49 horas ou mais</b>	13,2%	9,6%	9,2%	7,0%	7,8%
<b>Sem declaração</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período.

Na distribuição das horas trabalhadas pelos homens no Brasil, foi possível observar uma diminuição das suas horas trabalhadas ao longo dos períodos, como na faixa acima de 45 horas. Além disso, ocorreu o aumento da sua frequência nos dois primeiros estratos.

Com relação às mulheres, também foi observado aumento do número de horas trabalhadas ao longo do período nos estratos acima de 14 horas até 44 horas, bem como a diminuição da sua participação nos estratos de acima de 45 horas trabalhadas. Dessa maneira, verifica-se a diminuição das horas trabalhadas pelos homens e mulheres ocupadas no Brasil.

A diferença observada entre homens e mulheres foi que as mulheres estão em maior frequência percentual na faixa de 15 a 39 horas (42,3%, em 2012), enquanto os homens têm o

maior percentual de frequência no grupo de 40 a 44 horas, mesmo que se tenha observado uma diminuição das horas trabalhadas entre os homens.

Essa diminuição do número de horas trabalhadas no campo pode ser explicada pela sua mecanização ou pela adoção de outras tecnologias no campo. Para Balsadi *et al.* (2002), desde os anos 1990 e, principalmente no período pós-1995, a agricultura brasileira tem aderido fortemente às modernas tecnologias, que vão desde máquinas destinadas à colheita e à pós-colheita de grandes culturas (cana-de-açúcar, café e algodão) até máquinas colhedoras mecânicas, dentre as quais destacam-se as novas máquinas agrícolas “inteligentes”, controladas por programação eletrônica e transmissão via satélite. Para Balsadi *et al.* (2002), ocorreu também a redução da demanda de mão de obra, e o uso dessas tecnologias exigiu um novo perfil de trabalhador rural, com novas habilidades para processos produtivos mais automatizados.

Como consequência da diminuição das horas trabalhadas das mulheres no meio rural nas atividades agrícolas, existe a associação entre os avanços dos programas de transferência de renda, de seguridade social, das aposentadorias e, ainda, do Programa social do Bolsa Família, que podem em alguns casos estar vinculada com a diminuição das horas trabalhadas nas atividades de produção da propriedade rural.

No que diz respeito às mulheres, cabe assinalar que os movimentos sociais de mulheres no campo ajudaram na reivindicação do reconhecimento das suas posições como trabalhadoras e cidadãs (DI SABATTO *et al.*, 2009). Contudo, o que se observa ao longo das pesquisas sobre a participação da mulher nas atividades da agricultura de base familiar são relações que ainda marcam fortemente a divisão sexual do trabalho em função de suas raízes históricas, que apontam diferenciações entre homens e mulheres (PAULILO, 1987; PAULILO, 2004, BRUMER; ANJOS, 2008; CARNEIRO, 1994).

Neste sentido, mesmo quando estas mulheres realizam atividades para a parte produtiva da agricultura, que são designadas como “masculinas”, a mulher é vista como ajudante e geralmente recebe baixa ou nenhuma remuneração por seu trabalho. Para Vidal (2011), existem dois paradigmas que norteiam as análises sobre os estudos do trabalho feminino: o da interdependência e o da divisão subalterna. O primeiro é associado às sociedades rurais menos capitalizadas, ou seja, que conservam seu caráter camponês, dividindo as tarefas entre trabalhos distintos entre homens e mulheres. Já o segundo paradigma se sustenta na divisão sexual do trabalho, definida como o controle do homem sobre a capacidade da mulher com o objetivo de manter o desigual acesso aos meios de produção, fazendo com que, assim,

as relações permaneçam amparadas na dependência do trabalho rural feminino em relação ao padrão decidido pelo homem (cônjuge ou não) (VIDAL, 2011).

A divisão sexual do trabalho está profundamente relacionada com a divisão que a sociedade vincula aos gêneros, em que o homem possui o papel de provedor que realiza o trabalho “pesado”, e a mulher, o de realizar o trabalho “leve”, caracterizado como ajuda. Assim, ao trabalho masculino é atribuído valor, e ao da mulher, não, produzindo uma distribuição desigual de poder e prestígio (PAULILO, 1987). Neste sentido, o trabalho da mulher é considerado como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade, que, justamente por esta razão, acaba ultrapassando em muito as práticas estritamente vinculadas ao trabalho doméstico.

A Tabela 12 apresenta as horas trabalhadas por homens e mulheres no meio rural das grandes regiões do Brasil. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como se pode observar, os homens possuíam a carga horária acima de 45 horas por semana e tiveram uma diminuição das suas horas trabalhadas ao longo de período de 2012. O Sul do país foi o único que manteve o maior percentual dos homens para a carga horária superior a 45 horas. Nas regiões Nordeste e Norte, a participação dos homens com maior frequência foi na faixa de 15 a 44 horas. Já no caso das mulheres, em todas as regiões apresentadas, a faixa de maior concentração é a de 15 a 44 horas, seguida da carga horária de até 14 horas semanais de trabalho. Cabe destacar que a região Sul foi a que registrou o maior percentual de mulheres trabalhando mais do que 45 horas.

**Tabela 12 – Distribuição percentual das horas trabalhadas por homens e mulheres ocupadas no meio rural das grandes regiões do Brasil**

(Continua)

Regiões	Horas trabalhadas	Gênero			
		Homens		Mulheres	
		1992	2012	1992	2012
Nordeste	Até 14 horas	3,8%	5,4%	21,7%	27,0%
	15 a 44 horas	58,1%	70,2%	62,3%	63,3%
	Acima de 45 horas	38,1%	24,4%	16,0%	9,7%
(Conclusão)					
Sul	Até 14 horas	4,1%	6,4%	14,5%	17,1%
	15 a 44 horas	37,0%	45,1%	52,5%	59,7%

	Acima de 45 horas	58,9%	48,4%	33,0%	23,2%
<b>Sudeste</b>	Até 14 horas	4,2%	4,9%	24,5%	22,0%
	15 a 44 horas	39,4%	50,4%	50,2%	60,4%
	Acima de 45 horas	56,4%	44,7%	25,3%	18,0%
<b>Centro-Oeste</b>	Até 14 horas	4,3%	3,3%	34,4%	26,4%
	15 a 44 horas	27,4%	51,9%	39,7%	60,4%
	Acima de 45 horas	68,3%	44,7%	25,9%	13,1%
<b>Norte</b>	Até 14 horas	-	5,9%	-	30,9%
	15 a 44 horas	-	64,7%	-	60,0%
	Acima de 45 horas	-	29,4%	-	9,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período

Uma das justificativas para que o Sul tenha a maior participação das mulheres nas atividades de ocupação está relacionada com a organização e a divisão de tarefas existentes na agroindústria familiar, as quais envolvem os membros da família nas atividades de beneficiamento da produção, em que a mulher tem posição importante na esfera produtiva (MIOR, 2007). Com a criação e a implantação das agroindústrias, as mulheres assumiram a maior parte do trabalho, apesar de participarem menos da comercialização, cabendo ao homem o envolvimento com a esfera pública e com o controle do dinheiro (BONI, 2006). Esta participação reflete-se na procura e na interlocução por parte das mulheres com os poderes locais, através das suas prioridades para geração de trabalho e renda (DUVAL; BERGAMASCO, 2011).

Com o crescimento das atividades não agrícolas nas últimas décadas, a participação da mulher neste tipo de atividade está também relacionada ao aumento das contratações das mulheres pela atividade industrial, cujas vagas eram ocupadas tradicionalmente por homens. De acordo com Cielo, Alves e Lima (2011), no estado do Paraná, a participação das mulheres no total de emprego formal, entre os anos de 1985 e 2010, teve um crescimento de aproximadamente 5% nos setores da agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal.

Apesar dos dados apresentarem uma porcentagem de participação das mulheres nos estratos das ocupações por horas trabalhadas semanalmente menor em relação à participação dos homens, se faz necessário apresentar outros dados para a caracterização deste trabalho, como as ocupações nos afazeres domésticos e as horas gastas neste tipo de trabalho. Buscar o equilíbrio entre trabalho remunerado e as responsabilidades familiares constitui um desafio,

pois estas demandam o emprego de grande quantidade de tempo, sem, contudo, serem remuneradas e, talvez em função disso, sendo negligenciadas por vários membros da família.

#### 4.6 OS AFAZERES DOMÉSTICOS ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES

A análise dos resultados para os afazeres domésticos<sup>15</sup> tem o intuito de comparar, entre homens e mulheres, a distribuição destas atividades e, assim, demonstrar a sobrecarga do trabalho feminino, já que, além de ter a carga de trabalho formal, cabe à mulher também a responsabilidade pelas tarefas domésticas.

Para Martins (2013, p.7), no mundo do trabalho, “as diferenças históricas entre homens e mulheres em relação a acesso ao mercado de trabalho formal, condições de remuneração, empregabilidade, proteção social e direitos trabalhistas fundamentais somam-se a uma carga maior para o sexo feminino no que diz respeito aos afazeres domésticos.” Além disso, a responsabilidade do trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, idosos e de pessoas com deficiências são responsabilidades ainda atribuídas às mulheres. Já para os homens, cabe a parcela maior da produção mercantil remunerada no espaço público.

Na Tabela 13, estão relacionados os dados para homens e mulheres que fazem e não fazem os afazeres domésticos no meio rural do Brasil para os anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012. Os resultados apresentados na Tabela 13 sobre a execução do trabalho doméstico para homens e mulheres demonstraram que as mulheres foram as que apresentaram a maior porcentagem para todos os anos analisados, com participação de aproximadamente de mais de 95%. Apenas menos de 5% das mulheres não se responsabilizavam por tais tarefas. Comparativamente, os homens faziam bem menos. Embora uma parcela relativamente significativa participava da execução dessas atividades, os percentuais para os que não faziam foram bem altos, com 62,5% em 1992, e 56,9% em 2012.

**Tabela 13 – Distribuição percentual dos afazeres domésticos por homens e mulheres ocupadas no meio rural do Brasil**

<b>Brasil</b>	<b>1992</b>	<b>1999</b>	<b>2002</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>
---------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

<sup>15</sup> A definição da PNAD sobre os afazeres domésticos se dá em torno da realização de tarefas ou atividades que não se enquadram no conceito de trabalho remunerado como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou o terreno que circunda a residência. Além disso, a investigação das horas gastas nos afazeres domésticos foi realizada em horas inteiras, considerando 30 minutos ou mais como uma hora e desprezando os períodos inferiores a 30 minutos.

	Homens				
<b>Fazia</b>	34,8%	54,2%	42,7%	48,7%	43,1%
<b>Não fazia</b>	65,2%	45,8%	57,3%	51,3%	56,9%
	Mulheres				
<b>Fazia</b>	93,8%	97,3%	96,4%	95,3%	95,2%
<b>Não fazia</b>	6,2%	2,7%	3,6%	4,7%	4,8%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período.

Nesta análise, ficam demonstradas a responsabilidade dos afazeres domésticos ainda atribuída predominantemente à mulher e a invisibilidade da ocupação nos afazeres domésticos por estes não constituírem uma atividade remunerada. O uso da expressão “dupla jornada” para se referir à sobrecarga de trabalho das mulheres se deve ao fato de elas exercerem duas atividades ou mais, como ter uma ocupação como principal fonte de renda, e outra com os cuidados com os afazeres domésticos.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), as relações sociais entre os sexos se apresentam hierarquizadas, desiguais, definidas pela exploração e opressão de um sexo como contraponto à supremacia do outro, no caso, a supremacia dos homens sobre as mulheres, pois, na divisão do trabalho que se estabeleceu entre os sexos, foi atribuído à mulher o cuidado do lar, função que, quando não é invisível, tem pouco prestígio social, ao passo que aos homens foi atribuída a produção material, tarefa considerada de prestígio e que também confere, a quem a exerce, poder dentro da sociedade.

Para Sousa e Guedes (2016), na sociedade capitalista, se considerarmos a percepção histórica e cultural, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda, o trabalho doméstico é obrigação das mulheres com base no discurso da tendência natural feminina para o cuidado. Consequentemente, essa construção social, inicialmente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e, posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social (SOUSA: GUEDES, 2016).

Os resultados para os afazeres domésticos entre homens e mulheres no meio rural são também apresentados para as grandes regiões do Brasil nos anos de 1992 e 2012.

**Tabela 14 – Distribuição percentual dos afazeres domésticos entre homens e mulheres no meio rural nas grandes regiões do Brasil**

Regiões	Afazeres domésticos	Gênero			
		Homens		Mulheres	
		1992	2012	1992	2012
Nordeste	Fazia	32,1%	37,1%	92,1%	94,7%
	Não fazia	67,9%	62,9%	7,9%	5,3%
Sul	Fazia	37,5%	55,7%	95,0%	96,4%
	Não fazia	62,5%	44,3%	5,0%	3,6%
Sudeste	Fazia	30,9%	43,6%	95,5%	95,2%
	Não fazia	69,1%	56,4%	4,5%	4,8%
Centro-Oeste	Fazia	37,2%	45,3%	96,1%	95,4%
	Não fazia	62,8%	54,7%	3,9%	4,6%
Norte	Fazia	-	46,9%	-	95,5%
	Não fazia	-	53,1%	-	4,5%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1999 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período

Foi possível observar, na Tabela 14, a permanência da mulher como a principal responsável pela atividade. Observa-se que na região Nordeste, embora tenha aumentado aproximadamente 5% ao longo período, a participação dos homens nesse tipo de tarefa ainda é baixa, principalmente se comparada com as outras regiões do país. Já em relação às mulheres, a participação nas atividades dos afazeres domésticos se manteve elevada. O Nordeste foi também a região que apresentou a menor diferença entre os anos analisados.

A região Sul registrou a maior diferença de contribuição dos homens para os afazeres domésticos ao longo nos anos analisados: de 37,5% em 1992, subiu para 55,7% em 2012. Desse modo, a participação dos homens subiu aproximadamente 18 pontos percentuais. Para as mulheres, os afazeres domésticos continuam sob sua responsabilidade em maior percentual.

As outras regiões, como Sudeste e Centro-Oeste, também tiveram, em relação ao passado, maior participação dos homens entre os que faziam os afazeres, levando ao aumento da sua frequência. Contudo, a responsabilidade também permanece como uma frequência maior para as mulheres. No que se refere à região Norte, o percentual de homens que faziam as tarefas era o segundo mais alto entre as regiões. Já as mulheres têm o maior percentual das que executavam os afazeres domésticos nas unidades familiares nas áreas rurais.

Como se pode observar pelos dados para o Brasil e suas regiões, a responsabilidade pelos afazeres domésticos é majoritariamente da mulher, cabendo-lhe a responsabilidade pelas atividades do lar, como lavar, cozinhar e limpar. É uma jornada extra e cansativa, dado que muitas destas mulheres exercem outras atividades externas à casa. Além disso, quando estas mulheres possuem maior recurso financeiro e podem terceirizar estas atividades, tal apoio também é majoritariamente oriundo de outras mulheres, as quais são contratadas para a função do serviço doméstico remunerado (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Em relação à participação dos homens nos afazeres domésticos, foi possível verificar que a contribuição dos homens nas tarefas do lar ainda é modesta se comparada com a das mulheres. A elevação da participação masculina, para Soares (2008), em análise feita para o Brasil, foi verificada em situações em que os homens vivem sós, caso em que tal participação passa a ser mais expressiva. Entretanto, a análise da participação masculina nos afazeres domésticos, de acordo com os arranjos familiares, revela que nas famílias formadas por casal, os homens ainda pouco contribuem com as tarefas domésticas.

Para Aguiar (2007), os homens, quando casados, tendem a aumentar sua jornada de trabalho remunerado, reforçando a tradicional concepção de si como “provedores”, reduzindo, em contrapartida, a jornada de trabalho doméstico. Essa tendência da divisão sexual do trabalho se altera somente nos casos em que as mulheres estão empregadas, e os maridos, desempregados (AGUIAR, 2007).

Os afazeres domésticos têm outro aspecto a ser enfrentado, principalmente, no sentido econômico, pois tais atividades não são valorizadas, embora sejam fundamentais para a reprodução social.

#### 4.7 A CARGA HORÁRIA TRABALHADA NOS AFAZERES DOMÉSTICOS ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES

Outra característica importante a ser analisada na participação da divisão sexual do trabalho, no contexto dos afazeres domésticos, é a carga horária dedicada à atividade, dada pela análise do tempo gasto nesta atividade entre homens e mulheres.

Na Tabela 15, estão apresentados os resultados das horas gastas nos afazeres domésticos para homens e mulheres. Assim, é possível relacioná-los à dupla jornada de trabalho das mulheres, embora a magnitude desta participação possa ser verificada somente

pela base de dados analisada a partir do ano de 2002, já que os outros anos anteriores não tinham a variável dentro do seu escopo de pesquisa das PNADS.

**Tabela 15 – Distribuição percentual das horas gastas nos afazeres domésticos entre homens e mulheres no meio rural do Brasil**

<b>Brasil</b>	<b>2002</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>
	<b>Homens</b>		
<b>Até 14</b>	84,1%	83,2%	80,3%
<b>15 a 39</b>	15,3%	16,3%	19,1%
<b>40 a 44</b>	0,5%	0,2%	0,3%
<b>45 a 48</b>	0,0%	0,0%	0,1%
<b>49 ou mais</b>	0,1%	0,0%	0,2%
	<b>Mulheres</b>		
<b>Até 14</b>	22,5%	20,5%	21,4%
<b>15 a 39</b>	54,4%	61,7%	61,6%
<b>40 a 44</b>	10,0%	8,2%	8,9%
<b>45 a 48</b>	2,6%	2,5%	1,8%
<b>49 ou mais</b>	10,6%	7,1%	6,3%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período. E também não havia dados para os anos de 1992 e 1999.

Assim, é possível relacioná-los à dupla jornada de trabalho das mulheres, embora a magnitude desta participação possa ser verificada somente pela base de dados analisada a partir do ano de 2002, já que os outros anos anteriores não tinham a variável dentro do seu escopo de pesquisa das PNADS.

O número de horas gastas nos afazeres domésticos no Brasil observado nos anos de 2002, 2009 e 2012 indica que são as mulheres, majoritariamente, que gastam mais horas nos afazeres domésticos, com carga horária de 15 a 39 horas, ao contrário dos homens, que gastam em média até 14 horas nessas atividades. Outro aspecto relevante a ser observado é que as mulheres apresentam porcentagem em todas as demais categorias das horas gastas, mas não os homens, que ficam com menos de 1% nas categorias de mais horas dedicadas aos afazeres domésticos. Houve mudança pouco significativa ao longo dos anos analisados nestes tipos de cuidados domésticos.

Para os resultados das horas gastas nos afazeres domésticos para as grandes regiões, a tendência de as mulheres terem gasto mais horas nesta atividade permanece, o que pode ser observado na Tabela 16, que indica a distribuição percentual das horas gastas nos afazeres domésticos para homens e mulheres ocupadas no meio rural das grandes regiões do Brasil.

**Tabela 16 – Distribuição percentual das horas gastas nos afazeres domésticos para homens e mulheres ocupadas no meio rural das grandes regiões do Brasil**

Regiões	Horas gastas nos afazeres domésticos	Gênero			
		Homens		Mulheres	
		2002	2012	2002	2012
Nordeste	Até 14 horas	83,2%	77,9%	22,7%	20,3%
	15 a 44 horas	16,7%	21,9%	62,8%	70,6%
	Acima de 45 horas	0,1%	0,2%	14,5%	9,1%
Sul	Até 14 horas	89,1%	82,0%	24,3%	25,9%
	15 a 44 horas	10,7%	17,8%	67,1%	68,4%
	Acima de 45 horas	0,2%	0,2%	8,6%	5,6%
Sudeste	Até 14 horas	80,6%	82,0%	19,2%	20,8%
	15 a 44 horas	19,0%	17,8%	65,5%	70,5%
	Acima de 45 horas	0,4%	0,2%	15,4%	8,8%
Centro-Oeste	Até 14 horas	81,5%	79,4%	26,4%	17,4%
	15 a 44 horas	18,5%	20,1%	62,1%	70,8%
	Acima de 45 horas	0,0%	0,5%	11,5%	11,8%
Norte	Até 14 horas	-	82,3%	-	21,5%
	15 a 44 horas	-	17,2%	-	72,4%
	Acima de 45 horas	-	0,5%	-	6,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 2002 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período.

Nas regiões Nordeste e Sul, na Tabela 16, a carga horária com maior percentual de mulheres é a de 15 a 44 horas, seguida pela de até 14 horas gastas nos afazeres domésticos. Já para os homens, a maior porcentagem aparece na carga de até 14 horas gastas nos afazeres domésticos, seguido pela de 15 a 44 horas, com aproximadamente 18% da participação masculina nesta categoria.

Para as regiões do Norte, Sudeste e Centro-Oeste, segundo a Tabela 16, os resultados para as horas gastas nos afazeres domésticos seguem as mesmas tendências observadas nas regiões Sul e Nordeste, e mesmo para o Brasil. São poucas as diferenças regionais. Acima de 60% das mulheres dedicam cerca de 15 a 44 horas aos afazeres domésticos, e algo entre 17,4% a 21,5% empregam até 14 horas na atividade. Já para os homens, o percentual mais significativo dedica até 14 horas (acima de 79,4%) aos afazeres domésticos.

Os resultados para as regiões reforçaram a ideia de que a responsabilidade pelos afazeres domésticos continua sendo predominantemente atribuída às mulheres. As mulheres são as que, comparativamente aos homens, gastam mais horas nas atividades domésticas para o enquadramento das 15 a 44 horas trabalhadas, diferentemente dos homens, que

apresentaram maior participação nos afazeres domésticos na faixa das até 14 horas semanais trabalhadas.

A partir dos resultados apresentados e analisados, observa-se que o estudo contribui com a literatura sobre a caracterização dos ocupados no meio rural entre homens e mulheres, além de apresentar uma contribuição aos estudos sobre o tempo empregado nas ocupações e nos afazeres domésticos. A pesquisa demonstra, também, que a responsabilidade dos afazeres domésticos é das mulheres, sem maiores contribuições dos homens ao trabalho no ambiente familiar. Esses resultados ratificam a importância de pesquisas para entender como ocorre a divisão sexual do trabalho no meio rural.

Para Soares e Saboia (2007) e Gama (2015), o conceito utilizado nas PNADs sobre os afazeres domésticos é bastante amplo e genérico, permitindo apenas uma análise aproximada do uso do tempo das pessoas. A categoria agrupa várias atividades, não sendo possível identificar especificamente quais as tarefas são realmente realizadas, nem por quem. Porém, basta a realização de apenas uma delas para a pessoa ser enquadrada na categoria “afazeres domésticos” (SOARES; SABOIA, 2007; GAMA, 2015).

Quando se utiliza a variável “uso de tempo” nas pesquisas, é um instrumento que demonstra as características e alguns aspectos importantes das pessoas. Através destas variáveis é que é possível identificar e quantificar o tempo investido na dedicação a tantas outras atividades e não apenas às atividades econômicas de produção e consumo. Para Soares e Saboia (2007), as aplicações nas pesquisas sobre o uso de tempo são diversas e têm diversos objetivos, como o de conhecer, principalmente, todas as formas de trabalho além das atividades econômicas, e também podem ser inseridas em trabalhos não remunerados de afazeres domésticos e do trabalho voluntário.

Nas pesquisas que consideram o gênero, a mensuração do tempo dedicado às atividades não remuneradas significa dar visibilidade para a sociedade de um conjunto de atividades em grande parte exercidas pelas mulheres e que não são consideradas no conceito econômico mais tradicional de trabalho, mas que são fundamentais para o processo de reprodução social, como o cuidado de filhos e idosos (SOARES; SABOIA, 2007; GAMA, 2015).

Segundo Hirata (2010), existem quatro aspectos das configurações atuais da divisão social e sexual do trabalho: a divisão sexual do trabalho profissional e doméstico; a

precarização social e do trabalho; A expansão do *care*<sup>16</sup> e das migrações internacionais femininas e, por fim, a globalização e a divisão sexual do trabalho.

As mulheres têm conquistado mais espaço no mercado formal de trabalho, mesmo que em alguns casos isso ocorra de forma precária. Apesar disso, elas continuam predominando na efetivação do trabalho doméstico. A precarização do trabalho também destaca a vulnerabilidade, a instabilidade, as diferenças salariais e a falta do reconhecimento do valor social devido à invisibilidade das suas ocupações, bem como das diversas profissionais relacionadas ao serviço doméstico, como no caso de diaristas e babás.

Neste sentido, também foram analisadas as ocupações das mulheres no meio rural, não apenas nas atividades agrícolas, mas também em outras atividades não agrícolas, para acompanhar como está a participação das mulheres nos outros ramos de atividades. No Capítulo 5, apresenta-se então os resultados desta pesquisa sobre os ramos de atividades em que as mulheres estavam ocupadas nos anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012. Além de apresentar novamente a relação entre os afazeres domésticos e horas trabalhadas, o trabalho apresenta, para os grupos de ocupações nos ramos de atividades coletados pelas bases de dados da PNAD, outras características, tais como: a escolarização, as faixas etárias e os arranjos familiares de que fazem parte – se são casadas, mães solteiras e outras formas.

---

<sup>16</sup> No campo das ciências sociais, especialmente na sociologia do trabalho, os estudos direcionados ao trabalho do *care* vêm tendo um crescimento significativo. O reconhecimento destas qualidades femininas – a competência relacional, o provimento do cuidado – como qualidades profissionais é necessário, visto que essas atividades realizadas pelas mulheres e que estão vinculadas a essas qualidades devem ser reconhecidas como trabalho no cenário contemporâneo (HIRATA, 2010).

## 5 OS RAMOS DE ATIVIDADES PARA AS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NO BRASIL E NAS REGIÕES

Neste capítulo, apresentam-se os resultados dos ramos de atividades e/ou grupamentos de atividades somente para as mulheres ocupadas no meio rural, no Brasil e também para as grandes regiões, nos anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

Os resultados foram apresentados para as características que contemplam a ocupação das mulheres no meio rural nos ramos e/ou grupamentos de atividades. Dentre essas características estão os seguintes percentuais: frequência das mulheres ocupadas no meio rural entre os ramos de atividades; escolarização; faixas etárias; horas trabalhadas nos ramos de atividades; afazeres domésticos; horas gastas nos afazeres domésticos; e, por fim, composição do tipo de famílias entre as mulheres ocupadas no meio rural.

### 5.1 A DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS NOS RAMOS DE ATIVIDADES

No que diz respeito à distribuição das mulheres ocupadas nos ramos de atividades e/ou nos grupamentos, os resultados apontaram que, enquanto a frequência da participação das mulheres nas atividades agrícolas diminuiu, a presença das mulheres nas atividades não agrícolas cresceu. Nestas, o crescimento se deu em atividades do comércio e de serviços, nas áreas de serviços sociais e também nos serviços domésticos.

Conforme os resultados apresentados para os anos de 1992 e 1999 no Brasil, na Tabela 17, a principal atividade das mulheres no meio rural estava ligada ao ramo agrícola, mas sua participação neste ramo de atividade já apresentava uma queda comparativamente entre os dois anos apresentados. Além disso, ocorreu um aumento da sua frequência nas atividades de prestação de serviços e do ramo social como principal ocupação.

**Tabela 17 – Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no meio rural para o período de 1992 e 1999, no Brasil**

	(continua)	
Ramos de Atividades	1992	1999
Brasil		
Agrícola	74,2%	69,5%
Indústria de transformação	3,7%	3,3%
Indústria da construção	0,1%	1%
Outras atividades industriais	0,2%	0,2%
Comércio de mercadorias	2,8%	3,6%
Prestação de serviços	11,2%	13%

(conclusão)

Ramos de atividades	1992	1999
Serviços auxiliares da atividade econômica	0,3%	0,4%
Transporte e comunicação	0,2%	0,3%
Social	6,3%	6,9%
Administração pública	0,8%	1,5%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,2%	0,3%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

Para a distribuição da frequência das mulheres ocupadas nos anos de 2002, 2009 e 2012 para o Brasil, o setor agrícola teve queda de 13,5 pontos percentuais, configurando uma perda significativa da sua participação. Ao longo do período analisado, também registrou-se maior participação feminina nas atividades dos serviços domésticos, educação, saúde e serviços sociais, e no comércio e reparação, como apresentado na Tabela 18. Além disso, ainda nesse período, houve queda da frequência das mulheres rurais em ocupações nas atividades agrícolas, bem como aumento de participação nos setores não agrícolas.

**Tabela 18 – Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no meio rural no período de 2002, 2009 e 2012, no Brasil**

Brasil	2002	2009	2012
Ramos de Atividades			
Agrícola	71,3%	60,3%	57,8%
Indústria	0,1%	0,1%	0,1%
Indústria de transformação	5,9%	7,2%	7,5%
Construção	0,1%	0,2%	0,2%
Comércio e reparação	3,7%	5,6%	6,3%
Alojamento e alimentação	1,2%	2,4%	2,9%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,1%	0,3%	0,3%
Administração pública	1,4%	2,0%	2,8%
Educação, saúde e serviços sociais	6,3%	8,7%	8,9%
Serviços domésticos	8,4%	10,5%	10,4%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,9%	1,5%	1,7%
Outras atividades	0,5%	1,1%	1,0%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,1	0	0

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

A mesma tendência foi observada no que diz respeito à distribuição das frequências entre as regiões<sup>17</sup> do país nos períodos de 1992 e 1999. Ocorreu redução da participação feminina nas atividades agrícolas e aumento em atividades não agrícolas, como nos ramos de prestação de serviço e/ou para o ramo social, do comércio e reparação.

Para os anos de 2002, 2009 e 2012 nas regiões do Brasil, essa tendência na diminuição da ocupação das mulheres nas atividades agrícolas permaneceu, com destaque para as regiões

<sup>17</sup> Os resultados para as ocupações das mulheres nos ramos ou grupamentos de atividades podem ser verificados no Apêndice B deste trabalho com as seguintes numerações: Tabela B1, Tabela B2, Tabela B3, Tabela B4, Tabela B5, Tabela B6, Tabela B7, Tabela B8 e Tabela B9.

do Nordeste e Sul, que registraram as menores frequências de participação feminina no referido setor ao longo do período. Consequentemente, neste mesmo intervalo de tempo, ocorreu o crescimento das mulheres ocupadas nos ramos de atividades não agrícolas como: serviços domésticos, educação, saúde e serviços sociais, e comércio e reparação. Nas regiões do Nordeste e Norte, a atividade de educação, saúde e serviços sociais superou a atividade de serviços domésticos, diferentemente das demais regiões, em que, depois da ocupação no ramo agrícola, a segunda atividade foi para os serviços domésticos.

Como observado, a inserção da mulher no mercado de trabalho não agrícola e a concentração das mulheres se dá de forma reduzida em um conjunto de ocupações, definidas como tipicamente femininas, atividades estas concentradas preferencialmente nas áreas da saúde, educação e nos serviços sociais ou ainda, de forma precária, nos serviços domésticos. Essa diferenciação também pode ser explicada pelo grau de instrução das trabalhadoras.

Autores como Brumer (2004; 2007), Froehlich, *et al.* (2011), Butto e Hora (2008), Camarano e Abramovay (1999), Carneiro (2005) e Paulilo (1987) pesquisam sobre as questões rurais e, principalmente, sobre as relações de gênero, apresentando diferentes contextos e argumentos para tentar explicar como a modificação das relações sociais, produtivas e culturais afetam também a permanência das mulheres no meio rural. Dentro disso, tais autores apontam os modos como a escolarização também está ligada à busca de novas atividades pelas mulheres e como elas conseguem ou não uma nova ocupação, isto é, como o grau de escolarização pode ser um fator determinante para a mulher buscar sua nova ocupação nas atividades não agrícolas. Neste contexto, no próximo item será analisado como se dá a distribuição das mulheres nos diferentes ramos de atividades segundo o critério de anos de estudo.

## 5.2 A ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL POR RAMOS DE ATIVIDADES

Segundo Bradley (1989), estudos realizados sobre a estrutura ocupacional por sexo assinalam a recorrente configuração da divisão social do trabalho, em que a mão de obra masculina predomina em todos os ramos da atividade industrial e nas ocupações do setor terciário, enquanto as mulheres concentram-se em algumas poucas categorias ocupacionais. A mão de obra feminina nas sociedades industrializadas, é utilizada nas indústrias têxteis, de alimentos, de confecção e de calçados e, mais recentemente, na eletrônica. No setor terciário,

as mulheres ocupam em grande maioria o comércio, nos escritórios e nos serviços profissionais de educação, saúde e bem-estar (SILVA, 1985; BRADLEY, 1989).

Para os dados sobre escolaridade, com foco na quantidade de anos de estudo, para o Brasil nos anos de 1992 e 1999, podemos observar na Tabela 19 que os ramos de atividades que apresentam menor número de mulheres com até 4 anos de estudos são agrícola, prestação de serviços, indústria da construção e outras atividades industriais. Já as mulheres com mais tempo de escolaridade ocupam-se principalmente nos ramos social, administração, transportes e comunicação e nos serviços auxiliares da atividade econômica, tanto para o ano de 1992 quanto para o ano de 1999.

**Tabela 19 – Percentual da escolaridade das mulheres ocupadas no meio rural para os anos de 1992 e 1999, no Brasil**

Brasil Ramos de atividades	Anos de Estudo							
	1992				1999			
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Agrícola	34,7%	50,0%	13,3%	2,1%	31,7%	50,2%	15,3%	2,8%
Indústria de transformação	19,0%	43,8%	26,3%	10,9%	10,3%	38,1%	34,4%	17,2%
Indústria da construção	36,9%	46,5%	14,0%	2,6%	43,5%	45,0%	10,7%	0,8%
Outras atividades industriais	31,9%	45,1%	12,0%	11,0%	34,5%	35,1%	13,6%	16,9%
Comércio de mercadorias	12,8%	37,6%	28,9%	20,7%	9,1%	35,7%	32,4%	22,8%
Prestação de serviços	15,7%	50,8%	26,8%	6,7%	11,7%	48,5%	30,2%	9,5%
Serviços auxiliares da atividade econômica	11,4%	27,9%	27,1%	33,7%	3,0%	17,8%	21,9%	57,4%
Transporte e comunicação	10,4%	34,8%	31,7%	23,1%	0,0%	23,2%	30,1%	46,7%
Social	6,5%	29,0%	24,2%	40,3%	6,1%	25,3%	22,5%	46,1%
Administração pública	10,4%	35,7%	25,6%	28,3%	2,3%	33,2%	28,6%	35,9%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	17,5%	24,1%	24,1%	34,3%	9,2%	30,3%	16,4%	44,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

No período de 1992, os dados das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste<sup>18</sup> assemelham-se aos dados do Brasil. Para o ano de 1999, os ramos que exigem mais tempo de estudo aumentaram expressivamente a contratação de mulheres identificadas nessa categoria. A frequência da participação por ramos de atividades das mulheres nas áreas rurais ainda se dá no ramo de atividades agrícolas, mas este também é o ramo de atividade que apresenta o maior percentual de trabalhadoras com menos anos de estudo: menos de 1 ano e de 1 a 4 anos de estudo.

<sup>18</sup> Os resultados para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste são apresentados no Apêndice B, para os anos de 1992 e 1999.

De acordo com Holzmann (2000), tem-se verificado no Brasil um rápido aumento da participação das mulheres em ocupações de nível superior, como nas áreas de medicina, odontologia, veterinária, arquitetura, engenharia, antes consideradas ocupações masculinas. O resultado desta maior participação feminina se deve à elevação do padrão de escolarização feminina, que supera o dos homens, acompanhando o mesmo fenômeno em outros países. Segundo Holzmann (2000), os dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que em 1998 as mulheres eram a grande maioria dos alunos matriculados na então oitava série do ensino fundamental, e 54% dos estudantes no ensino superior. Estes dados, para a autora, refletiam no padrão de escolaridade da população economicamente ativa (PEA) no país: 23,2% das mulheres que a integram têm 11 anos ou mais de escolaridade, enquanto entre os homens essa fração é de apenas 16,3% (HOLZMANN, 2000).

Depois do Censo Demográfico de 2000, novos ramos foram incluídos na lista, conforme apresentado na Tabela 20. No período de 2002, 2009 e 2012 no Brasil, os resultados apresentaram uma evolução no que diz respeito à quantidade de anos de estudo das mulheres em todos os ramos de atividades no âmbito brasileiro. A frequência das mulheres ocupadas com anos de estudo para 1 a 4 anos, são para os ramos agrícola e de serviço doméstico. Já os ramos de atividades que apresentaram maior percentual de mulheres com 9 a 11 anos de escolaridade ao longo do período foram: transporte, armazenagem e comunicação, indústria e educação, saúde e serviços sociais

Podemos observar que o ramo de atividade agrícola, em todos os anos analisados continua entre os que apresentam a menor taxa de anos de estudo – no caso, de até 4 anos de estudo, sendo este também resultado por homens e mulheres não terem acesso a um maior grau educacional no meio rural por muitos anos. No período de 2002, os anos de estudos também apresentam uma taxa menor nos ramos agrícola, indústria, indústria da transformação, construção, transporte, armazenamento e comunicação, serviços domésticos, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e, por fim, nas atividades mal definidas ou não declaradas.

Para o ano de 2009, observa-se uma concentração maior de mulheres nas faixas de até 1 ano e de 1 a 4 anos de estudo ocupadas nos ramos de atividades agrícolas e serviços domésticos. Além disso, neste período de 2009, foi possível observar que os ramos de atividades que exigem maior escolarização passaram a ter uma representação maior das mulheres com mais anos de estudo (5 a 8 anos e 9 a 11 anos), como no caso dos ramos de

atividades industriais, alojamento e comunicação, educação, saúde e serviços sociais e administração pública.

Já em 2012, observa-se uma relação entre o aumento da escolarização das mulheres e sua participação em ramos de atividades não agrícolas. Os ramos de atividades que se destacam para esta posição são: indústria, transporte, armazenamento e comunicação, educação, saúde e serviços sociais, outras atividades e nas atividades mal definidas ou não declaradas. As mulheres com menos escolaridade permaneceram no ramo de atividade agrícola e nos serviços domésticos.

Neste sentido, o que podemos observar que as mulheres ocupadas no meio rural e a escolarização entre os anos analisados tiveram aumento da sua frequência com maiores anos de estudos em todos os ramos de atividades analisados, com maior participação entre os setores da indústria, serviços e comércio.

**Tabela 20 – Percentual da escolaridade das mulheres ocupadas no meio rural para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil**

Brasil	Anos de Estudo											
	2002				2009				2012			
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Ramos de atividades												
Agrícola	28,9%	55,8%	12,3%	3,0%	25,8%	43,1%	21,8%	9,3%	20,7%	43,1%	24,8%	11,5%
Indústria	25,2%	62,4%	12,5%	0,0%	14,2%	0,0%	22,1%	63,7%	10,0%	19,7%	0,0%	70,2%
Indústria de transformação	16,9%	49,9%	20,9%	12,3%	11,4%	28,2%	31,8%	28,6%	10,6%	27,6%	30,8%	31,1%
Construção	18,8%	39,7%	21,3%	20,2%	13,1%	23,8%	25,7%	37,4%	3,9%	21,1%	21,9%	53,2%
Comércio e reparação	9,8%	37,4%	26,5%	26,3%	5,4%	22,8%	27,8%	44,0%	5,8%	20,7%	28,2%	45,4%
Alojamento e alimentação	9,8%	47,6%	22,0%	20,5%	5,9%	27,7%	32,6%	33,8%	6,2%	25,8%	36,2%	31,9%
Transporte, armazenagem e comunicação	13,1%	19,7%	28,2%	39,0%	8,8%	6,8%	21,5%	62,9%	0,0%	8,9%	14,0%	77,2%
Administração pública	9,1%	28,2%	24,9%	37,8%	5,1%	14,3%	19,8%	60,8%	2,3%	19,6%	23,6%	54,5%
Educação, saúde e serviços sociais	5,4%	28,1%	14,7%	51,7%	3,8%	18,8%	19,2%	58,2%	3,2%	11,3%	17,3%	68,3%
Serviços domésticos	13,4%	53,6%	24,8%	8,3%	8,9%	34,9%	33,8%	22,4%	9,2%	28,3%	35,5%	27,0%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	17,8%	30,1%	27,0%	25,2%	2,5%	18,6%	23,8%	55,2%	4,5%	17,6%	28,1%	49,9%
Outras atividades	9,3%	21,0%	22,5%	47,3%	0,4%	15,2%	21,6%	62,9%	2,1%	13,5%	20,0%	64,4%
Atividades mal definidas ou não declaradas	18,9%	65,4%	15,8%	0,0%	0,0%	63,6%	36,4%	0,0%	35,8%	0,0%	0,0%	64,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Alguns ramos de atividades apresentaram crescimento da participação da mulher: administração pública, educação, saúde e serviços sociais, o serviço doméstico e os outros serviços coletivos e pessoais, para os anos de 2002, 2009 e 2012. Segundo Quirino (2012, p. 93), dados do IBGE referentes à década de 1970 apontam que 69,3% das mulheres atuantes no mercado de trabalho se concentravam no setor terciário, “38,8% no setor de serviços, 16,1% em atividades sociais, 9,9% na indústria de transformação, 6% no comércio, 2,6% na administração pública, 0,4% nas indústrias da construção e outras atividades industriais e 4,9% em outros ramos de atividades”.

Já para as décadas de 1980 e 1990, segundo Bruschini e Lombardi (2003), esta estrutura ocupacional feminina se caracterizava, de modo geral, em qualificação e prestígio, e, conseqüentemente, de remuneração, como as áreas de serviços administrativos e de serviços de turismo, serventia, higiene, beleza e auxílio à saúde. Estes segmentos de ocupações representavam 50% dos empregos das mulheres com carteira assinada. Já para as ocupações de nível superior nas áreas jurídica, do ensino e das artes são responsáveis pela oferta de 18% dos empregos femininos (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003).

Nas regiões<sup>19</sup> do Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte foi possível observar que também apresentam diferenças significativas de anos de estudo entre as mulheres ocupadas no meio rural. Nas regiões consideradas mais agrícolas e pouco industrializadas, como no caso do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as mulheres rurais têm os menores números de anos de estudo, concentrando-se assim nas faixas de até um 1 ano e de 1 a 4 anos de estudo, com maior representação para a região do Norte, a partir de 2009, e na região do Nordeste para todos os anos analisados.

Já na região do Sudeste, entre os anos de 1992 e 1999, os ramos de atividade que apresentaram menor escolarização entre as mulheres foram os da agrícola, indústria da construção e de prestação de serviços. Nos anos de 2002, 2009 e 2012, houve uma melhora no que diz respeito à escolarização das mulheres atuantes nos ramos de indústria, administração pública, educação, saúde e serviços sociais, com aumento da faixa de 9 a 11 anos estudo.

No Sudeste, e especificamente, em São Paulo, a área rural não se restringe às atividades relacionadas aos ramos agrícolas, uma vez que o meio rural ganhou novas funções – agrícolas e não agrícolas – e novas oportunidades de trabalho e renda. Um conjunto de atividades ligadas ao comércio, serviços e indústria passou a existir, reduzindo cada vez mais,

---

<sup>19</sup> Os resultados para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte são apresentados no Apêndice B, com as seguintes numerações: Tabela B10, Tabela B11, Tabela B12, Tabela B13, Tabela B14, Tabela B15, Tabela B16, Tabela B17 e Tabela B18.

as diferenças entre o rural e o urbano (BALSADI, 2000). Para Basaldi (2000), a possibilidade de encontrar ocupações fora da agricultura, nas cidades - ainda que alguns o tenham feito no próprio campo -, ocasionou a saída da população residente do campo rumo à zona urbana. Segundo o autor, esse movimento ganha força no estado, de modo que, no final dos anos 1990, mais de 50% da população economicamente ativa (PEA)<sup>20</sup> com residência rural ocupava-se em atividades não agrícolas (569 mil pessoas em 1998). Já no período 1992-97, ocorreu a inversão a favor das ocupações não agrícolas em detrimento das ocupações agrícolas, culminando com a maior ocupação dos residentes rurais nos mais diversos ramos da atividade econômica.

Na região Sul, no período de 1992 a 1999, os ramos de atividades agrícola e de prestação de serviços apresentam a maior participação das mulheres ocupadas com menos anos de estudo, principalmente na faixa de 1 a 4 anos de estudo. A mudança com maior significância entre os ramos se dá a partir do ano de 2002, quando setores que exigem menor escolarização permaneceram sendo representados, mas ramos dos setores terciários, que exigem maior escolarização, como administração pública, educação, saúde e serviços sociais e outros serviços coletivos, sociais e pessoais, apresentaram aumento da participação das mulheres rurais.

Os resultados anteriormente apresentados apontam que não só os ramos que exigem mais escolaridade empregam mulheres mais escolarizadas, mas também que, mesmo nas áreas rurais, as mulheres têm tido mais anos de estudo. Cabe ressaltar ainda que, nas faixas de mais alta escolaridade, as mulheres representam a maior parte, o que pode ser comprovado ao longo dos períodos de 1992 à 2012. Além disso, é possível verificar uma mudança em relação à quantidade de mulheres entre os ramos das atividades agrícolas com menores anos de estudo, para os ramos de atividades com maiores anos de estudo, como nos ramos das atividades da indústria, administração pública e educação, saúde e serviços sociais.

Os resultados mostraram que as mulheres ocupadas que apresentam mais anos de estudos estão nos ramos de atividades não tradicionais do ramo agrícola. A mudança foi verificada ao longo dos anos de 1992 e 2012. A frequência da participação das mulheres nos anos de estudo dos ramos de atividades como a indústria ou a indústria de transformação em 1992 era menor, mas teve um aumento ao longo do período que se estendeu até 2012.

---

<sup>20</sup> Conceito adotado em referência as pessoas ocupadas e desocupadas no mercado de trabalho, com 16 anos ou mais, segundo o IBGE.

Em ramos de atividades que ainda são considerados tradicionalmente ocupados por homens, as mulheres ocupam e apresentam a maior escolaridade, denotando uma escolaridade de 9 a 11 anos de estudo em de mais de 70% das mulheres ocupadas, como no caso da indústria e do ramo de atividades de transporte, armazenagem e comunicação, como observado no de 2012 no Brasil. O ramo de atividade agrícola foi o que teve a menor participação de mulheres com muitos anos de estudo: apenas algo em torno de 11,5% das mulheres ocupadas passaram a ter 9 a 11 anos de estudo, mantendo a concentração para até 1 ou de 1 a 4 anos de estudo.

Os resultados para as mulheres ocupadas relacionados aos anos de estudo demonstraram ainda que as mulheres que apresentam maior escolaridade e que estão no meio rural buscam uma ocupação nas atividades não agrícolas, o que denota a falta de oportunidades para as mulheres rurais nas atividades agrícolas. Muitas apenas fazem do meio rural sua moradia, mas como não têm ocupação definida e encontram alguma alternativa em outros ramos de atividades. Vale salientar também que ocupam ramos de atividades tradicionalmente considerados femininos, como no caso dos serviços de educação, saúde e serviço social, ou, quando não têm a escolaridade exigida para os cargos que exigem maior escolarização, partem para os serviços domésticos ou nas atividades mal definidas ou não declaradas.

Além da observação em relação aos anos de estudo, a idade dessas mulheres rurais ocupadas também são importantes para poder observar se as que estão ocupando os ramos de atividades não agrícolas são as que estão na idade ativa de trabalho e não encontram oportunidades nas atividades do ramo agrícola, sendo, portanto, as atividades não agrícolas apenas uma alternativa para exercerem uma ocupação remunerada. No tópico seguinte será abordada a faixa etária das mulheres ocupadas no meio rural e poderemos observar se as mulheres rurais mais jovens em idade ativa estão conseguindo ter oportunidade no meio agrícola ou a alternativa está nas atividades não agrícolas.

### 5.3 AS FAIXAS ETÁRIAS DAS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NOS RAMOS DE ATIVIDADES

Segundo Lavinias, Amaral e Barros (2000) no Brasil em áreas metropolitanas, a taxa de crescimento de emprego feminino computada pela PNAD entre 1985 e 1995 foi de 3,6%

a.a, contra 2,3 % do emprego total. Separando os períodos entre 1985/90 e 1990/95, observaram-se as fases distintas do desempenho econômico no país, sendo possível observar por esta composição dos anos analisados que as mulheres foram mais favorecidas que os homens na medida em que escassearam as oportunidades de novos empregos (LAVINAS; AMARAL; BARROS, 2000).

Assim, foi observado neste período que “a queda na taxa de crescimento da oferta de emprego registrada entre os dois períodos afetou negativamente muito mais os homens do que as mulheres. Isso se deu em razão da forte redução do emprego no setor industrial, afetando mais fortemente os homens.” (LAVINAS; AMARAL; BARROS, 2000, p. 1).

Segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2000), no que diz respeito à evolução da população brasileira nos períodos de 1981/92 e 1992/99, o êxodo rural permaneceu nos anos de 1990, com uma diferença menor do que a observada na década anterior. A população com 10 anos ou mais passou a crescer após décadas de esvaziamento dos campos brasileiros, mudança ocorrida na PEA rural agrícola em consequência do crescimento da mecanização dos cultivos e da colheita de grãos, especialmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola.

Para Del Grossi e Graziano da Silva (2000), existem duas razões que explicam a recuperação do crescimento da população rural em idade ativa: a primeira está relacionada com o crescimento das atividades rurais não agrícolas, e a segunda com o crescimento dos desempregados e dos inativos residentes rurais (pensionistas e aposentados). Essas duas categorias dos desempregados e aposentados residentes no campo são indicadores que o meio rural brasileiro passa a ser não só um lugar de residência dissociado de trabalho, mas também “de que os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados e local de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas.” (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2000, p. 37).

Em relação aos resultados apresentados na Tabela 21, a faixa etária com maior representatividade para os ramos de atividades nos anos de 1992 e 1999 é a de 21 a 40 anos, correspondente à faixa etária economicamente ativa, com maior participação nos ramos de atividade social, administração pública e outras atividades mal definidas ou não declaradas. A segunda faixa etária presente nos ramos de atividade está entre as faixas de 10 a 20 anos, com destaque para os ramos de indústria de transformação, indústria da construção, e setor do transporte e comunicação, segundo dados de 1992.

**Tabela 21 – Percentual da faixa etária das mulheres ocupadas no meio rural para os anos de 1992 e 1999, no Brasil**

Brasil	Faixa etária							
	1992				1999			
	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos
Ramos de atividades								
Agrícola	27,0%	35,6%	14,7%	22,8%	21,2%	35,8%	16,6%	26,4%
Indústria de transformação	31,4%	47,2%	11,3%	10,1%	24,0%	57,9%	11,5%	6,6%
Indústria da construção	31,9%	39,8%	15,6%	12,8%	6,2%	54,7%	30,6%	8,5%
Outras atividades industriais	26,0%	41,4%	21,2%	11,5%	11,8%	41,2%	43,1%	3,8%
Comércio de mercadorias	25,8%	48,8%	15,3%	10,1%	22,7%	51,9%	18,4%	7,0%
Prestação de serviços	29,6%	47,2%	14,5%	8,8%	25,9%	50,4%	15,3%	8,4%
Serviços auxiliares da atividade econômica	27,9%	52,5%	12,7%	6,9%	30,0%	49,1%	17,0%	4,0%
Transporte e comunicação	36,1%	42,9%	10,0%	10,9%	23,3%	55,7%	17,8%	3,2%
Social	12,1%	59,9%	20,0%	8,0%	7,6%	60,4%	24,1%	7,9%
Administração pública	13,4%	56,7%	21,5%	8,4%	10,3%	57,3%	26,4%	6,0%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	24,5%	53,7%	15,5%	6,3%	6,6%	63,4%	28,5%	1,5%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

Para o ano de 1999, na Tabela 21, na faixa de 10 a 20 anos também são o segundo conjunto de dados com maior participação das mulheres entre os ramos de atividades da indústria de transformação, prestação de serviços e dos serviços auxiliares da atividade econômica. Ainda para o ano de 1999, houve uma diminuição da participação da faixa etária entre 10 anos e 20 anos, e com um maior equilíbrio entres os ramos de atividades para a faixa etária entre 21 anos a 40 anos. Para a faixa etária com mais de 61 anos, a maior participação feminina nos ramos de atividades está localizada para o setor agrícola.

A diminuição da participação das ocupações femininas em idade ativa de trabalho também se deve à conjuntura em que o país se encontrava, como observado por Lavinás, Amaral e Barros (2000). No início de 1996, a taxa de desemprego das mulheres não só voltou a ultrapassar a dos homens, mas passou a descrever ao longo desse ano uma crescente na taxa, enquanto a taxa masculina foi decrescente. “Já no final de 1997, observa-se o recrudescimento do desemprego de ambos os sexos, mas com uma ênfase maior no masculino, pois sua taxa cresce numa progressão mais rápida do que aquela observada para as mulheres.” (LAVINAS; AMARAL; BARROS, 2000, p. 3).

Os dados para o Brasil, nas faixas etárias das mulheres ocupadas por ramos de atividades para os anos de 2002, 2009 e 2012, listadas na Tabela 22, revelam que houve, para todos os anos analisados, uma retomada da participação feminina para a faixa etária de 21 a

40 anos para todos os ramos de atividades, inclusive aqueles considerados “masculinos”, especificamente o da indústria. Os referidos dados também apontam o aumento da escolarização para os diferentes ramos de atividades. Além disso, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem relação com a mudança dos valores sociais, que levaram a mulher a deixar de ser apenas uma parte da família para se tornar a responsável por muitos lares familiares.

Tabela 22 – Percentual da faixa etária das mulheres ocupadas no meio rural para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil

Brasil	Faixa etária											
	2002				2009				2012			
	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos
Ramos de atividades												
Agrícola	17,5%	37,7%	17,5%	27,4%	10,4%	36,4%	20,0%	33,3%	8,6%	36,1%	21,9%	33,4%
Indústria	12,5%	59,9%	14,9%	12,7%	0,0%	73,4%	26,6%	0,0%	0,0%	90,3%	9,7%	0,0%
Indústria de transformação	23,3%	49,9%	0,1%	12,1%	11,8%	55,9%	20,0%	12,3%	11,3%	52,2%	20,2%	16,4%
Construção	11,2%	63,4%	25,4%	0,0%	0,0%	59,1%	30,6%	10,3%	10,8%	45,7%	23,4%	20,1%
Comércio e reparação	19,0%	52,3%	17,8%	10,9%	16,5%	58,1%	15,3%	10,1%	17,3%	56,4%	15,0%	11,3%
Alojamento e alimentação	17,4%	53,2%	20,0%	9,4%	11,7%	54,4%	19,2%	14,7%	14,0%	46,2%	21,8%	18,1%
Transporte, armazenagem e comunicação	8,0%	84,9%	7,2%	0,0%	2,3%	72,0%	19,8%	6,0%	17,1%	63,1%	15,0%	4,8%
Administração pública	10,2%	59,7%	19,9%	10,2%	2,3%	60,2%	24,8%	12,8%	2,3%	52,7%	28,6%	16,4%
Educação, saúde e serviços sociais	5,4%	61,9%	21,3%	11,4%	5,1%	57,7%	24,0%	13,2%	5,2%	59,4%	23,1%	12,4%
Serviços domésticos	25,0%	54,2%	14,2%	6,6%	16,1%	55,1%	19,5%	9,3%	16,7%	51,0%	20,7%	11,6%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	18,5%	61,1%	15,4%	5,1%	15,6%	56,5%	18,1%	9,8%	16,6%	65,2%	11,4%	6,8%
Outras atividades	26,3%	58,8%	12,0%	2,9%	16,9%	63,3%	11,2%	8,7%	21,0%	59,1%	13,7%	6,2%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,05	81,1%	18,9%	0,0%	0,0%	86,0%	14,0%	0,0%	0,0%	45,8%	0,0%	54,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

No que diz respeito às faixas etárias das mulheres ocupadas nas regiões do Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, no período de 1992 e 1999 conforme os resultados<sup>21</sup>, a tendência da ocupação das mulheres foi na faixa etária de 21 a 40 anos em nas atividades ligadas à indústria e também ao setor dos serviços. Na região Sudeste, por exemplo, em todos os anos analisados, a faixa etária de 21 anos a 40 anos é a mais presente nesses setores.

No período de 2002, 2009 e 2012, houve poucas mudanças na distribuição das faixas etárias das mulheres ocupadas nos ramos de atividades das regiões do país. A faixa etária de 21 a 40 anos é a que tem a maior participação feminina em todos os anos analisados e ramos de atividades. Nas regiões do Nordeste, Sudeste e no Sul em 2012, o destaque está no ramo da indústria com 100% na faixa etária das mulheres ocupadas de 21 a 40 anos. Como observado, a faixa etária para as mulheres ocupadas em destaque é a de 21 a 40 anos em atividades não agrícolas. Já a faixas etária mais de 61 anos concentram-se no ramo de atividade agrícola, sendo possível observar que a atividade agrícola é realizada por mulheres mais velhas.

Segundo Abramo (2004), as diferenças ocupacionais por gênero são expressões da segregação ocupacional que caracterizam a discriminação, pois estão relacionadas às construções culturais e sociais em que se atribuem lugares e valores diferenciados ao trabalho realizado por homens e ao realizado por mulheres na atividade econômica. E, devido a esta segregação ocupacional, para Leone e Baltar (p.236, 2008), “as mulheres se concentram em poucos setores econômicos, principalmente no de serviços, em ocupações pior remuneradas e de menor nível de responsabilidade.”

Assim, também será analisado a seguir o número das horas trabalhadas, para as mulheres ocupadas no meio rural, por ramos de atividades e verificar como está a distribuição da carga de trabalho.

#### 5.4 AS HORAS TRABALHADAS PELAS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NOS RAMOS DE ATIVIDADES

Segundo Leone (2003), a expansão do emprego feminino na década de 1990 efetivou-se nas ocupações de comércio e prestação de serviços, que apresentam baixo grau de formalização do trabalho, como o serviço doméstico. Além disso, Leone (2003) considera que as os serviços das aéreas sociais, que tradicionalmente empregam uma parcela considerável de

<sup>21</sup> Os resultados para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte são apresentados no Apêndice B, com as seguintes numerações: Tabela B19, Tabela B20, Tabela B21, Tabela B22, Tabela B23, Tabela B24, Tabela B25, Tabela B26 e Tabela B27.

mulheres, cresceram pouco na década de 1990, mas continuam importantes para a geração de empregos de mulheres.

A Tabela 23 apresenta os resultados referentes às horas trabalhadas pelas mulheres ocupadas no meio rural no Brasil nos anos de 1992 e 1999. No ano de 1992, a faixa de 15 a 39 horas foi a mais presente entre os ramos agrícola, indústria da construção, comércio de mercadorias, prestação de serviços e social. Já a faixa de 40 a 44 horas semanais, em 1992, preponderou nos ramos da indústria de transformação, outras atividades, serviços auxiliares da atividade econômica, transporte e na administração pública.

**Tabela 23– Percentual das horas trabalhadas por mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 1992 e 1999, no Brasil**

Brasil	Horas trabalhadas									
	1992					1999				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	26,9%	40,8%	13,3%	6,5%	12,5%	32,4%	46,2%	10,4%	4,2%	6,9%
Indústria de transformação	6,1%	26,2%	40,0%	14,7%	13,0%	7,1%	24,6%	43,3%	15,9%	9,1%
Indústria da construção	7,9%	44,5%	18,3%	14,5%	14,7%	18,1%	76,5%	2,7%	2,4%	0,3%
Outras atividades industriais	5,6%	29,8%	36,8%	15,9%	11,9%	4,0%	43,4%	32,3%	16,6%	3,8%
Comércio de mercadorias	10,3%	32,8%	19,9%	12,8%	24,2%	11,2%	38,4%	18,2%	12,4%	19,9%
Prestação de serviços	11,3%	30,0%	16,5%	14,3%	27,8%	11,2%	32,4%	17,5%	15,0%	24,0%
Serviços auxiliares da atividade econômica	5,1%	30,8%	42,5%	10,6%	10,9%	2,2%	27,5%	52,2%	5,9%	12,2%
Transporte e comunicação	4,4%	21,0%	27,3%	17,8%	29,6%	3,2%	33,7%	34,7%	16,1%	12,3%
Social	3,6%	57,0%	28,7%	4,5%	6,2%	3,4%	56,2%	31,4%	2,9%	5,9%
Administração pública	3,8%	36,6%	45,6%	6,6%	7,4%	2,1%	35,1%	48,9%	5,9%	8,0%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	2,3%	37,9%	28,0%	12,3%	19,5%	3,0%	52,3%	22,0%	9,0%	13,8%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

A faixa de 15 a 39 horas, no ano de 1999, destacou-se nos ramos agrícola, indústria da transformação, outras atividades industriais, comércio de mercadorias e o ramo social. A faixa de 40 a 44 horas semanais de horas trabalhadas, por sua vez, predomina nos ramos das

atividades da indústria de transformação, transporte e comunicação e na administração pública.

Os dados apresentados na Tabela 23, para a jornada de trabalho na ocupação principal evidencia que a maioria das mulheres ocupadas em tempo integral tem aumentado e que teve um crescimento entre os anos analisados de 1992 e 1999, observando que aumentou a proporção de mulheres que trabalha mais de quarentas horas por semana na ocupação principal.

Na Tabela 24, estão apresentadas as horas trabalhadas pelas mulheres ocupadas no meio rural do Brasil, por ramos de atividades, nos anos de 2002, 2009 e 2012. No ano de 2002, na faixa de carga horária de 15 a 39 horas, destacam-se os ramos de atividades agrícola, indústria da transformação, transporte, armazenamento e comunicação, educação, saúde e serviços sociais e nas atividades mal definidas ou não declaradas. Na carga horária de 40 a 44 horas semanais, predominam os ramos da indústria, construção, administração pública e outras atividades. Estes dois segmentos de horas trabalhadas são os que apresentam maior número de mulheres ocupadas nos anos de 2002.

**Tabela 24 – Percentual das horas trabalhadas por mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil**

Brasil	Horas trabalhadas														
	2002					2009					2012				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	32,6%	46,1%	10,3%	3,8%	7,2%	33,3%	48,4%	10,3%	3,3%	4,7%	34,9%	45,5%	10,3%	3,5%	5,8%
Indústria	0,0%	27,4%	42,8%	14,9%	14,9%	0,0%	40,8%	37,1%	15,4%	6,7%	0,0%	0,0%	79,1%	14,3%	6,6%
Indústria de transformação	12,0%	41,3%	30,0%	8,8%	7,9%	8,2%	37,3%	35,8%	9,9%	8,9%	10,2%	35,9%	35,3%	10,5%	8,1%
Construção	21,3%	18,6%	50,8%	9,4%	0,0%	18,8%	20,5%	14,9%	35,2%	10,6%	13,3%	24,1%	32,3%	13,4%	16,9%
Comércio e reparação	13,3%	35,3%	21,5%	12,1%	17,8%	14,6%	28,7%	25,9%	14,4%	16,5%	12,7%	28,7%	26,4%	14,1%	18,0%
Alojamento e alimentação	11,9%	27,7%	15,2%	17,2%	28,0%	6,1%	24,6%	23,0%	16,5%	29,9%	9,1%	34,6%	20,3%	14,8%	21,2%
Transporte, armazenagem e comunicação	7,2%	39,4%	35,9%	7,2%	10,5v	5,1%	16,5%	37,0%	30,8%	10,6%	2,1%	20,4%	49,9%	8,7%	18,9%
Administração pública	2,8%	35,5%	55,8%	4,3%	1,6%	0,4%	30,4%	58,2%	5,4%	5,6%	2,0%	40,7%	52,7%	1,3%	3,4%
Educação, saúde e serviços sociais	4,4%	46,9%	38,5%	2,3	7,8%	2,6%	46,7%	41,1%	3,9%	5,7%	4,5%	48,3%	38,8%	3,6%	4,9%
Serviços domésticos	12,0%	28,4%	22,9%	14,4%	22,2%	13,5%	35,8%	24,0%	13,8%	13,0%	17,0%	38,1%	21,5%	11,6%	11,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	18,8%	34,7%	19,5%	6,0%	21,0%	18,4%	37,8%	23,5%	13,5%	6,8%	21,4%	41,4%	18,4%	9,7%	9,1%
Outras atividades	5,9%	29,8%	47,9%	13,4%	3,0%	1,8%	26,7v	48,2%	17,2%	6,2%	3,6%	23,8%	58,6%	4,2%	9,8%
Atividades mal definidas ou não declaradas	15,6%	53,9%	14,8%	0,0%	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	64,2%	0,0%	0,0%	0,0%	35,8%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

No ano de 2009, houve um crescimento significativo da participação feminina na jornada de trabalho no meio rural. Na faixa de 15 a 39 horas, os ramos que se destacam são: agrícola, indústria, indústria da transformação, comércio e reparação, alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos e outros serviços sociais, coletivos e pessoais. Na faixa de 40 a 44 horas por semana os ramos em destaque são transporte, armazenamento e comunicação, administração pública, outras atividades e nas atividades mal definidas e não declaradas.

No ano de 2012, as mulheres que trabalharam em carga horária de 15 a 39 horas por semana no meio rural trabalharam predominantemente nos ramos de agricultura, indústria da transformação, comércio e reparação, alojamento e alimentação, administração pública, educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos e outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Na faixa de 40 a 44 horas semanais, os ramos em destaque são indústria, construção, transporte, armazenamento e comunicação e outras atividades.

Os resultados acima comentados indicam que, no período analisado, houve um aumento da participação das mulheres ocupadas em horas trabalhadas nos ramos de indústria, das outras atividades, da administração pública e do transporte, armazenagem e comunicação. Além disso, foi possível também verificar que os ramos de atividades tiveram um aumento da participação feminina nos anos analisados, com mais mulheres trabalhando nas cargas horárias de 15 a 39 horas e de 40 a 44 horas semanais.

Segundo Quirino (2012), os indicadores referentes ao período compreendido entre 1976 e 2010 apontam que a população economicamente ativa feminina no mercado de trabalho brasileiro no geral, passou de 11,4 milhões para 22,4 milhões, que a taxa de atividade aumentou de 28,8% para 49,0%, e que a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores foi de 30,3% para 45,3%. Segundo a autora, isso significa que mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhava em 2010 e que mais 45% dos trabalhadores eram do sexo feminino na mesma data.

Para Quirino (2012), em 2009, 35,5% das trabalhadoras eram empregadas com carteira de trabalho assinada, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (43,9%). “As mulheres empregadas sem carteira e trabalhando por conta própria correspondem a 30,9%. Entre os homens este percentual era de 40%. O percentual de mulheres inseridas como empregadores era de 3,6% enquanto na distribuição masculina era 7,0%.” (QUIRINO, 2012, p. 94).

No que diz respeito à quantidade de horas trabalhadas por mulheres nas regiões do país, de 1992 e 1999, a representatividade se deu 15 a 39 horas entre os ramos de atividades. No Nordeste<sup>22</sup>, no ano de 1992, a faixa de carga horária com maior representatividade é a de 15 a 39 horas semanais trabalhadas nas atividades não agrícolas, o que apontou uma mudança relativa no ano de 1999, quando houve um aumento nas horas trabalhadas entre as 40 a 44 horas semanais, representando assim, a participação da mão de obra feminina nas atividades não agrícolas. No período de 2002, 2009 e 2012, a distribuição de horas trabalhadas pelas mulheres era na faixa de 15 a 39 horas para os ramos do agrícola, indústria da transformação, comércio e reparação, educação, saúde e serviços sociais, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e nas atividades mal definidas ou não declaradas. Nas faixas de 40 a 44 horas semanais, os ramos são de indústria, transporte, armazenagem e comunicação e, por fim, na administração pública. Assim, percebe-se que a tendência de ocupação das mulheres por horas trabalhadas se mantém entre 15 a 39 horas trabalhadas semanais. Somente dois ramos apresentaram maior participação de 40 a 44 horas semanais trabalhadas: os ramos da indústria e de outras atividades.

Na região Sudeste, nos anos de 1992 e 1999, observou-se uma mudança de ocupação de horas trabalhadas de até 14 horas e de 15 a 39 horas no ramo agrícola. As mulheres, neste período, têm maior representatividade trabalhando entre 40 a 44 horas semanais em outros setores considerados não agrícolas. Entretanto, observou-se nos anos de 1992 e 1999 uma tendência de as mulheres ocupadas se inserirem em atividades antes descritas como masculinas (indústria de transformação, indústria da construção e outras atividades industriais) e com pouca representatividade de ocupação feminina. Essa tendência se repetiu nos anos de 2002, 2009 e 2012, com aumento carga horária semanal – predominância nas estratificações de 40 a 44 horas semanais e de 45 a 48 horas trabalhadas – nos referidos setores “mais masculinos”. Os ramos que apresentaram a maior participação feminina nestas mesmas cargas horárias são: indústria, indústria da transformação, construção, administração pública e transporte, armazenagem e comunicação. Outro ponto também verificado foi que cresceu a carga horária das mulheres ocupadas nos ramos que são também considerados com maior participação feminina, como nos de administração pública, educação, saúde e serviços sociais.

---

<sup>22</sup> Os resultados para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte são apresentados no Apêndice B, com as seguintes numerações: Tabela B28, Tabela B29, Tabela B30, Tabela B31, Tabela B32, Tabela B33, Tabela B34, Tabela B35 e Tabela B36.

Na região Sul, nos anos de 1992 e 1999, observou-se que os ramos que estavam com suas frequências distribuídos na estratificação de 15 a 39 horas trabalhadas semanais e na de 40 a 44 horas são os considerados masculinizados, como o da indústria e construção. E a carga horária das mulheres permaneceu com maior representatividade na faixa de 40 a 44 horas semanais entre os anos de 2002, 2009 e 2012. A exceção permaneceu para o ramo agrícola, que tem representação na faixa de 15 a 39 semanais.

No Centro-Oeste, nos anos de 1992 e 1999, o ramo que apresentou a menor participação feminina em termos de carga horária semanal foi o ramo agrícola, com jornada de até 14 horas semanais. Para os demais ramos, percebeu-se que as cargas horárias predominantes foram as de 15 a 39 horas semanais, e de 40 a 44 horas semanais trabalhadas. Analisando os anos de 2002, 2009 e 2012, observa-se que a distribuição das horas trabalhadas pelas mulheres se deu de forma gradativa ao longo do tempo. Em 2002, a maior parcela de mulheres que trabalhavam no meio rural estavam concentradas na faixa de 15 a 39 horas. Já em 2009 e 2012, percebe-se uma representação maior de mulheres ocupadas na faixa de 40 a 44 horas semanais, com exceção dos ramos agrícola e outros serviços coletivos, sociais e pessoais, na faixa de 15 a 39 horas semanais.

Já para a região do Norte, que apresenta dados a partir de 2009, a participação das mulheres nos ramos de atividades por horas trabalhadas está distribuída na carga horária de 15 a 39 horas e de 40 a 44 horas semanais. Os ramos de atividades com representação maior são: indústria, indústria de transformação, educação, saúde e serviços sociais, administração pública e em outras atividades.

Com as mudanças no mercado de trabalho e o crescimento da participação feminina, a mulher, em todas as regiões, deixa de ser apenas uma parte família e conquista espaço para se tornar a responsável em algumas situações do funcionamento da reprodução familiar. Segundo Leone e Baltar (2014, p. 5), “as formas de absorção das mulheres pela atividade econômica indicam uma profunda desvantagem destas em relação aos homens associada, entre outros fatores, às dificuldades de articulação do trabalho remunerado com as responsabilidades familiares.”

Outra particularidade que acompanha a mulher é a sua “segunda jornada”. Além de cumprir com as obrigações e tarefas na empresa, a mulher precisa cuidar dos afazeres domésticos. No tópico a seguir, será apresentada a condição das mulheres ocupadas no meio rural em relação aos afazeres domésticos.

## 5.5 OS AFAZERES DOMÉSTICOS PARA AS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NOS RAMOS DE ATIVIDADES

Os afazeres domésticos continuam sendo realizados predominantemente por mulheres, mesmo estas tendo sua ocupação no mercado de trabalho em diferentes ramos da atividade produtiva. Para Melo e Castilho (2009), os estudos referem-se em grande maioria à problemática do trabalho feminino, da saúde reprodutiva, participação política e família. Dentre as temáticas mais recorrentes está a da invisibilidade do trabalho da mulher, numa discussão, sobretudo na economia, acerca da desqualificação do trabalho doméstico.

A reformulação do conceito de gênero, e os vários campos do saber têm argumentado que existe uma relação de poder estabelecida entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Para Melo, Considera e Di Sabatto (2007, p. 442), “a invisibilidade que cerca o estudo das diferenças de gênero fortalece a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades de emprego que podem ser oferecidas às mulheres pelo desenvolvimento.” Nesse sentido, o trabalho de Ester Boserup (1970) foi pioneiro, pois já nos anos 1970 apontou que a divisão sexual do trabalho era um elemento de base na divisão do trabalho, razão por que Melo, Considera e Di Sabatto (2007, p.442) assinalam que esta autora teve grande importância nos estudos sobre esta temática. Segundo os autores, Boserup destacou como no “cálculo do produto nacional, na produção e nos serviços de subsistência, as atividades realizadas pelas mulheres e suas contribuições ao bem-estar socioeconômico são subestimadas ou a elas não se dá a devida importância.”

A importância de apresentar os resultados sobre os afazeres domésticos, majoritariamente executado por mulheres, está no fato de que eles são somados à sua carga de trabalho formal, o trabalho doméstico e a responsabilidade da reprodução social da família, gerando assim, a “segunda jornada” de trabalho.

Como observado na Tabela 25, a esmagadora maioria das mulheres ocupadas, independentemente do ramo em que trabalhavam, faziam tarefas domésticas em seus lares. Em 1992, os ramos de indústria de transformação, transporte e comunicação e de prestação de serviços eram aqueles cujo menor percentual – abaixo de 90% – de trabalhadoras participavam dos afazeres domésticos, e ainda assim, todos superavam os 80%. No ano de 1999, no ramo de outras atividades industriais, 100% das mulheres realizavam os afazeres

domésticos, e no agrícola e no de outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas, o percentual era de 98%.

**Tabela 25 – Percentual dos afazeres domésticos das mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 1992 e 1999, no Brasil**

Brasil	Afazeres domésticos			
	1992		1999	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Ramos de atividades				
Agrícola	95,1%	4,9%	98,28%	1,72%
Indústria de transformação	95,2%	4,8%	95,38%	4,62%
Indústria da construção	80,0%	20,0%	97,66%	2,34%
Outras atividades industriais	92,5%	7,5%	100,00%	0,00%
Comércio de mercadorias	93,3%	6,7%	94,15%	5,85%
Prestação de serviços	84,1%	15,9%	94,06%	5,94%
Serviços auxiliares da atividade econômica	91,7%	8,3%	96,22%	3,78%
Transporte e comunicação	89,6%	10,4%	92,75%	7,25%
Social	94,4%	5,6%	96,42%	3,58%
Administração pública	95,0%	5,0%	96,44%	3,56%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	87,7%	12,3%	98,84%	1,16%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 599), "a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos", que foi construída social e historicamente. Nos últimos anos, a divisão sexual do trabalho tem passado por mudanças, mas as mulheres, segundo Soares (2008), ainda têm de lidar com situações que demonstram o elevado grau de desigualdade entre os gêneros no interior dos lares, já que nestes a divisão dos afazeres domésticos continua sendo injusta para as mulheres. Conforme Soares (2008), a participação dos homens nos afazeres domésticos mudou pouco, sendo menor entre jovens e idosos, e praticamente constante em todo o período da fase adulta (em torno de 54%).

Para Dedecca (2008), a persistência das desigualdades e a consequente dificuldade de conciliar atividades da esfera pública com as responsabilidades familiares são aspectos que afetam as vidas das mulheres. Um exemplo disso é o fato de que essas diferenças determinam as "opções" profissionais e públicas das mulheres. De acordo com Dedecca (2008), as mulheres inseridas no mercado de trabalho que realizam afazeres domésticos tendem a ganhar uma remuneração menor que aquelas que não realizam afazeres domésticos, diferenciação esta que praticamente não é encontrada entre os homens.

Na Tabela 26, pode-se observar que, nos anos de 2002, 2009 e 2012, era bastante elevado o percentual de mulheres ocupadas no mercado de trabalho que também executavam tarefas domésticas.

**Tabela 26 – Percentual dos afazeres domésticos das mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil**

Brasil	Afazeres domésticos					
	2002		2009		2012	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Ramos de atividades						
Agrícola	98,3%	1,8%	96,9%	3,1%	97,6%	2,4%
Indústria	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	95,5%	4,6%
Indústria de transformação	96,1%	3,9%	94,7%	5,3%	93,3%	6,7%
Construção	90,7%	9,4%	100,0%	0,0%	91,9%	8,1%
Comércio e reparação	92,8%	7,2%	90,0%	10,0%	90,3%	9,7%
Alojamento e alimentação	93,6%	6,4%	93,1%	6,9%	91,4%	8,6%
Transporte, armazenagem e comunicação	87,3%	12,7%	84,6%	15,4%	89,0%	11,0%
Administração pública	94,4%	5,6%	91,2%	8,8%	93,9%	6,1%
Educação, saúde e serviços sociais	96,2%	3,8%	94,9%	5,1%	93,5%	6,5%
Serviços domésticos	84,4%	15,6%	90,6%	9,4%	90,5%	9,5%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	93,6%	6,4%	92,7%	7,3%	96,6%	3,4%
Outras atividades	85,2%	14,8%	90,1%	9,9%	85,3%	14,7%
Atividades mal definidas ou não declaradas	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Os anos de 2002, 2009 e 2012, permaneceram com a maioria das mulheres ocupadas fazendo os afazeres domésticos. O ramo de transporte e comunicação foi o que apresentou a menor participação nos afazeres, com menos de 90%. Percebeu-se que, mesmo ocupadas no mercado formal de trabalho, as mulheres continuam sendo responsáveis pelos afazeres domésticos em seus lares.

Além da apresentação dos resultados para o Brasil, também foram analisados por região do país os dados referentes à realização de tarefas domésticas por mulheres ocupadas no mercado formal de trabalho. Na região Nordeste<sup>23</sup>, nos anos de 1999, 2002, 2009 e 2012, os dados encontrados seguem a tendência geral do país: em todos os ramos de atividades, as trabalhadoras executam tarefas também em seus próprios lares, mesmo quando se tratam de trabalhadoras que atuam nos ramos que exigem uma carga semanal de trabalho extensa, como no caso da indústria, construção e administração pública.

Na região Sudeste, em 1999, o percentual de trabalhadoras que faziam os afazeres domésticos foi o menor que 80% em outras atividades, atividades mal definidas ou não

<sup>23</sup> Os resultados para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte são apresentados no Apêndice B, com as seguintes numerações: Tabela B37, Tabela B38, Tabela B39, Tabela B40, Tabela B41, Tabela B42, Tabela B43, Tabela B44 e Tabela B45.

declaradas nas atividades mal definidas, enquanto o maior percentual identificado foi no ramo de atividade agrícola. No ano de 2002, 100% das mulheres empregadas nos ramos de atividades da indústria, construção e das atividades mal definidas ou não declaradas executavam tarefas domésticas. O menor percentual foi no ramo de atividade do transporte, armazenamento e comunicação (73%). Nos anos de 2009 e 2012, a indústria e a atividade agrícola apresentaram o maior número de mulheres que realizavam os afazeres domésticos, mas é válido ressaltar que nenhuma outra atividade teve participação menor que 80%. O ramo de atividade da indústria continua sendo unânime da participação das mulheres nos afazeres domésticos, com 100% em todos os anos analisados (2002, 2009 e 2012) para a região Sudeste.

Na região Sul do país, nos anos de 1992 e 1999, 99% das trabalhadoras do setor agrícola e 100% das mulheres atuantes nos ramos da indústria, outras atividades industriais, transporte e comunicação, administração pública e outras atividades, mal definidas ou não declaradas executavam as tarefas domésticas de seus lares. Para o ano de 2002, o ramo de atividade com menor participação de suas empregadas nas tarefas do lar foi o de outras atividades. Já os ramos que atingiram 100% foram os de atividades de alojamento e alimentação, transporte, armazenamento e comunicação. No ano de 2009, os ramos de atividades com 100% foram construção, transporte, armazenamento e comunicação e administração pública. Para o ano de 2012, os ramos da indústria, construção e outros serviços coletivos, sociais e pessoais atingiram 100%, seguidos dos ramos de atividade agrícola (98%) e alojamento e alimentação (96%). O ramo cuja menor parte de trabalhadoras fazia os afazeres domésticos foi o de transporte, armazenamento e comunicação (84%).

A região Centro-Oeste do país foi a única região, em 1992 e 1999, que apresentou o ramo de atividade transporte e comunicação com menor participação das mulheres em afazeres domésticos, com 58,6%. Contudo, esse percentual não permaneceu nos anos de 2002, 2009 e 2012. No ano de 2009, os ramos de atividades com 100% de participação das mulheres nos afazeres domésticos foram: indústria, transporte, armazenamento e comunicação, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e outras atividades. Para 2012, os ramos de atividades que apresentam menor participação foram os da indústria da transformação e comércio e reparação

Na região Norte do país, no ano de 2009, os ramos de atividades que apresentaram 100% de participação das mulheres nos afazeres domésticos foram os da indústria, construção e atividades mal definidas ou não declaradas. O menor percentual foi nos serviços domésticos

(82,8%). Já para o ano de 2012, a construção permaneceu com 100%, acompanhado do ramo de outros serviços coletivos, sociais e pessoais. A menor participação das mulheres ocupadas que fazem os afazeres domésticos foi na indústria (80%), em 2012.

O que se observou entre todos os ramos de atividades analisados entre os anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012 foi que as mulheres, além de terem suas ocupações principais, ainda têm de fazer os afazeres domésticos, o que, dessa forma, configura a dupla jornada de trabalho, em que as mulheres acumulam funções do trabalho formal com as do ambiente doméstico. O percentual de mulheres que não realizavam os afazeres do lar não completou 10% entre as entrevistadas, evidenciando que a isenção desse tipo de tarefa não é uma realidade para a maioria das mulheres do país.

No Brasil, segundo Araújo e Veiga (2015), apesar de as mulheres terem tido seu ingresso no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho, sobretudo no âmbito doméstico, permanece desigual e está entre os principais pontos a serem discutidos para ocorrer a equação. Para Melo e Castilhos (2009), embora os homens já tenham começado a participar mais dos afazeres domésticos, o número de horas gastas pelas mulheres nestas atividades é bem superior às gastas pelos homens.

Para Hirata e Kergoat (2007), a constatação da divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades. Dois processos evidenciam-se ao se verificar essa relação desigual. O primeiro processo é que “as desigualdades são sistemáticas e em segundo ponto, articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Para Bruschini (2006) e Dedecca (2005), outro ponto que auxilia nos estudos da divisão sexual do trabalho é a importância da questão do tempo, ou seja, o número de horas gastas nas atividades domésticas. No Brasil, existia uma escassez de informações neste sentido. Contudo, a contabilização das horas gastas nas atividades domésticas foi incluída a partir da PNAD de 2001. Assim, no tópico a seguir, será apresentado o tempo gasto pelas mulheres do meio rural nesse tipo de tarefa em conjunto com a sua principal ocupação no mercado de trabalho por ramos de atividades.

## 5.6 AS HORAS GASTAS NOS AFAZERES DOMÉSTICOS PARA AS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL NOS RAMOS DE ATIVIDADES

A divisão sexual do trabalho está ligada às relações hierárquicas de gênero, em que o trabalho feminino aparece vinculado à esfera doméstica, ao trabalho reprodutivo. A invisibilidade do trabalho feminino perpassa a não consideração quantitativa dos serviços reprodutivos, acarretando a desvalorização da sua posição familiar e social. O trabalho doméstico e as suas responsabilidades derivam também do “ser mãe e dona de casa”, colocadas como parte da suposta essência da posição feminina na sociedade e na família.

Na Tabela 27, podemos averiguar que, entre os anos de 2002, 2009 e 2012, o percentual do Brasil estava distribuído em maior frequência de mulheres entre as horas gastas de 15 a 39 horas semanais em cada ramo de atividade, e que também ocorreu a diminuição de sua participação nas horas gastas de até 14 horas semanais. Assim, pode-se observar que ocorreu o aumento do tempo gasto entre as mulheres em todos os ramos de atividades ao longo do período de 2002 e 2012.

Entre os anos analisados na Tabela 27, verifica-se que, em 2012, 100% das mulheres ocupadas no ramo de atividades mal definidas ou não declaradas gastavam de 15 a 39 horas semanais em tarefas domésticas. Nas atividades como indústria, construção, administração pública e nos serviços de educação, saúde e serviços sociais, também ocorreu o aumento do número de horas gastas nos afazeres domésticos: mais de 60% das trabalhadoras gastavam algo em torno de 15 a 39 horas. Assim, diminuiu o número de mulheres que gastavam até 14 horas nessas tarefas, de modo que houve, um aumento da carga de trabalho destas mulheres, com maior dedicação na esfera familiar.

**Tabela 27 – Percentual das horas gastas nos afazeres domésticos das mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil**

Brasil		Horas gastas nos afazeres domésticos														
Ramos de atividades	2002					2009					2012					
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	
Agrícola	19,9%	54,8%	10,5%	2,8%	12,0%	16,2%	62,5%	9,6%	2,9%	8,8%	15,8%	63,3%	10,5%	2,3%	8,1%	
Indústria	48,7%	36,4%	0,0%	14,9%	0,0%	23,8%	76,2%	0,0%	0,0%	0,0%	38,8%	61,2%	0,0%	0,0%	0,0%	
Indústria de transformação	29,0%	55,7%	7,1%	1,6%	6,6%	25,7%	61,6%	5,4%	2,9%	4,5%	31,8%	59,1%	5,4%	0,7%	3,0%	
Construção	45,7%	54,3%	0,0%	0,0%	0,0%	33,9%	48,0%	9,3%	0,0%	8,8%	27,9%	69,8%	2,3%	0,0%	0,0%	
Comércio e reparação	31,3%	49,9%	9,8%	2,8%	6,3%	29,7%	58,4%	5,4%	1,4%	5,1%	30,5%	58,6%	6,0%	1,1%	3,7%	
Alojamento e alimentação	32,2%	51,9%	8,8%	0,7%	6,4%	33,8%	55,2%	3,4%	2,4%	5,2%	29,7%	57,3%	9,2%	1,4%	2,4%	
Transporte, armazenagem e comunicação	38,8%	36,8%	0,0%	0,0%	24,5%	42,6%	53,9%	0,0%	0,0%	3,6%	51,9%	45,8%	2,3%	0,0%	0,0%	
Administração pública	28,5%	55,5%	5,6%	4,7%	5,7%	25,1%	66,2%	4,4%	2,2%	2,0%	23,8%	66,3%	6,4%	0,5%	2,9%	
Educação, saúde e serviços sociais	24,8%	59,2%	7,3%	3,1%	5,6%	25,1%	64,0%	6,3%	1,8%	2,9%	26,8%	65,2%	5,0%	1,1%	1,9%	
Serviços domésticos	31,6%	47,8%	10,9%	1,6%	8,1%	27,8%	56,6%	7,9%	1,9%	5,8%	29,6%	54,5%	8,3%	1,5%	6,0%	
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	21,7%	60,8%	10,9%	1,0%	5,6%	17,7%	70,1%	4,8%	2,1%	5,2%	28,6%	55,9%	6,3%	1,4%	7,9%	
Outras atividades	49,0%	41,0%	6,0%	0,0%	4,1%	36,7%	54,1%	4,3%	1,8%	3,1%	47,4%	41,8%	7,8%	0,0%	3,0%	
Atividades mal definidas ou não declaradas	35,1%	49,4%	15,6%	0,0%	0,0%	14,0%	86,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para esta variável para os anos de 1992 e 1999, a partir de 2001 que foi incluída.

A contabilização destas horas gastas nos afazeres domésticos, de maneira geral, mostra como as mulheres são penalizadas por sua condição de provedoras da reprodução social do lar através de jornadas de trabalho totais mais longas, tendo que conciliar a necessidade de desempenhar as tarefas domésticas com a inserção no mercado de trabalho (DEDECCA; RIBEIRO; ISHII, 2009). As horas gastas pelas mulheres nos afazeres domésticos em relação aos ramos de atividades produtivas, demonstram a dupla jornada enfrentadas por elas, já que a sua contabilização é para as que estão em alguma das ocupações abordadas.

Em relação as regiões<sup>24</sup> do Brasil, entre o Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte a ocorrência mais frequente das horas gastas em afazeres domésticos foi entre as duas categorias de até 14 horas gastas e a de maior participação de 15 a 39 horas gastas semanais em afazeres domésticos.

No Nordeste foi observado que a distribuição das horas gastas estava dividida entre até 14 horas e 15 a 39 horas gastas, como no caso dos ramos de atividades da construção, serviços domésticos, transporte, armazenagem e comunicação e nas atividades mal definidas ou não declaradas.

No Sudeste, as horas gastas nos afazeres domésticos pelas mulheres manteve a distribuição das horas gastas entre 15 a 39 horas entre os anos analisados de 2002, 2009 e 2012. A diferença se deu apenas no ramo de outras atividades em que mulheres dedicavam menos horas aos afazeres domésticos, com até 14 horas gastas nesta atividade.

No Sul do Brasil, o ramo de transporte, armazenagem e comunicação teve todas as mulheres concentradas na faixa de até 14 horas gastas nos afazeres domésticos no ano de 2002 e, em 2009, o ramo de atividades de outras atividades mal definidas ou não declaradas. A distribuição das horas neste ano manteve a tendência das demais regiões, concentrada na faixa de 15 a 39 horas. Nas horas gastas nos afazeres domésticos entre 15 a 39 horas semanais, em 2012, o ramo de administração pública obteve a maior parcela das mulheres distribuídas, seguido dos ramos de: construção, alojamento e alimentação e agrícola.

Para o Centro-Oeste, no ano de 2002, as mulheres ocupadas no meio rural nos ramos de transporte, armazenagem e comunicação (100%) dedicavam até 14 horas às tarefas domésticas. As dos demais ramos empregavam de 15 a 39 horas na tarefa. No ano de 2002 e 2009, somente um ramo dividiu o percentual de mulheres nas horas gastas entre as faixas de

---

<sup>24</sup> Os resultados para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte são apresentados no Apêndice B, com as seguintes numerações: Tabela B46, Tabela B47, Tabela B48, Tabela B49 e Tabela B50.

até 14 horas e de 15 a 39 horas, foi a indústria com 50% em cada segmento de horas gastas. No ano de 2009, o que se observou foram a distribuição das mulheres entre os ramos de atividades com a carga horaria gasta nas atividades dos afazeres domésticos com maior quantidade para a estratificação de 15 a 39 horas, como: transporte, armazenagem e comunicação (100%), indústria de transformação, outras atividades, agrícola e os demais ramos de atividades. Para o ano de 2012, o ramo de transporte, armazenagem e comunicação permanece o ramo com a distribuição de menor número de mulheres que gastam horas em afazeres domésticos com até 14 horas. A distribuição entre as 15 a 39 horas gastas é que apresentou a maior distribuição das horas gastas entre as mulheres, como nos ramos de atividades mal definidas ou não declaradas (100%), construção, educação, saúde e serviços sociais e comércio e reparação.

Na região Norte, para o ano de 2009, observou-se que a maioria das mulheres atuantes nos diferentes ramos de atividades se concentra na faixa de 15 a 39 horas gastas nos afazeres domésticos, com a indústria apresentando todas as mulheres nesta estratificação, seguida dos ramos de outras atividades (95%) e das atividades mal definidas ou não declaradas. Já o ramo de transporte, armazenagem e comunicação tem a maior distribuição das mulheres na faixa de até 14 horas gastas nos afazeres domésticos. No ano de 2012, foi observada uma distribuição mais equilibrada entre as estratificações de até 14 horas e de 15 a 39 horas, como no ramo da indústria, com 50% em cada estratificação. O ramo que apresentou a maior participação na faixa de 15 a 39 foi o de administração pública.

Como verificado pelos resultados apresentados para as regiões do país a dedicação das mulheres nos afazeres domésticos em horas gastas trabalhadas continua em uma carga extensiva, como sendo a distribuição mais significativa entre as mulheres ocupadas para o gasto de horas entre 15 a 39 horas semanais nos afazeres domésticos, já que além da sua ocupação nos diversos ramos de atividades elas acumulam os afazeres domésticos. E, em algumas atividades, no período estudado, ocorreram o aumento das horas trabalhadas nos afazeres domésticos, como nas atividades do ramo agrícola, a sua participação ao longo do período na dedicação aos afazeres domésticos teve aumento das horas de até 14 horas para 15 a 39 horas em todas as regiões. Ou ainda, esperava-se em alguns setores uma menor carga das horas trabalhadas nos afazeres domésticos, entre as regiões, permaneceu em torno dos 15 a 39 horas, como os setores da indústria, construção, transporte, armazenagem e comunicação, administração pública e dos serviços de educação, saúde e dos serviços sociais.

Além das horas gastas em afazeres domésticos a variável tipos de famílias também foi pesquisada para as mulheres ocupadas no meio rural nos ramos de atividades. Como demonstrado pelos dados apresentados nos afazeres domésticos e nas horas gastas, as mulheres que residem no meio rural para os ramos de atividades têm desempenhado uma dupla jornada de trabalho. Mas para as mulheres ocupadas no meio rural qual é a relação com sua família, ou seja, são casadas, mães solas ou existem outros tipos de composição familiar? Assim, para responder esse questionamento no tópico a seguir serão apresentados os dados de condição ou tipo de família que essas mulheres estão inseridas.

#### 5.7 O TIPO DE FAMÍLIA PARA AS MULHERES OCUPADAS NO MEIO RURAL PARA OS RAMOS DE ATIVIDADES

As famílias chefiadas por mulheres têm crescido nas últimas décadas. Para Barroso e Bruschini (1981), as chamadas “mães de família” acumulam dupla responsabilidade ao assumir o cuidado da casa e das crianças e também o sustento material de seus dependentes. “Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica.” (BARROSO; BRUSCHINI, 1981, p.40). Para as autoras, é a partir da década de 1970 que os estudos sobre a expressividade de famílias chefiadas por mulheres ganham visibilidade, e que estas começam a ser pesquisadas nas áreas sociológicas.

Analisar a situação da família na qual a mulher ocupada está inserida ajuda a entender como as famílias vêm refletindo as transformações pelas quais a sociedade vem passando, tais como a queda da taxa de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a expansão da escolaridade, os novos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade brasileira e a redemocratização do país (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010). Assim, a composição das configurações familiares se modificou ao longo dos tempos, ocorreram aumentos de casais sem filhos e as famílias monoparentais (principalmente as chefiadas por mulheres) e a diminuição do tipo de famílias mais tradicional, em que é constituído pelo casal e os filhos (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010).

Os dados apresentados na Tabela 28 apontam que as mães atuam mais em funções de maior informalidade e em ramos que tradicionalmente exigem menor escolaridade, como os ramos da indústria da construção, outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas, serviços auxiliares da atividade econômica e prestação de serviços. Já em setores

mais tradicionais, as mulheres casadas estão em maior número, como nos ramos de atividades agrícolas e atividades ligadas aos setores industriais.

**Tabela 28 – Percentual do tipo de famílias para as mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 1992 e 1999, no Brasil**

Brasil	Tipo de família					
	1992			1999		
Ramos de atividades	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Agrícola	85,6%	9,2%	5,2%	85,2%	10,5%	4,3%
Indústria de transformação	83,9%	11,9%	4,2%	86,7%	10,0%	3,2%
Indústria da construção	80,3%	13,9%	5,8%	78,5%	19,5%	2,0%
Outras atividades industriais	82,9%	13,4%	3,7%	86,3%	13,7%	0,0%
Comércio de mercadorias	83,2%	12,9%	3,8%	84,7%	12,1%	3,2%
Prestação de serviços	77,2%	17,9%	4,9%	76,0%	18,9%	5,1%
Serviços auxiliares da atividade econômica	75,4%	18,6%	6,0%	73,2%	19,6%	7,2%
Transporte e comunicação	83,8%	14,5%	1,7%	86,1%	12,7%	1,2%
Social	81,5%	14,2%	4,3%	81,5%	13,4%	5,1%
Administração pública	80,3%	15,2%	4,5%	81,1%	14,8%	4,1%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	69,5%	20,5% %	10,0%	63,1%	28,8%	8,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

Para as mulheres, existe uma constante necessidade de articular sua posição familiar com a profissional, pois aquela limita suas possibilidades de sucesso nesta, uma vez que este depende de uma “complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como a características do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. Fatores como esses afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho.” (BRUSCHINI, 1998, p. 4).

A participação das mulheres no mercado de trabalho sempre foi acompanhada da responsabilidade destas pelos cuidados com a casa e com a família, fosse a mulher casada ou mãe solo, fatores que podem ser determinantes para a posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho. Dentre estes, a maternidade é um dos principais fatores, segundo Bruschini (1998), pois interfere diretamente no trabalho feminino quando os filhos são pequenos. Para a autora, a responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado. Além de tudo isso, se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil, a situação torna-se ainda mais complexa.

Além disso, houve um aumento da participação de mulheres mães em todos os ramos, mas ainda assim, a condição de mulheres casadas é a mais expressiva. Entre os grupos de ramos de atividades com mães, os ramos que se destacam são: outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas, serviços auxiliares da atividade econômica, prestação de serviços e indústria da construção. Os ramos de atividades que apresentam maior número de mulheres casadas são: indústria da transformação, agrícola e comércio de mercadorias.

Na Tabela 29, são apresentados os resultados para os anos de 2002, 2009 e 2012 para o tipo de família em que as mulheres do meio rural estão inseridas, segundo os ramos de atividades em que se ocupam. Com ela, pode se observar que ao longo do período ocorreram algumas mudanças nas composições dos tipos de família, como no caso do ramo de atividades de transporte, armazenagem e comunicação e dos serviços domésticos, com aumento de trabalhadoras na condição de mães. Para as mulheres inseridas em outros tipos de famílias, as atividades mal definidas ou não declaradas tiveram destaque, apresentando aumento, principalmente, em 2012.

Tabela 29 – Percentual do tipo de famílias para as mulheres ocupadas no meio rural nos anos de 2002, 2009 e 2012, no Brasil

Brasil	Tipos de Família								
	2002			2009			2012		
Ramos de Atividades	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Agrícola	85,3%	10,0%	4,7%	83,8%	10,7%	5,6%	84,1%	10,3%	5,6%
Indústria	87,3%	0,0%	12,7%	89,9%	10,1%	0,0%	85,7%	14,3%	0,0%
Indústria de transformação	79,7%	16,7%	3,6%	84,6%	11,9%	3,5%	81,1%	13,8%	5,1%
Construção	71,5%	18,4%	10,1%	69,1%	20,6%	10,3%	94,5%	3,3%	2,2%
Comércio e reparação	83,3%	14,0%	2,7%	80,4%	14,3%	5,3%	83,4%	13,2%	3,4%
Alojamento e alimentação	78,0%	17,1%	4,9%	66,0%	21,7%	12,4%	79,7%	15,3%	5,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	80,4%	0,0%	19,6%	72,7%	23,9%	3,4%	62,0%	38,0%	0,0%
Administração pública	89,2%	8,3%	2,4%	79,5%	13,3%	7,2%	88,3%	9,7%	2,0%
Educação, saúde e serviços sociais	85,5%	10,7%	3,8%	82,9%	13,4%	3,6%	82,3%	14,7%	3,0%
Serviços domésticos	74,4%	20,5%	5,2%	77,3%	17,4%	5,4%	74,6%	20,8%	4,6%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	78,1%	12,6%	9,2%	77,6%	17,1%	5,2%	76,6%	18,8%	4,6%
Outras atividades	74,5%	14,2%	11,3%	72,2%	20,0%	7,8%	77,3%	19,6%	3,1%
Atividades mal definidas ou não declaradas	48,8%	32,3%	18,9%	100,0%	0,0%	0,0%	64,2%	0,0%	35,8%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNADs 2002, 2009 e 2012.

Considerando as regiões do Brasil, a maior concentração de mulheres está na categoria “mulheres casadas”. Para região do Nordeste<sup>25</sup>, a predominância é de mulheres casadas em setores como o agrícola e o de indústria de transformação. Já as mulheres “mães” participam mais dos ramos que demandam menor qualificação formal ou que oferecem mais flexibilização dos horários de trabalho, como o ramo de outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas e o de serviços auxiliares da atividade econômica. Outro aspecto desta região a se destacar para o período de 2012 é o da diferença de participação entre as “mulheres casadas” e as “mães”. O ramo de atividade do transporte, armazenagem e comunicação teve a maior representação de “mães”. As atividades mal definidas ou não declaradas concentraram mulheres que se identificaram como oriundas de “outros tipos” de família.

Na região Sudeste também se dá a predominância de “mulheres casadas”. Contudo, na indústria, as condições de “casadas” e de “mães” equipararam-se. O ramo de atividade da construção apresentou condição de “mulheres casadas” em sua totalidade.

Na região do Sul, os resultados demonstraram que as “mulheres casadas” têm maior participação entre as mulheres ocupadas no meio rural, tendo inclusive participação total em alguns ramos, como no caso do ramo da construção. As mulheres “mães” apresentaram um aumento de participação em ramos de atividades considerados informais ou mesmo com baixa exigência de escolaridade, como no caso da categoria de outras atividades. Ao longo período foi possível também observar que o tipo de família “outros tipos” teve a menor frequência das participantes ao longo dos anos.

Na região do Centro-Oeste, as “mulheres casadas” seguiram a tendência de serem as maiores representantes entre as mulheres ocupadas nos ramos de atividades. As “mães” tiveram maior representação nos ramos de transporte, armazenagem e comunicação, seguidos do ramo de serviços coletivos, pessoais e sociais. Na condição de “outros tipos”, os ramos de educação, saúde e serviços sociais e outras atividades foram os que se destacaram.

Na região Norte, para os anos de 2009 e 2012, dentre as mulheres rurais ocupadas nos ramos de atividades, as “mulheres casadas” apresentaram maior representatividade. O setor da construção apresentou menor representatividade dessa categoria. Consequentemente, nesse setor houve o aumento das “mães” e de “outros tipos”.

---

<sup>25</sup> Os resultados para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte são apresentados no Apêndice B, com as seguintes numerações: Tabela B51, Tabela B52, Tabela B53, Tabela B54, Tabela B55, Tabela B56, Tabela B57, Tabela B58 e Tabela 59.

Assim, o que se observou pelos resultados na composição de tipos de família é que a grande representação entre as mulheres ocupadas do meio rural é de mulheres “casadas”. Contudo, essa configuração vem se modificando ao longo do período, com aumento da categoria de “mães” e de “outros tipos”. Em alguns ramos de atividades, como os de transporte, construção, serviços domésticos e outras atividades, ocorre aumento da frequência da participação de mulheres “mães”, ao passo que em setores mais tradicionais, como o agrícola ou industrial, a frequência maior é de “mulheres casadas”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta tese foi o de analisar a dinâmica das ocupações das mulheres rurais, as diferenças e/ou semelhanças entre as ocupações e a divisão social das mulheres no meio rural do Brasil e das macrorregiões do país. Para a realização desta pesquisa, foram utilizadas algumas variáveis da divisão sexual do trabalho disponibilizadas pela base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012, com a finalidade de analisar a evolução das transformações nas ocupações das mulheres rurais ao longo do tempo.

Os estudos realizados sobre as ocupações das mulheres ainda são concentrados, em sua grande parte, nas áreas urbanas e não contemplam, nesse conjunto, as novas configurações que o meio rural apresenta. Assim, o desenvolvimento desta tese vem contribuir com a literatura existente, especialmente com os estudos da evolução nas ocupações das mulheres rurais.

Por muito tempo, em termos acadêmicos, as ocupações das mulheres rurais foram divididas entre os conceitos teóricos da reprodução social e os do trabalho produtivo. A invisibilidade do trabalho da mulher na propriedade rural está ligada ao fato de, por consistir nos cuidados da família, ser um trabalho doméstico não remunerado, ou então, por concentrar-se na produção para autoconsumo da propriedade, ser considerado apenas como uma “ajuda”. Neste contexto em que cabe aos homens o trabalho produtivo remunerado, e às mulheres, a reprodução social não remunerada no âmbito familiar, o trabalho feminino não tem o mesmo reconhecimento que o masculino nas áreas rurais, (MELO; DI SABBATO, 2009; BRUMER, 2004; HEREDIA; CINTRÃO, 2006; DEERE; LEÓN, 2002).

No primeiro capítulo, apresentaram-se os aspectos introdutórios da tese, explicando como se dá a participação das mulheres no meio rural e a luta pelo reconhecimento das suas atividades nas áreas rurais por meio dos movimentos sociais e feminista. Outro aspecto apresentado foi a importância das novas configurações das atividades agrícolas, ou, ainda, as mudanças pelas quais o meio rural passou ao longo das últimas décadas com a divisão do trabalho nas atividades não agrícolas.

No segundo capítulo, discorreu-se sobre a revisão teórica, que envolveu a busca da evolução da perspectiva teórica nos estudos da inclusão de gênero no desenvolvimento econômico, desde o estudo pioneiro de Ester Boserup, em 1970, ou ainda a evolução dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho de Danièle Kergoat, que se tornaram a base

explicativa da análise para as ocupações das mulheres rurais desta tese. Além disso, a revisão de literatura apresentou a importância da autonomia das mulheres e a procura, por parte delas, pelas atividades não agrícolas como consequência da sua invisibilidade e do não reconhecimento das atividades por elas exercidas nas propriedades rurais.

De uma forma geral, com base na caracterização dos ocupados no meio rural entre homens e mulheres no Brasil e nas grandes regiões, podemos concluir que houve a masculinização do campo e o envelhecimento da população rural, em especial da parcela feminina dessa população. Além disso, ocorreu também a diminuição da população jovem no campo, novamente, em especial, da porção feminina, o que poderá comprometer futuramente as taxas de ocupação da população rural. Podemos constatar, ainda, que, ao longo do período analisado de 1992 a 2012, a população rural diminuiu quantitativamente sua participação nas ocupações agrícolas, mas entre as mulheres, essa diminuição foi em maior proporção.

Esse processo do esvaziamento da população feminina no meio rural tem como também o processo decorrente da invisibilidade do seu trabalho produtivo e o não reconhecimento da sua posição na produção do estabelecimento agrícola. Como uma forma de buscar maior autonomia e oportunidades as atividades não agrícolas passam a fazer parte deste processo.

Sobre a característica “cor ou raça”, podemos observar que a população negra tem maior percentual da população ocupada no intervalo de tempo analisado nas áreas rurais do país. No Brasil, a população rural estava concentrada entre cor e raça branca e preta/parda, com o aumento sobre a população autodeclarada parda e a diminuição da população autodeclarada branca ao longo dos anos.

No que diz respeito à escolarização entre homens e mulheres, foi observado que a maior parte dos ocupados apresentam baixo grau de escolaridade, com 4 anos de estudos. Na categoria “até 4 anos de estudo”, as mulheres tiveram menor frequência do que os homens. Elas apresentaram, ao longo do período de 1992 a 2012, o avanço na categoria de acima de nove anos de estudo.

Além destas características socioeconômicas da população ocupada entre homens e mulheres no meio rural, foram também levantados dados sobre o trabalho executado, como as horas trabalhadas e/ou ainda a distribuição dos afazeres domésticos e as horas gastas neste tipo de atividade. A escolha por apresentar esses dados foi uma forma de apontar como se dá a invisibilidade do trabalho reprodutivo das mulheres ou ainda a caracterização de uma dupla jornada entre as mulheres. Os resultados apresentados revelaram que, de uma forma geral,

tanto os homens quanto as mulheres tiveram uma diminuição das horas trabalhadas, as mulheres com uma participação de até 39 horas e os homens com carga horária trabalhada de até 44 horas semanais. Realidade diferente quanto à divisão dos afazeres domésticos, já que as mulheres são majoritariamente responsáveis por realizá-los. Essa realidade foi comprovada pelas horas gastas nesta atividade entre homens e mulheres. Os homens se dedicavam comparativamente menos que as mulheres, com uma carga horária gasta de até 14 horas, diferentemente das mulheres, que tinham uma carga horária gasta nas atividades domésticas de 15 a 39 horas, o que revela substancialmente a dupla jornada entre as mulheres ocupadas no meio rural.

Para as regiões do Brasil, a masculinização do campo também esteve presente. Nas regiões como Sudeste e Centro-Oeste, ocorreu o aumento da participação dos homens, mas, com ou sem aumento, a predominância de homens entre os ocupados é observada em todas as regiões. Da mesma forma, o envelhecimento entre homens e mulheres no campo e a diminuição da população jovem do campo ocupada também se verifica nas regiões. Uma diferença encontrada entre regiões foi a distribuição de cor ou raça: a predominância da autodeclaração preta/parda foi maior em regiões do Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Já para a população autodeclarada branca, o Sul foi a região que apresentou maior participação da população rural ocupada entre os sexos. No que se refere à escolaridade da população ocupada entre homens e mulheres, as regiões do Centro-Oeste, Sudeste e Sul destacaram-se com a maior participação das mulheres na faixa das que têm mais de 9 anos de estudo. De modo geral, as mulheres apresentaram maior escolaridade do que os homens em todas as regiões do país.

Sobre a distribuição das horas trabalhadas da população rural entre homens e mulheres, observou-se que, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, os homens tinham uma carga horária trabalhadas de até 45 horas, e que no Sul do Brasil a carga horária trabalhadas acima das 45 horas era tanto para homens quanto para as mulheres. Outra diferença encontrada entre as regiões foi que, no Sul, os homens tiveram maior participação na realização dos afazeres domésticos, apesar de as mulheres continuarem com grande parte da responsabilidade pela realização dos afazeres domésticos em todas as regiões. Além disso, no Sul do país as mulheres estão mais inseridas em atividades produtivas remuneradas, revelando assim uma possível expansão da condição de agente, com maior conquista da visibilidade do seu trabalho produtivo. Para as horas gastas nos afazeres domésticos nas grandes regiões, a tendência de as mulheres terem empregado mais horas nesta atividade permaneceu.

Neste sentido, o levantamento destas informações para a população ocupada entre homens e mulheres nos ajuda a entender melhor como estava a distribuição do perfil socioeconômico ao longo do período de 1992 e 2012. Desse modo, foram constatados, no que tange ao campo, uma população de maioria formada por homens, e de baixa taxa de mulheres e jovens, denotando uma masculinização do campo e o aumento do envelhecimento da população do meio rural, além da baixa qualificação dos ocupadas de até 4 anos de estudo, com tendência de aumento de escolarização entre as mulheres no geral, mas que ainda não refletiu em grande parte das ocupadas no campo. A predominância da população parda/preta também foi verificada.

Em linhas gerais, sobre as atribuições sobre trabalho ou ocupação no campo, foram apresentadas a distribuição de horas trabalhadas na ocupação principal entre os sexos e a sua relação com o trabalho doméstico, como a execução das afazes doméstico e as horas gastas nesta atividade. A análise apontou que a responsabilidade pela realização das atividades domésticas ainda recai sobre as mulheres, e que estas empregam mais tempo de sua semana nestas atividades em comparação com os homens. Desta forma, não há uma justa divisão social do trabalho nas famílias entre os sexos, o que acarreta uma dupla jornada às mulheres.

Considerando as transformações que o meio rural passou ao longo dos anos, em especial, no período da análise, de 1992 a 2012, também foi realizado o levantamento das ocupações pelos ramos ou grupamentos de atividades somente para as mulheres para o Brasil e as grandes regiões.

A análise direcionada para as mulheres teve como intuito aprofundar o entendimento da distribuição das atividades e as características da sua ocupação no meio rural, além de averiguar se as novas configurações do meio rural – como a modernização e tecnificação no campo; a invisibilidade do trabalho feminino; a preferência pelo trabalho masculino nas atividades da propriedade rural, na chefia dos estabelecimentos e na comercialização dos produtos; e, principalmente, a busca de empregos em outras atividades não agrícolas – modificaram as relações do trabalho da mulher no campo Brumer, (2004; 2007); Froehlich, *et al.* (2011), Butto e Hora (2008), Camarano e Abramovay (1999), Carneiro (2005); Paulilo (1987); Del Grossi e Graziano Da Silva, (2000).

Neste sentido, apresentar a distribuição das mulheres pelos ramos ou grupamentos de atividades evidenciou algumas mudanças durante o período de análise de 1992 a 2012. Entre essas mudanças, podemos salientar que as mulheres têm assumido menos atividades na agricultura e mais atividades não agrícolas, especialmente no setor de serviços. Nesse caso

pode ser ressaltado a condição de agente de Sen (2000), em que engloba os fatores do melhoramento da educação das mulheres, as oportunidades de emprego e na visibilidade do seu trabalho.

Também foi possível averiguar que as mulheres mais idosas e as com menor escolaridade são as que não aproveitaram estas novas oportunidades e se mantiveram nas atividades agrícolas. No que diz respeito às que assumiram essas novas atividades não agrícolas, observou-se que as que apresentam maior escolaridade estão ocupadas nos setores de serviços, comércio e indústria, e aquelas que têm menor escolarização ocupam-se nas atividades agrícolas e nos serviços domésticos.

Outro aspecto observado entre os ramos ou grupamentos de atividades das mulheres ocupadas foi que elas seguem com a responsabilidade pelas atividades domésticas e com maior carga horária gasta nestas atividades, evidenciando que, mesmo assumindo novas ocupações fora do ambiente agrícola, elas continuam com a dupla jornada.

Além disso, cabe ressaltar que a condição familiar mais frequente entre essas mulheres é a de casadas, principalmente entre aquelas ocupadas nas atividades agrícolas e na indústria. Houve mudanças na composição das famílias, uma vez que aumentou o número de famílias chefiadas somente por mulheres, as chamadas “mães”. A maioria dessas chefes de família ocupam-se no setor de serviços. Essa configuração familiar em que as “mães” são as chefes tem baixa representação nas áreas rurais, fazendo menos de 10% da população rural, cuja maior parte ainda é de famílias em que as mulheres são casadas. Esse dado reflete também o baixo número de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas, já que, quando casadas, a responsabilidade pela produção é do homem e não da mulher, tradicional e historicamente.

Diante dos resultados apresentados nesta tese, podemos observar que as transformações estruturais pelas quais o campo passou nas últimas décadas e que perpassam questões econômicas, sociais e culturais também afetaram a dinâmica familiar, em que as mulheres e os jovens estão tendo maior acesso à escolarização e têm contribuído para novas oportunidades, mas que muitas vezes essas novas oportunidades não estão necessariamente em atividades agrícolas ou ligadas ao campo. As relações sociais, econômicas e culturais entre o rural e o urbano fazem parte dessas transformações, principalmente para as mulheres mais jovens e escolarizadas que buscaram nas novas atividades não agrícolas uma forma de conquistar maior autonomia e o reconhecimento das suas atividades produtivas. Assim,

considerando a condição de agente de Sen (2000), as mulheres passam a ser agentes ativos de mudanças em que promovem as transformações sociais e econômicas.

Diante disso, estes resultados podem contribuir para a construção e formulação de políticas públicas mais equitativas entre homens e mulheres, e na promoção de atividades mais inclusivas, com maior reconhecimento e valorização das mulheres rurais. Através deste reconhecimento e valorização, almeja-se que as futuras gerações da população rural possam também garantir a produção e/ou reprodução social no campo, além de também garantir a sucessão dos estabelecimentos agrícolas com maior equidade e melhor representação das atividades femininas no campo.

A principal limitação da pesquisa foi delimitar as principais variáveis a serem estudadas. Por apresentar anos diferentes, as PNADs apresentam, a cada nova década e a cada novo censo, mudanças nas variáveis e mudanças nas posições de busca. Além disso, a limitação se deu também pelo fato de escolher 2012 como ano-limite, e não avançar para o ano de 2019. A respeito da escolha das variáveis a serem estudadas futuramente, outra investigação importante a ser desenvolvida diz respeito à utilização da remuneração paga ou dos salários como forma de pagamento pelo trabalho ou ocupação, fator que não foi examinado nesta tese.

Contudo, futuras pesquisas podem ser realizadas, utilizando o banco de dados atualizado, com anos mais recentes, buscando identificar as principais mudanças nas ocupações das mulheres no meio rural, para que, assim, seja possível promover melhorias nas abordagens teóricas do entendimento sobre o trabalho realizado por mulheres nas áreas rurais.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/ UFMG, 2000. p. 347-366.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- AGUIAR, N. **The determinants of the sexual division of labor in a brazilian city**. Annual Conference. Washington, DC: International Association of Time Use Researches, 2007.
- AGUIAR, V. **Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- ALVES, J.; CAVENAGHI, S. Indicadores de desigualdade de Gênero no Brasil. **Revista Mediações**, Londrina, v. 18 n. 1, p. 83-105, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- ANJOS, F.; CALDAS, N. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2097>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BANDEIRA, L.; MELO, H. **Tempos e memórias do feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.
- BARRAGÁN, M. *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- BARROS, G.; ALMEIDA, A.; CASTRO, N. Atividades agrícolas e não agrícolas por residentes rurais e urbanos – o emprego rural não agrícola e o papel da agroindústria. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)**, Piracicaba, v. 1, 2019. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea\\_atividades%20agricolas\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_atividades%20agricolas(1).pdf). Acesso em: 15 abr. 2019
- BALSADI, O. **Características do emprego rural nos anos 90**. 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- BALSADI, O. *et al.* Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período de 1990 a 2000. **ACRIC**. São Paulo, v.49 n.1, p. 23 – 40, 2002.

Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=396>. Acesso em: 10 abr. 2010.

BALTAR, P., MATTOSO, J. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. *In: BACHA, E. et al. (Coord.). Brasil: desafios de um País em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

BARROSO, C.; BRUSCHINI, M. Sofridas e mal pagas. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 40, 1981.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, [s.l.], n. 74, p. 11-15, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/7dn53QcLMNVwF6xN3KptRgP/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 30, 2006, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: ANPOCS, 2006. p.1-25. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt21-20/3445-vboni-agroindustrias/file>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BOSERUP, E. **Women's role in economic development**. London: Allen & Unwin, 1970.

BRADLEY, H. **Men's work, women's work**. Cambridge: Polity Press, 1989.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In: CARNEIRO, M.; CASTRO, E. (Org.). Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/6\\_brumer\\_e\\_anjos\\_12.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/6_brumer_e_anjos_12.pdf). Acesso em: 22 fev. 2020.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. *In: MARUANI, M.; HIRATA, H. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac-SP, 2003. p. 323-361.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/vG3HhnyjrSY7vFZFhSqWL7N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino no Brasil**: novas conquistas ou persistência da discriminação? Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association (LASA). Chicago, Sept. 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRUSCHINI, C. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. *In*: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 289-309.

BUTTO, A.; HORA, K. Mulheres na reforma agrária no Brasil. *In*: BRASIL. **Mulheres na reforma agrária**. Brasília: MDA/NEAD, 2008.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como uma fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. *In*: ALMEIDA, J.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: Edusc, 2000. p. 145-180.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama nos últimos 50 anos. [S.l.], 1999. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

CARNEIRO, M. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais[...]**. Quito: ALASRU, 2006. p. 20-24.

CARNEIRO, M. Juventude rural: projetos e valores. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.

CARNEIRO, M. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 2. p. 11-22, 1994. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dois/carnei2.htm>. Acesso em: 14 fev. 2018.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 2012.

CAUMO, A. **Análise espacial da distribuição das mulheres ocupadas** nas famílias rurais no Sul do Brasil: uma perspectiva de gênero. v. 1. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

CAUMO, A. Distribuição espacial das trabalhadoras rurais na agricultura familiar no Sul do Brasil. *In*: STADUTO, J.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. (Org.). **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. v. I. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 123-148.

CAUMO, A.; STADUTO, J. Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar. **Capital Científico**, [s.l.], v. 12, p. 45-64, 2014.

CAUMO, A.; STADUTO, J.; SOUZA, M. Distribuição espacial das trabalhadoras rurais na agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Retratos de Assentamentos**, [s.l.], v. 18, p. 218-246, 2015.

CAUMO, A. *et al.* Corte manual da cana-de-açúcar sob uma perspectiva de gênero: um estudo de caso no Município de Mirandópolis. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, p. 182-202, 2012.

CIELO, I.; ALVES, L.; LIMA, J. Mapeamento do emprego formal feminino no estado do Paraná. **Revista UEPG**, Ponta Grossa, v. 19, p.59-70, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/3351>. Acesso em: 11 mar.2020.

CORNWALL, A. Apresentação: trilhas do empoderamento de mulheres. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29963>. Acesso em: 23 fev. 2015.

CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29919>. Acesso em: 23 fev. 2015.

COSTA, A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Actionaid Brasil Curso de Gênero, 2001. Disponível em: <http://www.agende.org.br>. Acesso em: 8 fev. 2015.

COSTA, A.; SARDENBERG, C. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. *In*: COSTA, A.; SARDENBERG, C. (Org.). **O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Sociedade e Política em Tempos de Incerteza, 2009.

DEDECCA, C. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. *In*: COSTA, A. *et al.* **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

DEDECCA, C. **Sobre tempo e gêneros na sociedade brasileira**. Texto elaborado para o projeto Trabalho e Gênero no Brasil: formas, tempo e contribuição socioeconômica do Programa Gênero e Raça do Unifem, 2005.

DEDECCCA, C.; RIBEIRO, C.; ISHII, F. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. **Trabalho Educação Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 65-90, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406757012004>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DEERE, C. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DEERE, C.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DEL GROSSI, M. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995**. Tese. 221 f. (Doutorado em Teoria Econômica) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. Ocupações e rendas rurais no Brasil. *In: OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS*. Oficina de Atualização Temática, 2000, Londrina. **Anais [...]** Londrina: IAPAR, 2000. p. 35-54.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. [S.l.], 2014. (Estudos e pesquisa, n. 74).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE; BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. Brasília, 2011.

DI SABBATO, A. *et al.* **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. v. 1. Brasília: MDA, 2009.

DUFLO, E. Women's empowerment and economic development. **National Bureau of Economic Research Working Paper**, Cambridge, n. 17702, Dec. 2011.

DUVAL, H.; BERGAMASCO, S. Agroindústrias familiares em assentamentos rurais: análise de duas experiências da região de Araraquara/SP. *In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS*, 5., 2011, Campinas. **Anais [...]**. Campinas, 2011.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, [s.l.], v. 35, n. 1, p. 1-38, Oct. 1998.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, [s.l.], v. 19, n. 4, 2001.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In: DI SABATO, A. et al. (Org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.* Brasília: MDA, 2009.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. *In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.* Brasília: MDA, 2011.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.

FROEHLICH, J. *et al.* Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na Região Central do RS. **Ciência Rural**, [s.l.], v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/64f9z5y97GrPQgGtsqZ56Rm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GAMA, A. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil.** [S.l.]: Cortez, 2015.

GASSON, R.; ERINGTON, A. **The farm family business.** Wallington: CAB International, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 1999.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun. 2006.

HIRATA, H. Divisão - relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, v. 15, n. 65, jan./mar. 1995. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2316/2055>. Acesso em: 10 fev. 2019.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, [s.l.], v. 6, n. 11, 2010. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2557>. Acesso em: 10 fev. 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 37, n. 132, p. 595- 609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmDsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2019.

HOLZMANN, L. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 258-273, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/hj4PBXhCSxnDybDGjy9ch7c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação.** Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2011. Rio de Janeiro, 2012.

KABEER, N. **Lugar preponderante del género em la erradicación de la pobreza y las metas del desarrollo del milênio**. Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo. México: Plaza y Valdéz, 2006.

KAGEYAMA, Â. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, p.65-86, jan./jun. 2003.

KAGEYAMA, Â. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2019/10/Desenvolvimento-rural-conceito-e-medida-2004.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

KERGOAT, D. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: TEIXEIRA, M. *et al* (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55- 63. (Caderno n. 3).

LAVINAS, L.; AMARAL, M.; BARROS, F. **Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 756). Disponível em: [https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0756.pdf](https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0756.pdf). Acesso em: 16 mar. 2019.

LÉON, M. **Uma visão feminista sobre a economia e a globalização, em ações das mulheres contra o jogo da OMC**. São Paulo: SOF, REF, MMM, set. 2003.

LEONE, E. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. *In*: ROCHA, M. I. B. (Coord.) **Trabalho e gênero**: mudanças, permanência e desafios. [S.l.]: ABEP, NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG; Editora 34, 2000.

LEONE, E. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. *In*: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Org.) **Trabalho, mercado e sociedade**: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

LEONE, E.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/hrzKkFrSv4wVZCGxGHHS9xG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LEONE, E.; MAIA, A.; BALTAR, P. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 59-77, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/D83jm8Qvy7tZfdYNpFJZqXr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MARTINS, C. Dupla jornada de trabalho: desigualdade entre homens e mulheres. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, 10 abr. 2013.

MELO, H. A construção da igualdade no Brasil. *In*: RODRIGUEZ, G. (Org.). **Desenvolvimento e gênero no Sul Global**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2015. p. 39-56.

MELO, H.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MELO, H.; CONSIDERA, C.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam! **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 31, p. 168-185, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/p3KY9zcrNNfNmzTKrRR9z7M/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 25 fev. 2020.

MELO, H.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural. *In*: BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

MIOR, L. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., 2007, Florianópolis. **Resumos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2007.

NASCIMENTO, C. **Evolução das famílias rurais no Brasil e grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. 2002. 226 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490317>. Acesso em: 23 fev. 2019.

NASCIMENTO, C. Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível? **Revista Travessias**, [s.l.], v. 3, n. 3, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3450/2744>. Acesso em: 24 fev. 2020.

NEY, M.; HOFFMANN, R. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Economia Aplicada**, [s.l.], v. 12, n. 3, p. 365-393, 2008.

NUSSBAUM, M. Capabilities as fundamental entitlements: sen and social justice. *In*: ARGAWAL, B.; HUMPHRIES, J.; ROBEYNS, I. (Ed.). **Amartya Sen's work and ideas: a gender perspective**. New York: Routledge, 2005.

OKASABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural Brasileiro. [S.l.], 2005.

Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/729.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

OLIVEIRA, G. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 14 jun. 2021.

PAULILO, M. FAO, fome e mulheres rurais. **Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/trpQW78twRmWDM4HPkYhYDL/?format=pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

PAULILO, M. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 64-70, 1987. Disponível em: <http://www.naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

PAULILO, M. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/?format=pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

PEREIRA, R. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: STADUTO, J.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. (Org.). **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. v. I. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 17-42.

QUIJANO, M. Algunos abordajes teóricos para el análisis del desarrollo rural con una perspectiva de género. In: STADUTO, J.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. (Org.). **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. v. I. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 43-68.

QUIRINO, R. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. **Revista Tecnologia e Sociedade**, [s.l.], v. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2596/1693>. Acesso em: 26 fev. 2020.

RABAY, G.; CARVALHO, M. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. **Revista Org & Demo**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 81-94, 31 dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/776>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ROBEYNS, I. Sen's capability approach and gender inequality: selecting relevant capabilities. In: AGARWAL, B.; HUMPHRIES, J.; ROBEYNS, I. (Org.). **Amartya Sen's work and ideas**. New York: Routledge, 2005. p. 63-94.

ROBEYNS, I. Capability approach: a theoretical survey. **Journal of Human Development**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 93-114, Mar. 2005.

RUA, M.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou coordenadoras de painéis?: as relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: Unesco, 2000.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, [s.l.], v. 12, n. 33, p. 151-165, abr./jun. 2005.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10782/7730>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais [...]**. Belém: SOBER, 2013.

SANTOS, G. *et al.* Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. **Economia Aplicada**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/download/1053/1065/1900>. Acesso em: 24 jan. 2021.

SARDENBERG, C. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e práticos-políticos. *In*: ALVES, I. *et al.* (Org.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-74. (Coleção Baianas, 12). Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6923/3/bahianas-n12\\_repositorio-1.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6923/3/bahianas-n12_repositorio-1.pdf). Acesso em: 23 abr. 2021.

SARDENBERG, C. **O enfoque de gênero**: fundamentos teóricos e aspectos práticos. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

SARTI, C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bXgPpjfNGXzK8J5WV3JjjYS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SCHAAF, A. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHEFLER, M. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29988/17730>. Acesso: 13 jan. 2018.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/19820>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1210/scott\\_gender2.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 jun. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. Well Being, agency and freedom (the Dewey Lectures, 1984). **The Journal of Philosophy**, [s.l.], v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, L. Mulheres trabalhadoras: problemas e conquistas. **Cadernos de Estudos**, Porto Alegre, n. 15, 1985.

SILVA, S. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, n. 262, 2000. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/1212>. Acesso em: 22 mar. 2020.

SINGH, S. Deconstructing ‘genderanddevelopment’ for ‘identitiesof women’. **International Journal of Social Welfare**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 100-109, Apr. 2006.

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30951/18040>. Acesso em 23 abr. 2021.

SOARES, C.; SABÓIA, A. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 21). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv35740.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SOUSA, L.; GUEDES, D. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SOUZA, E. **Previdência rural sob uma perspectiva de gênero**: uma análise para as regiões do Brasil. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

SOUZA, N. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

STADUTO, J.; SHIKIDA, P.; BACHA, C. Alteração na composição da mão de obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 57-60, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-5.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

STROPASOLAS, V. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TERLUIN, I. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, [s.l.], v. 19, p. 327-344, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016702000712>. Acesso em: 16 jun. 2020.

VARGAS, V. Los feminismos latino-americanos em su tránsito al nuevo milênio. (Una lectura político personal). *In*: MATTO, D. (Coord.). **Estudios y otras practicas intelectuales latinoamericanas em cultura y poder**. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CALSCSO); CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002. p. 307-316.

VIANNA, I. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001.

VIDAL, D. Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido brasileiro. **Revista Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v. 60, n. 232, p. 1149- 160, fev. 2011. Disponível em: <https://scielo.isciii.es/pdf/azoo/v60n232/art30.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

**APÊNDICE A – TABELAS DOS RESULTADOS ENTRE HOMENS E MULHERES  
NAS REGIÕES**

**Tabela A1 – Percentual da população rural ocupada por regiões em períodos**

Regiões	1992	1999	2002	2009	2012
<b>Homens</b>					
Nordeste	62,1%	61,15%	63,2%	64,0%	65,0%
Sul	64,0%	56,97%	58,1%	58,9%	60,1%
Sudeste	58,7%	63,95%	62,4%	61,5%	64,1%
Centro-oeste	65,8%	65,29%	67,3%	64,2%	67,6
Norte*	-	-	-	64,1%	65,1%
<b>Mulheres</b>					
Nordeste	37,90%	38,85%	36,8%	36,0%	35,0%
Sul	36,00%	43,3%	41,9%	41,1%	39,9%
Sudeste	41,30%	36,05%	37,6%	38,5%	35,9%
Centro-oeste	34,20%	34,71%	32,7%	35,8%	32,4
Norte*	-	-	-	35,9%	34,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela A2- Faixa etária para das pessoas ocupadas no meio rural do Brasil por gênero.**

Faixa Etária	1992	1999	2002	2009	2012
	<b>HOMEM</b>				
A partir de 10 anos	1,7%	1,2%	2,3%	0,5%	0,3%
11-20	27,8%	24,5%	21,9%	16,4%	14,3%
21-30	22,5%	20,9%	21,7%	21,2%	20,6%
31-40	17,1%	19,0%	18,7%	20,0%	20,1%
41-50	12,8%	14,4%	15,0%	18,0%	18,6%
51-60	9,2%	10,5%	10,8%	13,2%	14,1%
ACIMA DE 60	8,8%	9,5%	9,5%	10,7%	12,0%
<b>MULHER</b>					
A partir de 10 anos	1,3%	0,8%	1,5%	0,3%	0,2%
11-20	23,3%	19,8%	17,0%	10,9%	10,0%
21-30	22,0%	20,0%	21,2%	21,5%	20,9%
31-40	18,9%	21,3%	21,1%	23,0%	22,9%
41-50	15,0%	17,2%	17,1%	19,9%	21,2%
51-60	11,2%	12,0%	12,4%	14,2%	14,9%
ACIMA DE 60	8,3%	8,8%	9,6%	10,2%	9,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela A3 - Faixa etária para das pessoas ocupadas no meio rural da região Nordeste por gênero.**

NORDESTE	1992	1999	2002	2009	2012
	<b>HOMEM</b>				
A partir de 10 anos	5,0%	1,7%	3,1%	0,5%	0,3%
11 - 20	28,0%	28,5%	26,0%	18,5%	16,4%
21-30	20,0%	20,8%	22,4%	22,9%	22,6%
31-40	17,0%	16,8%	16,8%	19,4%	19,8%
41-50	12,0%	12,9%	12,4%	16,2%	16,9%
51-60	9,0%	9,9%	10,0%	12,0%	12,8%
ACIMA DE 60	9,0%	9,5%	9,3%	10,6%	11,2%
	<b>MULHER</b>				
A partir de 10 anos	6,6%	1,0%	1,8%	0,3%	0,2%
11 - 20	21,6%	21,8%	19,0%	12,1%	11,1%
21-30	19,6%	19,7%	21,8%	21,7%	21,2%
31-40	18,0%	20,1%	20,2%	22,6%	22,1%
41-50	14,6%	16,6%	16,0%	19,5%	21,9%
51-60	10,9%	12,4%	12,0%	13,5%	14,1%
ACIMA DE 60	8,6%	8,4%	9,3%	10,3%	9,5%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A4- Faixa etária para das pessoas ocupadas no meio rural da região Sul por gênero.**

	1992	1999	2002	2009	2012
	<b>Homens</b>				
A partir de 10 anos	4,4%	0,8%	2,2%	0,3%	0,3%
11-20	21,2%	20,4%	19,1%	13,6%	11,2%
21-30	20,0%	19,8%	17,6%	18,8%	16,5%
31-40	20,1%	20,6%	21,7%	18,6%	17,8%
41-50	15,0%	16,7%	17,6%	20,4%	22,1%
51-60	10,4%	11,7%	12,1%	16,7%	16,4%
ACIMA DE 60	8,9%	10,0%	9,6%	11,8%	15,6%
	<b>Mulheres</b>				
A partir de 10 anos	5,8%	1,0%	1,6%	0,1%	0,1%
11-20	18,9%	19,3%	15,1%	11,2%	8,2%
21-30	20,1%	18,0%	18,5%	19,6%	18,9%
31-40	20,2%	21,5%	22,7%	22,0%	21,3%
41-50	15,5%	18,6%	18,2%	21,1%	20,9%
51-60	10,7%	11,5%	12,7%	15,9%	18,4%

ACIMA DE 60                      8,8%      10,2%      11,2%      10,2%      12,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A5 – Faixa etária para das pessoas ocupadas no meio rural da região Norte por gênero.**

NORTE	2009	2012
	<b>HOMEM</b>	
A partir de 10 anos	1.1%	0.8%
11 - 20	18.6%	17.5%
21-30	21.7%	21.4%
31-40	21.6%	22.1%
41-50	17.1%	16.8%
51-60	11.4%	13.0%
ACIMA DE 60	8.6%	8.3%
	<b>MULHER</b>	
A partir de 10 anos	0.4%	0.4%
11 - 20	12.0%	12.9%
21-30	24.7%	22.8%
31-40	24.1%	24.9%
41-50	18.4%	19.8%
51-60	11.1%	12.6%
ACIMA DE 60	9.2%	6.6%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela A6- Faixa etária para das pessoas ocupadas no meio rural da região Sudeste por gênero.**

	1992	1999	2002	2009	2012
	<b>HOMEM</b>				
A partir de 10 anos	4.0%	0.7%	1.7%	0.3%	0.2%
11 - 20	21.0%	20.7%	20.2%	13.2%	11.2%
21-30	22.0%	21.2%	23.1%	19.3%	19.6%
31-40	20.0%	21.6%	18.7%	20.7%	20.3%
41-50	15.0%	15.7%	15.8%	21.2%	19.7%
51-60	9.0%	10.7%	10.8%	14.1%	15.7%
ACIMA DE 60	9.0%	9.4%	9.7%	11.3%	13.3%
	<b>MULHER</b>				
A partir de 10 anos	5.4%	0.4%	1.4%	0.2%	0.0%
11 - 20	18.3%	16.8%	17.1%	8.0%	7.8%
21-30	21.2%	21.1%	22.4%	20.7%	21.3%
31-40	21.0%	23.0%	20.3%	22.9%	24.1%
41-50	15.4%	17.7%	17.3%	20.3%	20.8%

51-60	10.3%	11.9%	12.2%	16.5%	14.8%
ACIMA DE 60	8.4%	9.1%	9.3%	11.4%	11.2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A7 - Faixa etária para das pessoas ocupadas no meio rural da região Centro-oeste por gênero.**

	1992	1999	2002	2009	2012
<b>Homens</b>					
A partir de 10 anos	4,6%	0,8%	1,5%	0,1%	0,2%
11-20	21,0%	19,8%	17,3%	11,9%	8,4%
21-30	23,5%	23,5%	22,5%	19,2%	17,8%
31-40	20,6%	22,5%	20,2%	20,7%	22,3%
41-50	13,8%	14,8%	16,9%	19,5%	22,6%
51-60	9,4%	10,5%	11,8%	15,8%	15,4%
ACIMA DE 60	7,1%	8,2%	9,7%	12,9%	13,3%
<b>Mulheres</b>					
A partir de 10 anos	7,2%	0,8%	0,6%	0,4%	0,0%
11-20	18,9%	16,1%	11,0%	7,6%	7,1%
21-30	23,4%	25,5%	21,3%	19,4%	19,1%
31-40	22,4%	24,9%	26,2%	25,3%	26,8%
41-50	14,4%	16,6%	18,8%	21,8%	21,6%
51-60	8,7%	10,9%	14,7%	15,6%	16,1%
ACIMA DE 60	5,0%	5,2%	7,3%	9,9%	9,3%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A8 – Distribuição de pessoas ocupadas por raças na região Norte**

	2009	2012
<b>Homens</b>		
INDIGENA	0,5%	3,0%
BRANCA	18,7%	20,0%
PRETA	6,2%	7,9%
AMARELA	0,4%	0,2%
PARDA	74,7%	72,0%
IGNORADA	0,0%	0,0%
<b>Mulheres</b>		
INDIGENA	0,7%	3,0%
BRANCA	21,3%	20,0%
PRETA	5,7%	6,6%
AMARELA	0,5%	0,3%

PARDA	72,7%	73,0%
IGNORADA	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela A9 - Distribuição de pessoas ocupadas por raças na região Nordeste**

	1992	1999	2002	2009	2012
<b>Homens</b>					
NORDESTE					
INDIGENA	0,2%	0,0%	0,3%	0,2%	0,6%
BRANCA	25,3%	25,8%	25,2%	23,1%	21,3%
PRETA	5,6%	5,7%	5,1%	7,1%	8,5%
AMARELA	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
PARDA	68,8%	68,4%	69,3%	69,5%	69,6%
IGNORADA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Mulheres</b>					
INDIGENA	0,2%	0,0%	0,3%	0,3%	0,5%
BRANCA	26,9%	27,6%	26,0%	24,7%	23,4%
PRETA	5,4%	5,3%	4,5%	7,3%	8,2%
AMARELA	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
PARDA	67,3%	67,2%	69,1%	67,7%	67,8%
IGNORADA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A10 - Distribuição de pessoas ocupadas por raças na região Sudeste**

	1992	1999	2002	2009	2012
<b>Homens</b>					
SUDESTE					
INDÍGENA	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,3%
BRANCA	54,9%	54,3%	53,1%	45,9%	47,6%
PRETA	7,8%	7,3%	7,0%	7,7%	7,6%
AMARELA	0,5%	0,6%	0,4%	0,4%	0,4%
PARDA	36,7%	37,8%	39,4%	46,0%	44,0%
IGNORADA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Mulheres</b>					
INDÍGENA	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,6%
BRANCA	56,5%	54,4%	52,3%	47,3%	46,7%
PRETA	7,5%	7,2%	6,3%	7,3%	6,4%

AMARELA	0,5%	0,7%	0,3%	0,4%	0,7%
PARDA	35,4%	37,6%	41,1%	45,0%	45,6%
IGNORADA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A11 - Distribuição de pessoas ocupadas por raças na região Sul**

	1992	1999	2002	2009	2012
Homens					
SUL					
INDÍGENA	0,3%	0,4%	0,1%	0,3%	0,2%
BRANCA	85,2%	83,5%	84,9%	82,5%	78,1%
PRETA	2,1%	2,3%	2,2%	2,2%	2,0%
AMARELA	0,3%	0,4%	0,1%	0,1%	0,5%
PARDA	12,0%	13,5%	12,9%	15,0%	19,1%
IGNORADA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mulheres					
INDÍGENA	0,3%	0,3%	0,2%	0,1%	0,0%
BRANCA	87,7%	87,3%	86,5%	82,7%	81,2%
PRETA	2,1%	2,0%	2,0%	1,7%	2,1%
AMARELA	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,5%
PARDA	9,6%	10,2%	11,2%	15,3%	16,2%
IGNORADA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A12 - Distribuição de pessoas ocupadas por raças na região Centro-Oeste**

	1992	1999	2002	2009	2012
Homens					
CENTRO-OESTE					
INDIGENA	1,2%	1,4%	1,2%	0,7%	0,2%
BRANCA	40,4%	40,9%	36,7%	36,3%	36,7%
PRETA	3,8%	4,2%	4,7%	7,7%	8,3%
AMARELA	0,3%	0,2%	0,3%	0,6%	0,2%
PARDA	54,3%	53,2%	57,1%	54,7%	54,6%
IGNORADA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mulheres					
INDIGENA	1,8%	2,4%	2,1%	0,3%	0,6%
BRANCA	42,3%	40,4%	39,6%	38,5%	36,3%
PRETA	3,7%	4,5%	2,4%	6,6%	8,1%

AMARELA	0,4%	0,1%	0,3%	0,6%	0,5%
PARDA	51,8%	52,6%	55,7%	54,0%	54,5%
IGNORADA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A13 - Dados da distribuição por anos de estudos para pessoas ocupadas na região Norte**

	2009	2012
	<b>Homens</b>	
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	18,9%	17,7%
1 A 4 ANOS	38,9%	37,8%
5 A 8 ANOS	24,0%	25,9%
9 A 11 ANOS	13,0%	15,2%
MAIOR QUE 11 ANOS	2,5%	2,5%
SEM DECLARAÇÃO	3,2%	0,9%
	<b>Mulheres</b>	
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	16,0%	12,5%
1 A 4 ANOS	34,5%	35,8%
5 A 8 ANOS	23,9%	26,3%
9 A 11 ANOS	18,7%	18,4%
MAIOR QUE 11 ANOS	6,0%	5,8%
SEM DECLARAÇÃO	1,0%	1,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela A14 - Dados da distribuição por anos de estudos para pessoas ocupadas na região Nordeste**

	1992	1999	2002	2009	2012
	<b>Homens</b>				
NORDESTE					
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	47,4%	37,0%	39,3%	31,1%	27,9%
1 A 4 ANOS	40,6%	44,0%	42,2%	36,2%	33,4%
5 A 8 ANOS	8,5%	13,0%	13,8%	20,2%	22,9%
9 A 11 ANOS	2,7%	4,0%	3,9%	11,0%	13,7%
MAIOR QUE 11 ANOS	0,6%	1,0%	0,4%	1,3%	1,7%
SEM DECLARAÇÃO	0,1%	1,0%	0,4%	0,2%	0,4%
	<b>Mulheres</b>				
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	40,5%	35,0%	33,9%	25,5%	20,4%
1 A 4 ANOS	43,0%	44,4%	41,7%	32,9%	30,7%
5 A 8 ANOS	10,3%	12,7%	15,5%	20,7%	22,5%

9 A 11 ANOS	4,9%	6,6%	7,5%	16,2%	20,5%
MAIOR QUE 11 ANOS	1,1%	1,3%	0,8%	4,3%	5,5%
SEM DECLARAÇÃO	0,2%	0,4%	0,6%	0,5%	0,3%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**T**

**Tabela A15 - Dados da distribuição por anos de estudos para pessoas ocupadas na região Sudeste**

	1992	1999	2002	2009	2012
SUDESTE	Homens				
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	20,6%	17,8%	17,9%	22,2%	12,5%
1 A 4 ANOS	53,8%	51,6%	48,7%	39,0%	38,4%
5 A 8 ANOS	18,4%	22,0%	22,9%	22,1%	25,1%
9 A 11 ANOS	5,8%	7,1%	9,0%	14,0%	19,9%
MAIOR QUE 11 ANOS	1,2%	1,2%	1,3%	2,5%	3,9%
SEM DECLARAÇÃO	0,1%	0,2%	0,2%	1,6%	0,2%
	Mulheres				
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	21,2%	18,5%	18,7%	15,3%	10,4%
1 A 4 ANOS	52,7%	50,7%	45,9%	38,6%	35,5%
5 A 8 ANOS	16,7%	18,7%	20,2%	19,2%	21,4%
9 A 11 ANOS	7,1%	8,9%	11,9%	19,9%	23,6%
MAIOR QUE 11 ANOS	2,1%	2,9%	2,9%	6,7%	9,0%
SEM DECLARAÇÃO	0,2%	0,3%	0,4%	0,3%	0,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A16 - Dados da distribuição por anos de estudos para pessoas ocupadas na região Sul**

	1992	1999	2002	2009	2012
SUL	Homens				
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	11,8%	11,1%	9,8%	8,7%	5,8%
1 A 4 ANOS	49,8%	46,0%	44,9%	34,9%	35,4%
5 A 8 ANOS	30,4%	32,8%	33,4%	33,5%	34,3%
9 A 11 ANOS	6,4%	8,0%	9,4%	18,2%	19,4%
MAIOR QUE 11 ANOS	1,1%	1,3%	1,5%	4,4%	4,6%
SEM DECLARAÇÃO	0,5%	0,8%	1,0%	0,3%	0,5%
	Mulheres				
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	11,1%	10,2%	9,1%	7,1%	5,3%

1 A 4 ANOS	50,8%	45,5%	46,0%	35,6%	32,6%
5 A 8 ANOS	28,8%	31,5%	30,8%	30,4%	30,0%
9 A 11 ANOS	7,2%	9,7%	10,5%	19,1%	21,2%
MAIOR QUE 11 ANOS	1,5%	2,0%	2,4%	7,3%	10,5%
SEM DECLARAÇÃO	0,5%	1,1%	1,2%	0,6%	0,4%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A17 - Dados da distribuição por anos de estudos para pessoas ocupadas na região Centro-Oeste**

	1992	1999	2002	2009	2012
<b>CENTRO-OESTE</b>					
<b>Homens</b>					
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	21,7%	19,0%	20,2%	15,4%	16,4%
1 A 4 ANOS	49,6%	47,8%	43,9%	35,0%	33,9%
5 A 8 ANOS	21,6%	23,8%	25,2%	27,6%	29,8%
9 A 11 ANOS	5,7%	7,1%	9,3%	17,5%	16,8%
MAIOR QUE 11 ANOS	1,3%	2,1%	1,3%	4,4%	3,0%
SEM DECLARAÇÃO	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%
<b>Mulheres</b>					
SEM INSTRUÇÃO OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	20,2%	16,5%	16,1%	14,0%	11,4%
1 A 4 ANOS	47,5%	44,0%	43,5%	31,4%	26,7%
5 A 8 ANOS	22,6%	26,1%	23,8%	24,0%	28,6%
9 A 11 ANOS	7,2%	9,8%	12,4%	21,5%	25,3%
MAIOR QUE 11 ANOS	2,2%	3,4%	4,0%	8,9%	8,0%
SEM DECLARAÇÃO	0,3%	0,2%	0,1%	0,3%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A18 - Distribuição de horas trabalhadas para pessoas ocupadas no meio rural da região Nordeste por gênero.**

	1992	1999	2002	2009	2012
<b>NORDESTE</b>					
<b>Homens</b>					
Até 14	3,8%	3,5%	3,7%	5,0%	5,3%
15 a 39	28,7%	30,9%	28,7%	31,8%	36,5%
40 a 44	29,3%	28,9%	28,7%	32,7%	33,7%
45 a 48	16,9%	16,8%	16,0%	13,4%	12,2%
49 ou mais	21,1%	19,9%	22,9%	17,1%	12,2%
Sem declaração	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Mulheres</b>					
Até 14	21,7%	25,1%	27,3%	24,8%	27,0%

15 a 39	47,0%	52,0%	49,7%	50,8%	48,2%
40 a 44	15,3%	12,1%	13,1%	14,4%	15,1%
45 a 48	6,6%	4,6%	4,3%	4,8%	4,5%
49 ou mais	9,3%	6,3%	5,5%	5,1%	5,1%
Sem declaração	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A19 - Distribuição de horas trabalhadas para pessoas ocupadas no meio rural da região Sul por gênero.**

	1992	1999	2002	2009	2012
SUL	Homens				
Até 14	4,1%	3,4%	4,5%	4,7%	6,4%
15 a 39	16,5%	15,7%	16,1%	18,2%	16,1%
40 a 44	20,5%	23,2%	18,2%	29,6%	29,0%
45 a 48	12,1%	14,0%	12,7%	13,4%	14,7%
49 ou mais	46,7%	43,6%	48,4%	34,2%	33,8%
Sem declaração	0,0%	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%
	Mulheres				
Até 14	14,5%	15,3%	19,9%	17,9%	17,1%
15 a 39	33,8%	38,0%	38,0%	35,9%	33,6%
40 a 44	18,7%	20,5%	18,8%	26,2%	26,1%
45 a 48	7,6%	7,2%	6,1%	7,5%	8,6%
49 ou mais	25,5%	18,9%	17,3%	12,5%	14,6%
Sem declaração	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A20 – Distribuição por horas trabalhadas para das pessoas ocupadas no meio rural da região Norte por gênero.**

NORTE	2009	2012
	HOMEM	
Até 14	6,1%	5,9%
15 a 39	28,2%	33,2%
40 a 44	29,4%	31,5%
45 a 48	15,6%	14,6%
49 ou mais	20,7%	14,8%
Sem declaração	0,0%	0,0%
	MULHER	

Até 14	26,9%	30,9%
15 a 39	41,9%	44,9%
40 a 44	18,1%	15,1%
45 a 48	6,6%	3,6%
49 ou mais	6,5%	5,5%
Sem declaração	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela A21 - Distribuição por horas trabalhadas para das pessoas ocupadas no meio rural da região Sudeste por gênero.**

	1992	1999	2002	2009	2012
SUDESTE	HOMEM				
Até 14	4,2%	3,7%	4,6%	4,0%	4,9%
15 a 39	14,1%	14,1%	12,8%	14,8%	16,0%
40 a 44	25,2%	25,4%	26,6%	33,1%	34,4%
45 a 48	23,2%	24,2%	23,9%	21,8%	18,7%
49 ou mais	33,1%	32,5%	32,0%	26,3%	26,0%
Sem declaração	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
	MULHER				
Até 14	24,5%	29,7%	27,0%	24,9%	22,0%
15 a 39	31,5%	35,3%	38,0%	38,8%	36,8%
40 a 44	18,7%	17,0%	18,9%	22,5%	23,6%
45 a 48	11,4%	9,4%	7,3%	7,8%	8,5%
49 ou mais	13,9%	8,6%	8,9%	6,1%	9,2%
Sem declaração	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A22 - Distribuição por horas trabalhadas para pessoas ocupadas no meio rural da região Centro-oeste por gênero.**

	1992	1999	2002	2009	2012
CENTRO-OESTE	Homens				
Até 14	4,3%	2,6%	3,0%	5,4%	3,3%
15 a 39	14,0%	13,5%	15,9%	19,7%	17,9%
40 a 44	13,4%	12,8%	18,2%	31,3%	34,1%
45 a 48	19,8%	23,6%	19,6%	15,8%	15,4%
49 ou mais	48,5%	47,5%	43,3%	27,7%	29,3%
Sem declaração	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

	Mulheres				
Até 14	34,4%	42,1%	39,4%	35,5%	26,4%
15 a 39	28,5%	29,5%	29,8%	35,0%	36,3%
40 a 44	11,2%	12,1%	15,1%	17,0%	24,1%
45 a 48	7,9%	5,5%	5,5%	5,5%	5,6%
49 ou mais	18,0%	10,8%	10,1%	6,9%	7,6%
Sem declaração	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A23- Distribuição de Afazeres domésticos para pessoas ocupadas no meio rural da região Nordeste por gênero.**

NORDESTE	1992	1999	2002	2009	2012
	Homens				
Fazia	32,1%	52,6%	40,8%	45,4%	37,1%
Não fazia	67,9%	47,4%	59,2%	54,6%	62,9%
	Mulheres				
Fazia	92,1%	97,0%	96,7%	95,8%	94,7%
Não fazia	7,9%	3,0%	3,3%	4,2%	5,3%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A24 - Distribuição de Afazeres domésticos para pessoas ocupadas no meio rural da região Sul por gênero.**

SUL	1992	1999	2002	2009	2012
	Homens				
Fazia	37,5%	72,5%	55,2%	63,3%	55,7%
Não fazia	62,5%	27,5%	44,8%	36,7%	44,3%
	Mulheres				
Fazia	95,0%	98,1%	97,3%	97,0%	96,4%
Não fazia	5,0%	1,9%	2,7%	3,0%	3,6%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A25 – Distribuição por Afazeres domésticos para das pessoas ocupadas no meio rural da região Norte por gênero.**

NORTE	2009	2012
	HOMEM	
Fazia	50,0%	46,9%
Não fazia	50,0%	53,1%
	MULHER	
Fazia	94,5%	95,5%
Não fazia	5,5%	4,5%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela A26 - Distribuição por Afazeres domésticos para das pessoas ocupadas no meio rural da região Sudeste por gênero.**

SUDESTE	1992	1999	2002	2009	2012
	HOMEM				
Fazia	36,6%	47,1%	36,5%	47,3%	43,6%
Não fazia	63,4%	52,9%	63,5%	52,7%	56,4%
	MULHER				
Fazia	95,5%	97,3%	94,4%	93,7%	95,2%
Não fazia	5,0%	2,7%	5,6%	6,3%	4,8%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

**Tabela A27 - Distribuição por Afazeres domésticos para pessoas ocupadas no meio rural da região Centro-oeste por gênero.**

CENTRO-OESTE	1992	1999	2002	2009	2012
	Homens				
Fazia	37,2%	55,3%	40,6%	40,1%	45,3%
Não fazia	62,8%	44,7%	59,4%	59,9%	54,7%
	Mulheres				
Fazia	96,1%	97,5%	96,8%	94,5%	95,4%
Não fazia	3,9%	2,5%	3,2%	5,5%	4,6%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD, 1992, 1999, 2002, 2009 e 2012.

## APÊNDICE B – TABELAS DOS RESULTADOS AS OCUPAÇÕES DAS MULHERES RURAS NAS REGIÕES DO BRASIL

**Tabela B1 - Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no meio rural para o período de 1992 e 1999, Nordeste**

Nordeste		
Ramos de Atividades	1992	1999
Agrícola	73,9%	72,1%
Indústria de transformação	3,8%	2,2%
Indústria da construção	0,1%	1,9%
Outras atividades industriais	0,4%	0,2%
Comércio de mercadorias	3,2%	4,0%
Prestação de serviços	9,1%	9,5%
Serviços auxiliares da atividade econômica	0,3%	0,3%
Transporte e comunicação	0,2%	0,2%
Social	7,8%	8,0%
Administração pública	1,1%	1,6%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,2%	0,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B2 - Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no meio rural para o período de 1992 e 1999, Sudeste**

Sudeste		
Ramos de Atividades	1992	1999
Agrícola	69,1%	61,9%
Indústria de transformação	3,6%	4,0%
Indústria da construção	0,1%	0,1%
Outras atividades industriais	0,3%	0,3%
Comércio de mercadorias	2,4%	3,6%
Prestação de serviços	17,7%	21,0%
Serviços auxiliares da atividade econômica	0,1%	0,5%
Transporte e comunicação	0,4%	0,3%
Social	5,4%	6,3%
Administração pública	0,8%	1,4%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,3%	0,5%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B3 - Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no meio rural para o período de 1992 e 1999, Sul**

Sul		
Ramos de Atividades	1992	1999
Agrícola	81,2%	74,5%
Indústria de transformação	4,0%	5,6%
Indústria da construção	0,0%	0,1%
Outras atividades industriais	0,0%	0,1%
Comércio de mercadorias	2,3%	2,9%
Prestação de serviços	7,8%	10,6%
Serviços auxiliares da atividade econômica	0,5%	0,5%
Transporte e comunicação	0,0%	0,3%
Social	3,9%	4,5%
Administração pública	0,2%	0,7%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B4 - Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no meio rural para o período de 1992 e 1999, Centro-Oeste**

Centro-Oeste		
Ramos de Atividades	1992	1999
Agrícola	70,4%	62,8%
Indústria de transformação	3,4%	2,9%
Indústria da construção	0,1%	0,1%
Outras atividades industriais	0,0%	0,1%
Comércio de mercadorias	2,9%	3,4%
Prestação de serviços	16,4%	20,6%
Serviços auxiliares da atividade econômica	0,3%	0,6%
Transporte e comunicação	0,0%	0,4%
Social	5,3%	6,4%
Administração pública	0,9%	2,2%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,2%	0,6%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B5 – Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no período de 2002, 2009 e 2012, no Nordeste**

Nordeste			
Grupamentos de Atividades	2002	2009	2012
Agrícola	74,1%	65,3%	61,1%
Indústria	0,1%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	5,7%	6,0%	5,5%
Construção	0,1%	0,1%	0,1%
Comércio e reparação	3,7%	5,2%	6,4%
Alojamento e alimentação	0,9%	1,8%	2,6%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,1%	0,1%	0,2%
Administração pública	1,6%	2,5%	3,0%
Educação, saúde e serviços sociais	7,1%	9,1%	10,1%
Serviços domésticos	5,5%	8,1%	8,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,9%	1,3%	1,9%
Outras atividades	0,1%	0,5%	0,4%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,1%	0,0%	0,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B6 – Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no período de 2002, 2009 e 2012, no Sudeste**

Sudeste			
Grupamentos de Atividades	2002	2009	2012
Agrícola	60,3%	50,8%	50,1%
Indústria	0,1%	0,1%	0,1%
Indústria de transformação	6,9%	8,5%	7,0%
Construção	0,1%	0,1%	0,3%
Comércio e reparação	4,6%	5,7%	6,2%
Alojamento e alimentação	2,3%	2,7%	3,7%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,3%	0,7%	0,4%
Administração pública	1,1%	1,6%	3,5%
Educação, saúde e serviços sociais	6,4%	8,2%	8,8%
Serviços domésticos	15,5%	15,8%	16,8%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,9%	2,9%	1,6%
Outras atividades	1,4%	2,8%	1,4%

Atividades mal definidas ou não declaradas	0,1%	0,0%	0,0%
--	------	------	------

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B7 – Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no período de 2002, 2009 e 2012, no Sul**

Sul			
Grupamentos de Atividades	2002	2009	2012
Agrícola	77,4%	65,4%	59,5%
Indústria	0,0%	0,0%	0,1%
Indústria de transformação	5,9%	9,4%	11,6%
Construção	0,0%	0,0%	0,4%
Comércio e reparação	2,6%	5,0%	5,8%
Alojamento e alimentação	0,9%	2,3%	2,4%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	0,3%	0,4%
Administração pública	1,0%	1,4%	1,9%
Educação, saúde e serviços sociais	4,3%	5,7%	6,3%
Serviços domésticos	6,6%	8,5%	8,3%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,8%	0,9%	1,3%
Outras atividades	0,5%	1,0%	1,8%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,1%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B8 – Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no período de 2002, 2009 e 2012, no Centro-Oeste**

Centro-Oeste			
Grupamentos de Atividades	2002	2009	2012
Agrícola	63,2%	56,6%	51,1%
Indústria	0,2%	0,2%	0,0%
Indústria de transformação	4,2%	6,1%	7,3%
Construção	0,0%	0,0%	0,7%
Comércio e reparação	5,0%	3,9%	5,3%
Alojamento e alimentação	1,6%	2,3%	2,2%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,3%	0,1%	0,5%
Administração pública	2,0%	1,7%	2,0%
Educação, saúde e serviços sociais	6,8%	8,5%	8,9%
Serviços domésticos	14,1%	18,0%	17,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,3%	1,5%	2,5%
Outras atividades	1,2%	1,1%	1,6%

Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,1%
--	------	------	------

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B9– Percentual da distribuição das mulheres ocupadas no período de 2002, 2009 e 2012, no Norte**

Norte		
Grupamentos de Atividades	2009	2012
Agrícola	52,8%	58,8%
Indústria	0,1%	0,2%
Indústria de transformação	6,2%	9,1%
Construção	0,7%	0,2%
Comércio e reparação	8,7%	7,4%
Alojamento e alimentação	4,4%	3,7%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,5%	0,4%
Administração pública	2,2%	2,4%
Educação, saúde e serviços sociais	13,2%	8,9%
Serviços domésticos	9,5%	6,8%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,2%	1,3%
Outras atividades	0,5%	0,7%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,1%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela B10 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999 no Nordeste (%)**

NORDESTE	Anos de Estudo								
	Ramos de atividades	1992				1999			
		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Agrícola	27,7%	58,2%	11,5%	2,7%	42,8%	46,2%	9,4%	1,6%	
Indústria de transformação	8,3%	42,2%	33,0%	16,5%	13,4%	29,5%	32,6%	24,5%	
Indústria da construção	19,3%	56,2%	21,3%	3,2%	38,0%	43,9%	10,7%	7,4%	
Outras atividades industriais	35,8%	43,2%	15,2%	5,7%	39,1%	20,0%	9,5%	31,4%	
Comércio de mercadorias	5,6%	34,9%	34,6%	24,9%	9,6%	24,7%	28,5%	37,2%	
Prestação de serviços	13,4%	53,5%	26,6%	6,4%	17,1%	38,0%	32,1%	12,9%	
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,8%	34,8%	32,5%	29,0%	2,9%	13,0%	14,9%	69,1%	
Transporte e comunicação	6,7%	36,9%	42,1%	14,3%	1,5%	10,7%	19,4%	68,4%	
Social	4,7%	33,6%	20,8%	40,9%	4,6%	14,1%	19,0%	62,3%	
Administração pública	5,1%	41,8%	25,8%	27,3%	9,4%	16,2%	19,2%	55,2%	

Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	8,3%	12,5%	40,5%	38,7%	8,9%	16,4%	19,2%	55,5%
---	------	-------	-------	-------	------	-------	-------	-------

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B11 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999 no Sudeste (%)**

SUDESTE	Anos de Estudo							
	1992				1999			
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Ramos de atividades								
Agrícola	27,7%	58,2%	11,5%	2,7%	25,3%	55,0%	15,4%	4,3%
Indústria de transformação	8,3%	42,2%	33,0%	16,5%	2,4%	22,3%	36,9%	38,4%
Indústria da construção	19,3%	56,2%	21,3%	3,2%	7,8%	27,4%	15,0%	49,8%
Outras atividades industriais	35,8%	43,2%	15,2%	5,7%	22,1%	38,9%	12,7%	26,4%
Comércio de mercadorias	5,6%	34,9%	34,6%	24,9%	3,2%	18,8%	31,1%	46,9%
Prestação de serviços	13,4%	53,5%	26,6%	6,4%	9,0%	38,6%	35,0%	17,4%
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,8%	34,8%	32,5%	29,0%	1,9%	7,6%	18,9%	71,7%
Transporte e comunicação	6,7%	36,9%	42,1%	14,3%	0,6%	11,4%	24,2%	63,9%
Social	4,7%	33,6%	20,8%	40,9%	1,9%	14,5%	25,3%	58,3%
Administração pública	5,1%	41,8%	25,8%	27,3%	3,0%	19,5%	17,0%	60,6%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	8,3%	12,5%	40,5%	38,7%	1,7%	10,7%	13,0%	74,7%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B12 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999 no Sul (%)**

SUL	Anos de Estudo							
	1992				1999			
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Ramos de atividades								
Agrícola	12,9%	55,3%	27,7%	4,1%	12,5%	50,5%	31,2%	5,9%
Indústria de transformação	4,3%	42,8%	40,0%	12,9%	2,0%	34,0%	44,1%	19,9%
Indústria da construção	4,6%	53,5%	32,4%	9,6%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	0,0%	52,9%	28,8%	18,3%	0,0%	65,4%	0,0%	34,6%
Comércio de mercadorias	4,6%	30,8%	35,7%	28,9%	6,5%	25,5%	38,2%	29,8%
Prestação de serviços	7,9%	45,5%	36,9%	9,8%	5,1%	44,6%	36,6%	13,7%
Serviços auxiliares da atividade econômica	10,1%	22,1%	35,0%	32,9%	10,1%	28,1%	18,0%	43,8%
Transporte e comunicação	2,0%	29,5%	44,2%	24,4%	0,0%	0,0%	25,5%	74,5%
Social	2,4%	23,7%	27,4%	46,6%	3,5%	24,0%	30,7%	41,8%
Administração pública	2,0%	20,7%	32,3%	45,0%	0,0%	11,4%	43,2%	45,5%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	13,5%	27,5%	28,0%	30,9%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B13 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999 no Centro-Oeste (%)**

Ramos de atividades	CENTRO-OESTE							
	Anos de Estudo							
	1992				1999			
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Agrícola	25,4%	51,5%	19,9	3,2%	22,9%	50,4%	22,0%	4,7%
Indústria de transformação	17,0%	47,9%	27,3	7,8%	3,2%	41,4%	40,6%	14,9%
Indústria da construção	13,7%	51,7%	31,7	2,9%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	19,6%	63,4%	6,5	10,6%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	9,2%	32,6%	35,6	22,6%	7,4%	24,2%	40,8%	27,6%
Prestação de serviços	11,0%	50,9%	31,5	6,6%	7,7%	44,2%	38,3%	9,9%
Serviços auxiliares da atividade econômica	15,2%	27,2%	25,6	32,1%	0,0%	29,6%	19,2%	51,2%
Transporte e comunicação	0,0%	33,5%	39,3	27,3%	0,0%	30,2%	50,8%	19,1%
Social	3,9%	21,0%	29,3	45,8%	4,4%	16,6%	27,6%	51,4%
Administração pública	2,5%	37,9%	29,1	30,6%	0,0%	32,2%	38,4%	29,4%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	12,0%	15,0	73,0%	0,0%	25,0%	0,0%	75,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

Tabela B14 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012 no Nordeste (%)

NORDESTE												
Ramos de atividades	Anos de Estudo											
	2002				2009				2012			
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Agrícola	39,9%	49,7%	8,8%	1,6%	34,2%	38,5%	19,6%	7,7%	29,0%	38,7%	21,8%	10,5%
Indústria	66,9%	0,0%	33,1%	0,0%	50,9%	0,0%	0,0%	49,2%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	29,9%	48,0%	14,6%	7,5%	23,2%	32,4%	25,4%	19,0%	18,4%	28,6%	29,0%	24,0%
Construção	24,3%	36,7%	13,0%	26,0%	0,0%	0,0%	74,5%	25,5%	0,0%	0,0%	24,2%	75,8%
Comércio e reparação	15,0%	43,6%	23,6%	17,9%	7,8%	25,6%	25,7%	40,8%	6,7%	23,7%	29,8%	39,8%
Alojamento e alimentação	13,1%	62,0%	11,3%	13,7%	8,4%	33,6%	32,7%	25,3%	9,9%	26,4%	32,6%	31,1%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	27,9%	19,9%	52,3%	0,0%	34,7%	34,3%	31,1%	0,0%	0,0%	9,5%	90,5%
Administração pública	9,7%	40,9%	22,8%	26,6%	6,4%	18,5%	18,0%	57,1%	2,2%	23,5%	25,5%	48,8%
Educação, saúde e serviços sociais	7,3%	29,8%	12,4%	50,5%	6,4%	21,6%	17,6%	54,4%	4,6%	11,4%	14,4%	69,6%
Serviços domésticos	17,0%	51,5%	24,2%	7,3%	12,1%	29,9%	35,3%	22,7%	9,7%	23,7%	35,2%	31,5%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	28,6%	35,1%	24,0%	12,3%	4,9%	23,6%	24,7%	46,8%	4,1%	21,5%	33,5%	40,9%
Outras atividades	13,1%	50,7%	8,6%	27,7%	0,0%	19,6%	12,7%	67,7%	0,0%	12,2%	14,2%	73,6%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	76,0%	24,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	43,9%	0,0%	0,0%	56,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012

Tabela B15 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012 no Sudeste (%)

SUDESTE	Anos de Estudo											
	2002				2009				2012			
	Ramos de atividades	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos
Agrícola	25,1%	58,3%	12,9%	3,7%	24,6%	50,6%	15,4%	9,5%	16,3%	50,6%	20,1%	12,9%
Indústria	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Indústria de transformação	6,1%	52,2%	23,3%	18,5%	3,1%	28,1%	30,8%	38,0%	2,8%	22,8%	27,7%	46,7%
Construção	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	30,7%	0,0%	69,3%
Comércio e reparação	3,9%	27,2%	33,8%	35,1%	2,2%	17,5%	27,7%	52,6%	7,0%	14,4%	25,2%	53,5%
Alojamento e alimentação	12,5%	33,4%	21,6%	32,5%	7,5%	20,1%	23,4%	49,0%	1,6%	28,9%	42,6%	26,9%
Transporte, armazenagem e comunicação	26,2%	17,9%	41,0%	14,8%	12,5%	0,0%	20,8%	66,8%	0,0%	28,3%	15,2%	56,5%
Administração pública	6,6%	7,4%	23,5%	62,5%	4,1%	4,1%	14,5%	77,4%	5,5%	21,9%	12,8%	59,8%
Educação, saúde e serviços sociais	3,1%	26,7%	17,1%	53,0%	3,9%	18,4%	24,6%	53,0%	1,2%	15,8%	23,8%	59,2%
Serviços domésticos	12,6%	57,1%	21,9%	8,4%	8,1%	38,7%	29,6%	23,7%	10,2%	34,4%	31,2%	24,3%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	7,5%	16,6%	42,0%	33,9%	1,8%	13,0%	25,6%	59,6%	0,0%	14,3%	19,3%	66,4%
Outras atividades	13,1%	10,2%	29,0%	47,7%	0,0%	14,6%	21,6%	63,8%	0,0%	25,8%	0,0%	74,2%
Atividades mal definidas ou não declaradas	54,8%	45,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Tabela B16 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012 no Sul (%)

SUL	Ramos de atividades	Anos de Estudo											
		2002				2009				2012			
		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
	Agrícola	10,3%	66,2%	18,4%	5,1%	10,0%	46,7%	30,8%	12,6%	7,4%	46,0%	33,8%	12,8%
	Indústria	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%
	Indústria de transformação	2,6%	50,5%	31,1%	15,8%	3,1%	23,1%	38,4%	35,4%	2,6%	23,8%	34,6%	39,0%
	Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,4%	22,0%	44,6%
	Comércio e reparação	4,6%	32,3%	24,7%	38,3%	3,7%	19,8%	32,4%	44,2%	1,8%	12,6%	24,3%	61,4%
	Alojamento e alimentação	0,0%	43,4%	46,1%	10,5%	5,0%	21,4%	52,8%	20,8%	0,0%	14,1%	44,1%	41,8%
	Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	14,8%	0,0%	22,5%	62,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Administração pública	10,8%	8,6%	31,6%	49,0%	0,0%	14,7%	33,1%	52,2%	0,0%	5,6%	21,9%	72,5%
	Educação, saúde e serviços sociais	1,0%	24,0%	23,9%	51,2%	0,0%	5,7%	19,7%	74,7%	1,1%	12,5%	18,9%	67,5%
	Serviços domésticos	8,6%	48,9%	31,7%	10,8%	5,3%	36,9%	37,2%	20,6%	6,4%	26,9%	44,9%	21,9%
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	10,8%	20,8%	19,3%	49,1%	0,0%	30,0%	14,4%	55,6%	14,3%	7,2%	16,6%	61,9%
	Outras atividades	0,0%	30,4%	12,7%	57,0%	2,6%	11,6%	33,7%	52,1%	0,0%	10,9%	38,9%	50,2%
	Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Tabela B17 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012 no Centro-Oeste (%)

CENTRO-OESTE	Anos de Estudo											
	2002				2009				2012			
	Ramos de atividades	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos
Agrícola	20,9%	57,6%	15,6%	5,9%	22,7%	40,4%	22,9%	14,0%	18,4%	36,0%	31,2%	14,4%
Indústria	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	10,6%	54,8%	24,7%	9,9%	11,3%	27,4%	33,8%	27,5%	4,6%	25,2%	29,9%	40,2%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	24,5%	41,3%	34,2%
Comércio e reparação	6,7%	42,7%	24,6%	25,9%	3,4%	10,0%	16,5%	70,2%	8,5%	17,9%	28,5%	45,2%
Alojamento e alimentação	0,0%	63,2%	25,0%	11,8%	0,0%	48,0%	32,4%	19,6%	0,0%	20,7%	28,3%	51,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Administração pública	6,5%	12,6%	31,9%	49,0%	0,0%	11,0%	17,5%	71,6%	0,0%	9,9%	50,0%	40,1%
Educação, saúde e serviços sociais	3,9%	24,3%	8,5%	63,3%	0,0%	22,0%	19,0%	59,0%	3,2%	0,0%	21,8%	75,0%
Serviços domésticos	13,2%	54,9%	25,7%	6,1%	7,6%	31,7%	39,1%	21,6%	8,7%	29,1%	36,6%	25,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0%	65,6%	23,1%	11,3%	0,0%	7,1%	22,2%	70,7%	0,0%	22,9%	15,4%	61,7%
Outras atividades	0,0%	24,7%	24,8%	50,5%	0,0%	20,0%	8,4%	71,7%	0,0%	0,0%	17,1%	82,9%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Norte	Anos de estudo								
	Ramos de atividades	2009				2012			
		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Agrícola	23,3%	45,1%	24,1%	7,5%	16,2%	46,4%	26,8%	10,6%	
Indústria	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
Indústria de transformação	10,2%	26,9%	39,3%	23,6%	17,5%	36,9%	31,9%	13,8%	
Construção	3,3%	11,3%	17,4%	68,0%	29,1%	0,0%	35,5%	35,5%	
Comércio e reparação	5,6%	27,9%	30,6%	35,9%	4,9%	28,4%	30,8%	35,9%	
Alojamento e alimentação	2,3%	27,2%	26,6%	43,9%	10,3%	30,2%	30,2%	29,4%	
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	0,0%	3,9%	96,1%	0,0%	0,0%	52,4%	47,6%	
Administração pública	6,7%	8,2%	23,0%	62,0%	0,0%	14,2%	28,7%	57,1%	
Educação, saúde e serviços sociais	0,2%	17,7%	17,6%	64,5%	1,0%	7,9%	17,7%	73,5%	
Serviços domésticos	8,3%	39,0%	32,1%	20,6%	8,6%	26,5%	37,7%	27,3%	
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0%	17,5%	23,5%	59,0%	7,0%	11,8%	41,2%	40,0%	
Outras atividades	0,0%	9,6%	32,9%	57,5%	17,9%	4,6%	28,9%	48,6%	
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	27,8%	72,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	

**Tabela B18 - Escolaridade para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012 no Norte (%)**

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela B19 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Nordeste (%)**

Nordeste	Faixa etária							
	1992				1999			
	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos
Ramos de atividades								
Agrícola	29,2%	33,7%	14,0%	23,1%	22,6%	33,8%	15,6%	28,0%
Indústria de transformação	34,1%	41,8%	10,9%	13,3%	17,4%	59,1%	13,8%	9,8%
Indústria da construção	28,8%	42,4%	15,9%	12,8%	6,2%	59,9%	25,3%	8,6%
Outras atividades industriais	25,2%	38,4%	23,5%	12,9%	3,9%	41,1%	43,1%	11,8%
Comércio de mercadorias	25,1%	47,3%	16,0%	11,6%	15,9%	57,4%	15,9%	10,8%
Prestação de serviços	35,3%	42,9%	13,8%	8,0%	21,3%	51,9%	16,4%	10,4%
Serviços auxiliares da atividade econômica	25,5%	50,9%	17,3%	6,3%	11,1%	64,6%	19,9%	4,4%
Transporte e comunicação	39,6%	38,9%	11,4%	10,2%	11,9%	61,9%	21,7%	4,6%
Social	12,9%	59,3%	19,8%	8,1%	6,9%	59,9%	22,8%	10,5%
Administração pública	12,6%	54,1%	23,5%	9,8%	5,5%	57,6%	27,1%	9,8%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	23,0%	56,3%	15,6%	5,1%	12,6%	58,7%	22,7%	6,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B20 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Sudeste (%)**

Sudeste	Faixa etária							
	1992				1999			
	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos
Ramos de atividades								
Agrícola	23,8%	37,2%	14,9%	24,0%	14,7%	38,5%	17,5%	29,3%
Indústria de transformação	29,7%	48,1%	13,2%	8,9%	15,3%	60,8%	16,5%	7,4%
Indústria da construção	38,3%	30,8%	16,6%	14,4%	14,2%	54,7%	24,6%	6,6%
Outras atividades industriais	26,8%	47,8%	16,4%	9,0%	10,5%	43,0%	34,3%	12,2%
Comércio de mercadorias	28,2%	51,0%	14,0%	6,8%	18,1%	54,7%	16,1%	11,1%
Prestação de serviços	24,5%	49,4%	16,3%	9,8%	12,4%	51,0%	21,5%	15,1%
Serviços auxiliares da atividade econômica	27,7%	54,8%	9,4%	8,2%	14,5%	59,9%	15,1%	10,4%
Transporte e comunicação	35,2%	44,4%	8,1%	12,4%	16,4%	60,1%	20,3%	3,2%
Social	11,1%	59,2%	21,4%	8,3%	5,7%	56,7%	25,3%	12,2%
Administração pública	13,4%	61,5%	18,4%	6,7%	4,5%	55,2%	28,8%	11,6%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	32,2%	47,5%	13,0%	7,3%	9,5%	67,6%	17,8%	5,1%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B21 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Sul (%)**

Sul	Faixa etária							
	1992				1999			
	Ramos de atividades	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos
Agrícola	24,5%	37,0%	15,9%	22,6%	19,7%	35,0%	18,9%	26,5%
Indústria de transformação	30,0%	53,6%	9,3%	7,1%	24,9%	61,7%	10,0%	3,4%
Indústria da construção	40,3%	33,5%	13,0%	13,3%	0,0%	26,1%	73,9%	0,0%
Outras atividades industriais	32,5%	41,3%	18,1%	8,2%	34,6%	32,7%	32,7%	0,0%
Comércio de mercadorias	24,7%	49,0%	15,5%	10,8%	24,0%	43,1%	21,7%	11,2%
Prestação de serviços	28,0%	48,8%	13,7%	9,5%	25,3%	47,9%	17,2%	9,7%
Serviços auxiliares da atividade econômica	31,5%	50,7%	13,9%	4,0%	44,0%	34,8%	6,5%	14,7%
Transporte e comunicação	34,1%	49,7%	4,5%	11,6%	24,8%	75,2%	0,0%	0,0%
Social	11,9%	60,1%	20,0%	8,0%	8,6%	58,9%	26,1%	6,5%
Administração pública	20,1%	59,7%	16,1%	4,1%	20,9%	58,5%	20,6%	0,0%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	16,1%	55,8%	17,9%	10,3%	0,0%	56,5%	43,5%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B22 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Centro-Oeste (%)**

Centro-Oeste	Faixa etária							
	1992				1999			
	Ramos de atividades	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos
Agrícola	27,3%	40,9%	14,7%	17,0%	16,5%	43,8%	17,6%	22,1%
Indústria de transformação	26,4%	49,2%	15,5%	8,9%	15,0%	67,1%	14,9%	3,0%
Indústria da construção	40,7%	53,5%	5,9%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	12,9%	36,2%	32,0%	18,9%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	25,3%	53,7%	13,5%	7,5%	21,5%	60,4%	13,0%	5,1%
Prestação de serviços	28,7%	53,4%	11,7%	6,1%	23,7%	58,7%	12,0%	5,6% v
Serviços auxiliares da atividade econômica	30,9%	53,8%	5,3%	10,0%	9,6%	71,3%	19,1%	0,0%
Transporte e comunicação	22,0%	49,2%	19,5%	9,2%	0,0%	72,4%	27,6%	0,0%
Social	9,1%	67,3%	17,0%	6,6%	4,8%	62,1%	22,9%	10,2%
Administração pública	12,6%	62,7%	18,5%	6,1%	2,4%	76,6%	14,9%	6,2%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	10,7%	65,6%	23,7%	0,0%	16,1%	64,6%	19,3%	0,0v

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

Tabela B23 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Nordeste (%)

Nordeste	Faixa etária											
	2002				2009				2012			
	Ramos de atividades	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos
Agrícola	20,3%	37,8%	16,4%	25,5%	11,5%	38,4%	19,8%	30,3%	9,1%	36,0%	24,1%	30,8%
Indústria	33,1%	33,1%	0,0%	33,8%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	27,6%	45,0%	13,9%	13,5%	15,5%	52,8%	17,7%	14,1%	14,6%	43,1%	21,9%	20,4%
Construção	0,0%	67,2%	32,8%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	75,8%	24,2%
Comércio e reparação	18,4%	50,7%	19,9%	11,1%	17,9%	55,3%	16,3%	10,5%	17,5%	56,2%	15,6%	10,7%
Alojamento e alimentação	17,2%	57,8%	15,8%	9,2%	16,8%	47,8%	17,3%	18,1%	16,4%	48,2%	17,1%	18,3%
Transporte, armazenagem e comunicação	8,4%	91,6%	0,0%	0,0%	0,0%	69,0%	31,1%	0,0%	19,2%	33,6%	47,1%	0,0%
Administração pública	4,3%	60,3%	22,5%	12,9%	1,5%	60,2%	22,5%	15,7%	1,5%	47,3%	33,1%	18,1%
Educação, saúde e serviços sociais	5,5%	62,3%	21,1%	11,1%	4,4%	57,9%	26,0%	11,6%	4,7%	62,2%	20,9%	12,3%
Serviços domésticos	40,3%	48,0%	9,0%	2,7%	25,8%	54,0%	15,5%	4,8%	27,5%	54,2%	13,1%	5,3%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	15,3%	50,5%	23,8%	10,4%	12,1%	62,0%	20,0%	5,9%	21,4%	69,4%	4,9%	4,3%
Outras atividades	29,1%	70,9%	0,0%	0,0%	27,4%	58,3%	8,4%	5,9%	19,0%	65,2%	2,9%	12,9%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	56,1%	0,0%	43,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Tabela B24 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Sudeste (%)

Sudeste	Faixa etária											
	2002				2009				2012			
	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos
Ramos de atividades												
Agrícola	14,2%	37,3%	17,6%	30,9%	7,4%	32,4%	20,0%	40,2%	6,2%	36,8%	19,7%	37,3%
Indústria	0,0%	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	33,5%	66,6%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	18,0%	53,6%	19,0%	9,4%	8,9%	54,0%	27,3%	9,8%	7,6%	63,8%	19,8%	8,8%
Construção	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	18,8%	40,8%	40,4%
Comércio e reparação	19,2%	54,4%	19,2%	7,2%	11,1%	65,8%	14,5%	8,7%	13,4%	57,4%	13,5%	15,7%
Alojamento e alimentação	19,2%	46,0%	27,7%	7,0%	11,3%	52,2%	16,0%	20,5%	16,6%	43,6%	26,2%	13,6%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	85,2%	14,8%	0,0%	0,0%	71,4%	17,9%	10,7%	15,2%	69,6%	15,2%	0,0%
Administração pública	15,9%	66,1%	12,0%	6,1%	2,9%	50,6%	28,8%	17,7%	4,7%	54,7%	23,7%	16,9%
Educação, saúde e serviços sociais	4,8%	62,6%	20,8%	11,8%	5,4%	52,1%	22,7%	19,7%	4,7%	58,5%	23,4%	13,3%
Serviços domésticos	18,0%	55,9%	16,5%	9,7%	7,8%	57,0%	22,5%	12,8%	8,2%	48,5%	24,2%	19,0%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	26,5%	69,4%	4,2%	0,0%	16,3%	50,9%	18,4%	14,4%	10,7%	58,4%	25,4%	5,5%
Outras atividades	32,0%	62,9%	5,1%	0,0%	12,4%	63,5%	13,4%	10,8%	37,4%	48,0%	14,6%	0,0%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	45,2%	54,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Tabela B25 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Sul (%)

Sul	Faixa etária											
	2002				2009				2012			
	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos
Ramos de atividades												
Agrícola	15,2%	37,2%	19,0%	28,6%	10,1%	33,3%	21,4%	35,3%	7,1%	30,7%	19,8%	42,4%
Indústria	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	21,4%	56,2%	12,7%	9,8%	12,4%	66,0%	17,2%	4,4%	7,5%	60,8%	18,5%	13,3%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	20,1%	59,8%	0,0%	20,1%
Comércio e reparação	22,8%	55,3%	7,4%	14,5%	17,2%	51,1%	19,2%	12,5%	21,9%	54,3%	16,5%	7,3%
Alojamento e alimentação	20,2%	56,4%	11,6%	11,8%	13,3%	52,4%	18,3%	16,0%	8,7%	38,4%	27,0%	25,9%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	11,7%	46,5%	35,9%	5,9%	16,0%	73,6%	0,0%	10,4%
Administração pública	24,6%	42,8%	23,1%	9,5%	5,1%	75,2%	19,7%	0,0%	3,7%	70,3%	14,8%	11,2%
Educação, saúde e serviços sociais	7,5%	62,1%	21,3%	9,1%	8,8%	53,4%	28,8%	9,1%	7,8%	52,9%	27,1%	12,2%
Serviços domésticos	18,0%	56,0%	19,7%	6,3%	17,0%	46,1%	24,1%	12,8%	7,6%	43,2%	32,9%	16,4%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	17,6%	72,0%	10,5%	0,0%	22,6%	62,7%	6,1%	8,5%	13,9%	54,4%	21,1%	10,6%
Outras atividades	21,2%	38,7%	31,3%	8,8%	30,2%	53,2%	8,5%	8,2%	15,8%	59,3%	15,7%	9,2%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Tabela B26 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Centro-Oeste (%)

Centro-Oeste	Faixa etária											
	2002				2009				2012			
	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos
Ramos de atividades												
Agrícola	10,9%	40,6%	21,0%	27,6%	6,8%	36,2%	20,3%	36,7%	16,6%	46,1%	22,4%	14,9%
Indústria	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	16,3%	48,0%	8,3%	27,4%	8,8%	44,3%	22,4%	24,5%	40,2%	32,9%	11,5%	15,4%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,2%	82,9%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	13,7%	48,7%	22,3%	15,3%	22,8%	57,3%	15,9%	3,9%	38,1%	49,4%	12,5%	0,0%
Alojamento e alimentação	0,0%	62,7%	18,7%	18,7%	3,8%	51,3%	31,3%	13,6%	56,5%	35,8%	7,7%	0,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	43,0%	57,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	67,2%	32,8%	0,0%	0,0%
Administração pública	11,6%	77,0%	11,5%	0,0%	0,0%	51,9%	36,3%	11,8%	16,7%	58,4%	16,7%	8,3%
Educação, saúde e serviços sociais	1,7%	54,8%	24,8%	18,7%	6,6%	48,6%	21,4%	23,5%	30,8%	57,3%	10,7%	1,3%
Serviços domésticos	15,4%	65,4%	11,3%	7,9%	11,1%	55,6%	26,3%	7,0%	33,7%	58,4%	6,0%	1,9%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	17,5%	74,0%	8,5%	0,0%	6,1%	69,0%	18,1%	6,9%	53,1%	33,7%	13,3%	0,0%
Outras atividades	6,0%	63,7%	21,4%	9,0%	0,0%	73,2%	18,3%	8,5%	46,2%	46,4%	7,4%	0,0%
Atividades mal definidas ou não declaradas	11,2%	47,8%	18,9%	22,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Tabela B27 – Faixa etária para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Norte (%)

Norte	Faixa etária								
	Ramos de atividades	2009				2012			
		10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos	10 a 20 anos	21 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 61 anos
Agrícola	12,9%	40,5%	17,9%	28,7%	13,3%	43,1%	19,9%	23,7%	
Indústria	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	59,5%	40,5%	0,0%	
Indústria de transformação	6,3%	51,6%	16,0%	26,1%	14,8%	43,6%	22,1%	19,5%	
Construção	0,0%	53,2%	46,8%	0,0%	12,7%	87,3%	0,0%	0,0%	
Comércio e reparação	18,2%	61,3%	10,3%	10,2%	19,2%	55,8%	13,9%	11,3%	
Alojamento e alimentação	5,4%	68,9%	23,1%	2,6%	7,2%	52,1%	21,2%	19,6%	
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	11,5%	77,0%	0,0%	11,5%	
Administração pública	2,8%	60,1%	29,5%	7,7%	0,0%	58,0%	31,0%	11,1%	
Educação, saúde e serviços sociais	3,4%	69,2%	17,8%	9,6%	4,3%	60,6%	23,5%	11,6%	
Serviços domésticos	15,2%	65,2%	10,3%	9,3v	27,6%	48,7%	17,7%	6,0%	
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	23,0%	47,0%	23,3%	6,7%	5,8%	80,8%	2,1%	11,3%	
Outras atividades	0,0%	98,0%	2,0%	0,0%	3,6%	76,6%	19,8v	0,0%	
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	72,2%	27,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0v	0,0%	

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 2009 e 2012.

\* Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela B28 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Nordeste (%)**

Nordeste	Horas Trabalhadas									
	1992					1999				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Ramos de atividades										
Agrícola	26,7%	48,4%	13,7%	5,6%	5,7%	32,2%	52,4%	10,1%	3,2%	2,2%
Indústria de transformação	6,9%	44,2%	24,4%	12,5%	12,0%	5,7%	30,7%	31,5%	17,7%	14,5%
Indústria da construção	9,5%	56,7%	14,4%	11,2%	7,9%	16,2%	70,6%	8,9%	2,7%	1,6%
Outras atividades industriais	5,2%	35,8%	33,2%	15,7%	10,2%	1,5%	37,0%	45,7%	7,1%	8,7%
Comércio de mercadorias	11,5%	37,8%	16,4%	11,7%	22,7%	9,8%	33,8%	21,0%	15,4%	20,1%
Prestação de serviços	10,8%	28,9%	11,4%	12,5%	36,5%	8,6%	27,3%	13,9%	15,4%	34,8%
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,7%	38,0%	34,5%	12,2%	11,6%	4,3%	27,2%	47,7%	8,4%	12,3%
Transporte e comunicação	5,6%	24,5%	26,8%	17,0%	26,1%	1,9%	26,4%	51,7%	11,7%	8,2%
Social	4,4%	61,5%	25,0%	3,6%	5,6%	3,2%	48,6%	33,6%	6,1%	8,5%
Administração pública	4,2%	41,3%	40,6%	5,5%	8,4%	1,7%	45,6%	41,0%	5,2%	6,5%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	5,0%	47,8%	12,2%	13,1%	21,9%	5,0	37,8%	34,1%	9,7%	13,4%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B29 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Sudeste (%)**

Sudeste	Horas Trabalhadas									
	1992					1999				
Ramos de atividades	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	33,7%	31,0%	14,0%	9,3%	12,0%	43,8%	29,1%	12,1%	7,8%	7,3%
Indústria de transformação	6,0%	16,3%	43,8%	18,6%	15,3%	2,9%	14,6%	52,7%	18,9%	10,8%
Indústria da construção	2,1%	20,7%	28,2%	23,4%	25,5%	13,0%	26,5%	40,3%	14,0%	6,2%
Outras atividades industriais	7,4%	25,3%	36,7%	18,6%	12,0%	3,8%	16,2%	56,5%	15,0%	8,6%
Comércio de mercadorias	10,3%	26,3%	24,4%	15,7%	23,3%	6,2%	20,5%	31,0%	22,1%	20,0%
Prestação de serviços	11,3%	30,9%	19,9%	17,0%	20,7%	7,3%	29,2%	27,3%	16,9%	19,2%
Serviços auxiliares da atividade econômica	5,9%	25,4v	48,2%	14,5%	6,0%	2,5%	21,1%	52,8%	12,2%	11,3%
Transporte e comunicação	4,4%	15,1%	26,2%	17,4%	36,9%	1,2%	22,9%	46,9%	16,4%	12,6%
Social	2,3%	55,4%	30,0%	6,2%	6,0%	3,2%	39,7%	38,0%	9,2%	9,8%
Administração pública	2,5%	35,7%	48,5%	9,6%	3,7%	1,1%	26,5%	59,7%	6,2%	6,5%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	27,3%	45,7%	13,6%	13,5%	1,6%	23,7%	51,9%	12,8%	9,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

Tabela B30 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Sul (%)

Sul	Horas Trabalhadas									
	1992					1999				
Ramos de atividades	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	16,8%	36,1%	13,5%	6,4%	27,1%	18,1%	41,6%	14,0%	6,0%	20,2%
Indústria de transformação	3,1%	9,9%	62,3%	14,0%	10,8%	3,1%	7,5%	64,1%	18,1%	7,2%
Indústria da construção	8,0%	2,2%	27,0%	22,1%	40,7%	73,9%	26,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	4,1%	16,7%	52,3%	10,2%	16,7%	32,7%	34,6%	32,7%	0,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	4,9%	27,6%	26,6%	11,4%	29,5%	2,9%	44,9%	18,9%	11,2%	22,1%
Prestação de serviços	10,5%	29,5%	20,9%	12,8%	26,4%	11,8%	32,0%	25,4%	10,1%	20,8%
Serviços auxiliares da atividade econômica	5,3%	27,7%	49,6%	0,0%	17,3%	8,2%	39,3%	41,1%	0,0%	11,4%
Transporte e comunicação	2,6%	11,8%	31,4%	21,5%	32,6%	0,0%	24,1%	25,5%	25,5%	24,9%
Social	2,1%	40,4%	44,0%	5,3%	8,2%	4,4%	30,7%	54,4%	4,7%	5,8%
Administração pública	4,2%	15,9%	62,9%	7,8%	9,2%	2,7%	22,2%	55,8%	5,7%	13,6%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	37,8%	26,7%	9,0%	26,5%	0,0%	0,0%	15,4%	41,1%	43,5%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B31 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Centro-Oeste (%)**

Centro-Oeste	Horas Trabalhadas									
	1992					1999				
Ramos de atividades	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	44,9%	25,6%	6,2%	6,0%	17,3%	58,8%	26,1%	5,1%	2,9%	7,1%
Indústria de transformação	17,1%	26,2%	21,1%	15,6%	20,0%	15,0%	32,4%	24,9%	7,8%	19,9%
Indústria da construção	6,6%	13,5%	23,5%	14,5%	41,9%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	0,0%	11,2%	50,2%	12,8%	25,8%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	13,1%	27,2%	16,9%	14,9%	27,9%	12,4%	34,1%	19,9%	20,4%	13,2%
Prestação de serviços	15,0%	31,7%	16,5%	13,9%	22,6%	19,8%	31,2%	17,6%	10,6%	21,0%
Serviços auxiliares da atividade econômica	7,0%	31,1%	35,7%	11,6%	14,6%	0,0%	33,8%	40,6%	0,0%	25,5%
Transporte e comunicação	0,0%	38,3%	25,3%	16,4%	20,0%	0,0%	13,8%	27,6%	35,7%	23,0%
Social	3,6%	55,6%	26,7%	5,4%	8,7%	3,6%	55,7%	31,0%	0,8%	8,9%
Administração pública	3,6%	24,0%	60,0%	7,1%	5,4%	0,0%	29,6%	56,3%	14,1%	0,0%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	24,9%	48,7%	7,8%	18,7%	0,0%	9,7%	54,8%	9,7%	25,8%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

Tabela B32 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Nordeste (%)

Nordeste	Horas trabalhadas														
Ramos de atividades	2002					2009					2012				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	33,3%	51,7%	9,5%	3,1%	2,5%	30,8%	56,3%	7,9%	2,8%	2,2%	36,5%	51,0%	8,7%	2,0%	1,9%
Indústria	0,0%	33,1%	66,9%	0,0%	0,0%	0,0%	50,9%	49,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	69,2%	0,0%	30,8%
Indústria de transformação	12,1%	54,7%	18,3%	7,3%	7,6%	12,2%	53,2%	21,7%	5,1%	7,7%	13,1%	47,8%	23,3%	7,0%	8,7%
Construção	13,0%	23,9%	51,0%	12,1%	0,0%	28,4%	46,2%	0,0%	25,5%	0,0%	0,0%	51,6%	24,2%	24,2%	0,0%
Comércio e reparação	18,3%	45,3%	11,6%	10,8%	14,0%	22,7%	38,4%	18,4%	9,8%	10,7%	16,2%	36,4%	18,2%	12,0%	17,3%
Alojamento e alimentação	11,3%	37,5%	13,0%	9,2%	28,9%	13,0%	27,7%	15,7%	15,2%	28,4%	12,2%	44,4%	15,1%	11,9%	16,5%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	39,7%	40,9%	0,0%	19,5%	33,7%	18,1%	0,0%	48,2%	0,0%	8,6%	44,2%	19,3%	0,0%	27,9%
Administração pública	2,2%	37,9%	52,8%	4,3%	2,8%	0,8%	34,8%	54,3%	6,2%	3,9%	3,0%	47,8%	46,2%	1,1%	2,0%
Educação, saúde e serviços sociais	5,1%	56,9%	31,1%	1,6v	5,3%	3,8%	53,7%	35,3%	1,4v	5,8%	7,1%	52,8%	33,8%	2,6%	3,7%
Serviços domésticos	9,0%	18,5%	21,3%	16,7%	34,6%	14,4%	32,0%	18,4%	17,4%	17,9%	13,9%	38,0%	18,7%	15,5%	13,9%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	31,2%	43,2%	12,0%	1,9%	11,7%	28,6%	47,2%	10,6%	10,5%	3,1%	31,1%	37,7%	13,6%	6,8%	10,9%
Outras atividades	25,9%	47,9%	5,3%	21,0%	0,0%	0,0%	42,4%	40,3%	4,4%	12,9%	7,4%	13,2%	55,5%	6,6%	17,3%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	53,5%	22,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	56,1%	0,0%	0,0%	0,0%	43,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B33 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Sudeste (%)**

Sudeste	Horas trabalhadas														
	2002					2009					2012				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	38,2%	41,1%	11,0%	3,9%	5,7%	39,4%	42,3%	12,1%	3,1%	3,1%	35,0%	39,7%	11,2%	5,8%	8,3%
Indústria	0,0%	33,3%	0,0%	33,3%	33,3%	0,0%	66,6%	33,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%
Indústria de transformação	15,2%	35,7%	27,5%	12,7%	9,0%	6,0%	27,2%	42,9%	15,7%	8,2%	7,4%	28,7%	41,3%	17,8%	4,8%
Construção	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	26,4%	18,8%	14,1%	0,0%	40,8%
Comércio e reparação	6,7%	20,7%	34,1%	17,3%	21,4%	7,1%	21,1%	37,4%	15,6%	18,8%	5,2%	20,3%	32,4%	21,7%	20,4%
Alojamento e alimentação	12,3%	21,4%	20,5%	28,3%	17,5%	3,4%	16,2%	31,4%	21,8%	27,2%	6,2%	27,7%	24,4%	15,5%	26,2%
Transporte, armazenagem e comunicação	14,8%	44,2%	26,2%	14,8%	0,0%	0,0%	14,0%	50,3%	28,8%	6,9%	0,0%	15,2%	56,5%	0,0%	28,3%
Administração pública	0,0%	33,2%	59,3%	7,5%	0,0%	0,0%	22,9%	58,8%	7,4%	10,9%	0,0%	31,8%	66,3%	2,0%	0,0%
Educação, saúde e serviços sociais	4,0%	37,7%	46,6%	2,4%	9,2%	2,0%	41,4%	39,7%	11,7%	5,2%	2,3%	41,2%	41,8%	7,1%	7,6%
Serviços domésticos	12,1%	36,0%	22,9%	13,2%	15,7%	12,3%	35,3%	31,0%	12,0%	9,4%	18,4%	40,3%	24,0%	9,0%	8,3%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,0%	34,7%	26,5%	4,1%	29,7%	16,3%	35,4%	25,6%	12,9%	9,9%	0,0%	45,2%	39,2%	9,4%	6,3%
Outras atividades	2,9%	25,6%	54,1%	14,0%	3,5%	3,4%	28,4%	43,0%	22,6%	2,7%	0,0%	15,2%	82,2%	0,0%	2,6%
Atividades mal definidas ou não declaradas	45,2%	54,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Tabela B34 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Sul (%)

Sul	Horas trabalhadas														
Ramos de atividades	2002					2009					2012				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	23,5%	41,9%	11,5%	5,3%	17,8%	25,8%	41,5%	15,4%	4,9%	12,4%	23,7%	39,3%	14,3%	6,9%	15,7%
Indústria	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	6,6%	17,3%	61,1%	7,9%	7,1%	1,3%	14,2%	56,6%	13,8%	14,2%	4,6%	14,4%	57,3%	14,0%	9,6%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,1%	13,2%	26,9%	20,1%	19,7%
Comércio e reparação	3,5%	29,1%	36,9%	7,3%	23,3%	7,0%	22,0%	29,4%	20,0%	21,7%	6,4%	15,2%	42,8%	13,8%	21,8%
Alojamento e alimentação	15,0%	23,3%	8,8%	11,7%	41,3%	2,3%	29,8%	25,7%	13,6%	28,6%	6,7%	20,4%	19,2%	25,8%	27,8%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,2%	43,3%	31,0%	15,5%	0,0%	0,0%	68,3%	15,7%	16,0%
Administração pública	9,0%	26,4%	64,6%	0,0%	0,0%	0,0%	16,2%	78,6%	1,4%	3,8%	0,0%	22,4%	66,3%	0,0%	11,3%
Educação, saúde e serviços sociais	2,1%	28,6%	49,8%	4,1%	15,4%	1,3%	26,2%	62,0%	2,2%	8,4%	0,4%	34,4%	53,6%	4,1%	7,4%
Serviços domésticos	13,6%	26,1%	28,4%	14,8%	17,2%	13,5%	43,4%	22,0%	11,2%	9,9%	18,9%	40,6%	20,3%	7,8%	12,4%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0%	22,7%	29,8%	12,5%	35,0%	2,2%	27,0%	42,9%	15,9%	12,0%	8,6%	31,6%	26,4%	19,4%	14,1%
Outras atividades	0,0%	29,3%	67,6%	3,1%	0,0%	0,0%	1,5%	67,1%	11,4%	10,0%	4,0%	36,9%	44,7%	6,6%	7,8%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B35 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Centro-Oeste (%)**

Centro-Oeste	Horas trabalhadas														
Ramos de atividades	2002					2009					2012				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	52,7%	26,1%	10,2%	3,0%	7,9%	54,4%	35,2%	5,3%	1,4%	3,8%	36,0%	41,5%	13,5%	2,6%	6,3%
Indústria	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	24,5%	54,7%	5,6%	7,1%	8,2%	16,6%	37,5%	29,6%	8,1%	8,2%	20,7%	31,4%	36,6%	6,9%	4,5%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,2%	58,8%	24,1%	0,0%
Comércio e reparação	26,7%	34,7%	8,2%	12,8%	17,6%	8,5%	16,7%	40,3%	16,6%	17,9%	8,4%	17,8%	32,9%	22,2%	18,8%
Alojamento e alimentação	4,5%	22,8%	11,8%	9,1%	51,8%	0,0%	26,5%	19,7%	16,4%	37,4%	0,0%	28,3%	51,1%	5,3%	15,2%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	28,5%	43,0%	0,0%	28,5%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,6%	32,8%	33,6%	0,0%
Administração pública	0,0%	42,7%	51,5%	5,8%	0,0%	0,0%	37,6%	51,2%	0,0%	11,2%	16,5%	25,2%	41,6%	8,3%	8,4%
Educação, saúde e serviços sociais	4,5%	34,4%	48,8%	4,5%	6,1%	4,2%	37,2%	49,7%	5,3%	3,6%	3,7%	50,4%	44,0%	0,0%	1,8%
Serviços domésticos	19,8%	35,4%	18,0%	10,7%	16,1%	22,6%	40,5%	17,8%	8,2%	11,1%	24,5%	24,2%	29,7%	11,0%	10,6%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	34,5%	14,6%	17,0%	19,8%	14,1%	25,0%	42,2%	21,6%	11,2%	0,0%	31,1%	55,8%	6,5%	0,0%	6,5%
Outras atividades	9,0%	30,4%	30,3%	20,8%	9,5%	0,0%	12,3%	35,4%	43,9%	8,5%	10,7%	14,8%	56,6%	0,0%	18,0%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

Tabela B36 – Horas trabalhadas para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Norte (%)

NORTE	Horas trabalhadas									
	2009					2012				
Ramos de atividades	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	37,7%	44,7%	10,3%	3,6%	3,6%	44,5%	43,6%	8,6%	1,2%	2,2%
Indústria	0,0%	0,0%	0,0%	44,2%	55,8%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	12,6%	64,1%	18,2%	2,8%	2,4%	14,4%	58,7%	13,9%	3,9%	9,2%
Construção	4,9%	8,8%	8,8%	57,3%	20,4%	0,0%	42,2%	57,8%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	14,5%	26,3%	21,6%	16,9%	20,7%	20,3%	34,4%	23,3%	9,1%	12,9%
Alojamento e alimentação	3,7%	24,4%	23,1%	14,8%	34,1%	10,1%	36,5%	21,0%	12,4%	20,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	30,3%	19,5%	25,1%	25,1%	0,0%	20,0%	62,5%	11,5%	6,0%
Administração pública	0,0%	34,2%	55,3%	5,5%	5,1%	0,0%	54,3%	39,0%	0,0%	6,7%
Educação, saúde e serviços sociais	0,7%	52,8%	39,4%	2,4%	4,7%	2,2%	54,2%	36,6%	2,6%	4,4%
Serviços domésticos	6,2%	33,8%	28,2%	16,8%	15,0%	14,7%	39,6%	18,7%	12,0%	15,1%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,7%	24,2%	40,2%	25,6%	5,3%	26,9%	56,4%	0,0%	16,7%	0,0%
Outras atividades	0,0%	22,6%	74,0%	0,0%	3,5%	0,0%	33,2%	44,4%	6,9%	15,6%
Atividades mal definidas ou não declaradas	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

**Tabela B37– Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Nordeste (%)**

NORDESTE	Afazeres domésticos			
	1992		1999	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Ramos de atividades				
Agrícola	93,5%	6,5%	97,8%	2,3%
Indústria de transformação	94,8%	5,2%	94,4%	5,6%
Indústria da construção	86,2%	13,8%	96,6%	3,4%
Outras atividades industriais	89,7%	10,3%	95,7%	4,3%
Comércio de mercadorias	96,0%	4,0%	93,6%	6,4%
Prestação de serviços	75,4%	24,6%	94,3%	5,7%
Serviços auxiliares da atividade econômica	98,0%	2,0%	91,3%	8,7%
Transporte e comunicação	100,0%	0,0%	86,0%	14,0%
Social	94,2%	5,8%	93,2%	6,8%
Administração pública	97,0%	3,0%	91,5%	8,5%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	84,5%	15,5%	88,1%	11,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

\*Não houve resultados para o ano de 1992.

**Tabela B38– Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Sudeste (%)**

SUDESTE	Afazeres domésticos			
	1992		1999	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Ramos de atividades				
Agrícola	97,1%	2,9%	98,8%	1,2%
Indústria de transformação	96,4%	3,6%	91,2%	8,8%
Indústria da construção	49,9%	50,1%	90,1%	9,9%
Outras atividades industriais	100,0%	0,0%	88,6%	11,4%
Comércio de mercadorias	88,2%	11,8%	89,0%	11,0%
Prestação de serviços	90,7%	9,3%	94,3%	5,7%
Serviços auxiliares da atividade econômica	100,0%	0,0%	83,7%	16,3%
Transporte e comunicação	90,0%	10,0%	86,3%	13,7%
Social	96,4%	3,6%	91,1%	8,9%
Administração pública	90,4%	9,6%	87,6%	12,4%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	100,0	0,0%	80,0%	20,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

\*Não houve resultados para o ano de 1992.

**Tabela B39 – Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Sul (%)**

SUL	Afazeres domésticos			
	1992		1999	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Ramos de atividades				
Agrícola	96,0%	4,0%	99,0%	1,0%
Indústria de transformação	94,3%	5,7%	96,5%	3,5%
Indústria da construção	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Outras atividades industriais	91,7%	8,3%	100,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	87,8%	12,2%	95,6%	4,4%
Prestação de serviços	83,4%	16,6%	93,8%	6,2%
Serviços auxiliares da atividade econômica	0,0%	100,0%	91,8%	8,2%
Transporte e comunicação	94,7%	5,3%	100,0%	0,0%
Social	83,3%	16,7%	97,2%	2,8%
Administração pública	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	95,0%	5,0%	100,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

\*Não houve resultados para o ano de 1992.

**Tabela B40 – Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 1992 e 1999, no Centro-Oeste (%)**

CENTRO-OESTE	Afazeres domésticos			
	1992		1999	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Ramos de atividades				
Agrícola	98,0%	2,0%	98,9%	1,1%
Indústria de transformação	97,5%	2,5%	91,0%	9,0%
Indústria da construção	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Outras atividades industriais	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	91,1%	8,9%	97,4%	2,6%
Prestação de serviços	91,4%	8,6%	97,0%	3,0%
Serviços auxiliares da atividade econômica	74,8%	25,2%	80,9%	19,1%
Transporte e comunicação	0,0%	0,0%	58,6%	41,4%
Social	88,6%	11,4%	95,3%	4,8%
Administração pública	100,0%	0,0%	90,5%	9,5%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	100,0%	0,0%	90,4%	9,6%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

\*Não houve resultados para o ano de 1992.

**Tabela B41 – Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Nordeste (%)**

NORDESTE	Afazeres domésticos			
----------	---------------------	--	--	--

Ramos de atividades	2002		2009		2012	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Agrícola	98,3%	1,7%	96,8%	3,2%	97,0%	3,0%
Indústria	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Indústria de transformação	97,6%	2,4%	95,8%	4,2%	94,6%	5,5%
Construção	88,0%	12,1%	100,0%	0,0%	75,8%	24,2%
Comércio e reparação	95,5%	4,5%	95,1%	5,0%	90,0%	10,0%
Alojamento e alimentação	95,4%	4,7%	90,3%	9,7%	93,0%	7,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	91,4%	8,6%
Administração pública	96,1%	4,0%	92,9%	7,1%	92,3%	7,7%
Educação, saúde e serviços sociais	97,7%	2,3%	95,2%	4,8%	94,0%	6,0%
Serviços domésticos	75,2%	24,8%	89,0%	11,0%	84,3%	15,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	98,0%	2,0%	88,9%	11,1%	95,2%	4,8%
Outras atividades	94,7%	5,3%	91,6%	8,4%	84,4%	15,7%
Atividades mal definidas ou não declaradas	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B42 – Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Sudeste (%)**

SUDESTE Ramos de atividades	Afazeres domésticos					
	2002		2009		2012	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Agrícola	97,1%	2,9%	95,8%	4,2%	98,6%	1,4%
Indústria	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Indústria de transformação	93,2%	6,8%	91,7%	8,3%	89,1%	10,9%
Construção	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	81,2%	18,8%
Comércio e reparação	91,3%	8,7%	84,0%	16,0%	90,7%	9,3%
Alojamento e alimentação	90,5%	9,5%	96,6%	3,4%	81,9%	18,1%
Transporte, armazenagem e comunicação	73,8%	26,2%	75,3%	24,7%	84,8%	15,2%
Administração pública	95,9%	4,1%	76,9%	23,2%	93,9%	6,1%
Educação, saúde e serviços sociais	93,7%	6,3%	93,4%	6,6%	93,9%	6,1%
Serviços domésticos	87,7%	12,3%	92,5%	7,5%	94,8%	5,2%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	92,5%	7,5%	97,5%	2,5%	96,9%	3,2%
Outras atividades	83,2%	16,8%	86,3%	13,7%	80,5%	19,5%
Atividades mal definidas ou não declaradas	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B43 – Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Sul (%)**

SUL	Afazeres domésticos					
-----	---------------------	--	--	--	--	--

Ramos de atividades	2002		2009		2012	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Agrícola	98,9%	1,1%	98,3%	1,7%	98,4%	1,6%
Indústria	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Indústria de transformação	95,8%	4,2%	96,7%	3,3%	93,9%	6,1%
Construção	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Comércio e reparação	85,1%	14,9%	87,7%	12,3%	90,1%	9,9%
Alojamento e alimentação	100,0%	0,0%	95,3%	4,7%	97,1%	2,9%
Transporte, armazenagem e comunicação	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	84,3%	15,7%
Administração pública	92,4%	7,7%	100,0%	0,0%	95,0%	5,0%
Educação, saúde e serviços sociais	95,8%	4,2%	97,2%	2,8%	91,4%	8,6%
Serviços domésticos	90,5%	9,5%	92,5%	7,5%	96,6%	3,4%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	82,5%	17,6%	86,1%	13,9%	100,0%	0,0%
Outras atividades	76,5%	23,5%	95,0%	5,0%	85,6%	14,5%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B44 – Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Centro-Oeste (%)**

Ramos de atividades	Afazeres domésticos					
	2002		2009		2012	
	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Agrícola	99,1%	0,9%	96,4%	3,6%	98,5%	1,5%
Indústria	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	98,3%	1,7%	92,0%	8,0%	84,1%	15,9%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Comércio e reparação	97,8%	2,2%	79,8%	20,2%	84,4%	15,6%
Alojamento e alimentação	85,9%	14,1%	96,2%	3,8%	94,7%	5,3%
Transporte, armazenagem e comunicação	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%	100,0%	0,0%
Administração pública	83,0%	17,0%	86,9%	13,2%	100,0%	0,0%
Educação, saúde e serviços sociais	93,2%	6,8%	92,4%	7,6%	96,3%	3,7%
Serviços domésticos	90,4%	9,6%	94,8%	5,2%	94,3%	5,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	100,0%	0,0%	93,1%	6,9%	93,5%	6,5%
Outras atividades	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	89,4%	10,6%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B45 – Afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Norte (%)**

NORTE		
Ramos de atividades	2009	2012

	FAZ	NÃO FAZ	FAZ	NÃO FAZ
Agrícola	96,3%	3,7%	97,0%	3,0%
Indústria	100,0%	0,0%	81,0%	19,0%
Indústria de transformação	94,3%	5,7%	97,2%	2,8%
Construção	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Comércio e reparação	90,8%	9,2%	92,2%	7,8%
Alojamento e alimentação	90,7%	9,3%	96,5%	3,5%
Transporte, armazenagem e comunicação	82,7%	17,3%	94,0%	6,0%
Administração pública	95,5%	4,5%	98,1%	2,0%
Educação, saúde e serviços sociais	95,1%	4,9%	92,1%	7,9%
Serviços domésticos	82,8%	17,2%	87,0%	13,0%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	92,8%	7,3%	100,0%	0,0%
Outras atividades	95,2%	4,8%	96,4%	3,6%
Atividades mal definidas ou não declaradas	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para a região do Norte antes de 2004, somente após este período.

Tabela B46– Horas gastas nos afazeres domésticos para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Nordeste (%)

Nordeste	Horas gastas nos afazeres domésticos														
	2002					2009					2012				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	20,8%	52,3%	10,3%	2,6%	14,0%	14,0%	59,7%	11,2%	3,6%	11,5%	14,7%	61,5%	12,2%	2,6%	9,1%
Indústria	66,3%	33,8%	0,0%	0,0%	0,0%	49,2%	50,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	29,8%	56,5%	6,4%	1,7%	5,5%	20,6%	61,0%	5,2%	5,4%	7,8%	31,3%	60,5%	5,6%	0,6%	2,1%
Construção	44,3%	55,7%	0,0%	0,0%	0,0%	25,5%	74,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	27,2%	51,0%	10,9%	2,7%	8,2%	24,2%	56,0%	8,8%	2,6%	8,5%	25,9%	58,2%	10,3%	1,0%	4,7%
Alojamento e alimentação	26,1%	62,1%	5,9%	2,0%	4,0%	23,3%	64,0%	6,9%	1,2%	4,6%	36,9%	50,5%	5,8%	2,3%	4,5%
Transporte, armazenagem e comunicação	52,3%	47,7%	0,0%	0,0%	0,0%	31,1%	51,8%	0,0%	0,0%	17,1%	42,1%	57,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Administração pública	27,0%	56,0%	6,6%	5,0%	5,4%	15,7%	72,5%	5,1%	4,1%	2,6%	26,2%	61,2%	9,3%	0,0%	3,3%
Educação, saúde e serviços sociais	21,7%	60,6%	8,9%	3,7%	5,3%	20,2%	65,5%	7,2%	3,3%	3,8%	23,3%	68,3%	4,9%	1,4%	2,2%
Serviços domésticos	42,4%	40,3%	10,4%	0,4%	6,5%	34,8%	51,7%	5,1%	3,2%	5,2%	41,2%	48,2%	5,2%	0,6%	4,8%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	15,0%	66,8%	7,6%	2,0%	8,6%	12,6%	77,0%	0,0%	1,7%	8,7%	20,1%	57,8%	8,8%	1,4%	11,8%
Outras atividades	5,6%	52,9%	41,6%	0,0%	0,0%	33,5%	52,6%	4,4%	4,5%	5,0%	35,4%	50,2%	14,4%	0,0%	0,0%
Atividades mal definidas ou não declaradas	53,5%	46,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para esta variável para os anos de 1992 e 1999, a partir de 2001 que foi incluída.

**Tabela B47 – Horas gastas nos afazeres para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Sudeste (%)**

Sudeste	Horas gastas nos afazeres domésticos														
	2002					2009					2012				
	Ramos de atividades	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48
Agrícola	13,8%	54,3%	13,7%	4,0%	14,2%	15,0%	64,6%	10,0%	2,9%	7,6%	15,0%	62,7%	10,8%	2,7%	8,8%
Indústria	33,3%	33,3%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	26,8%	53,0%	8,6%	2,2%	9,4%	31,7%	53,1%	9,6%	1,5%	4,1%	27,7%	61,3%	6,6%	2,2%	2,2%
Construção	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,2%	49,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	33,8%	50,5%	10,1%	3,3%	2,3%	29,4%	63,8%	3,4%	0,0%	3,5%	30,1%	61,3%	4,3%	0,0%	4,3%
Alojamento e alimentação	35,1%	46,4%	11,3%	0,0%	7,2%	37,6%	49,8%	3,3%	5,6%	3,6%	22,5%	59,9%	15,4%	2,3%	0,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0%	40,1%	0,0%	0,0%	59,9%	24,0%	76,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,9%	64,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Administração pública	32,8%	50,8%	6,4%	10,0%	0,0%	48,3%	48,7%	3,0%	0,0%	0,0%	24,4%	67,2%	2,1%	2,1%	4,2%
Educação, saúde e serviços sociais	22,4%	62,8%	4,4%	2,8%	7,6%	23,1%	62,9%	10,5%	0,5%	3,0%	25,0%	66,1%	5,8%	0,8%	2,3%
Serviços domésticos	24,9%	49,9%	12,3%	2,6%	10,3%	22,2%	59,0%	10,6%	1,1%	7,1%	22,4%	55,6%	11,8v	1,6%	8,6%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	28,5%	50,1%	21,4%	0,0%	0,0%	9,2%	78,3%	6,8%	2,5%	3,2%	46,4%	53,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades	65,8%	28,0%	0,0%	0,0%	6,2%	31,0%	57,8%	6,2%	2,0%	3,1%	69,6%	25,3%	5,1%	0,0%	0,0%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	54,8%	45,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para esta variável para os anos de 1992 e 1999, a partir de 2001 que foi incluída.

**Tabela B48 – Horas gastas nos afazeres para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Sul (%)**

Sul	Horas gastas nos afazeres domésticos														
	2002					2009					2012				
Ramos de atividades	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	21,6%	61,1%	8,4%	2,4%	6,7%	19,4%	66,0%	7,8%	2,0%	4,8%	19,4%	66,9%	6,6%	2,1%	5,0%
Indústria	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	33,2%	53,5%	7,2%	0,8%	5,3%	29,6%	65,4%	2,0%	2,3%	0,8%	40,5%	51,6%	4,1%	0,0%	3,9%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	19,7%	73,6%	6,8%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	42,1%	43,2%	6,8%	1,2%	6,7%	41,0%	53,3%	2,5%	0,0%	3,2%	47,1%	46,6%	2,7%	1,4%	2,2%
Alojamento e alimentação	36,7%	48,5%	6,8%	0,0%	8,1%	36,6%	54,9%	0,0%	0,0%	8,6%	16,8%	71,4%	11,8%	0,0%	0,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,6%	20,4%	0,0%	0,0%	0,0%	81,0%	19,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Administração pública	30,0%	60,2%	0,0%	0,0%	9,8%	34,9%	62,8%	2,4%	0,0%	0,0%	19,6%	76,4%	4,0%	0,0%	0,0%
Educação, saúde e serviços sociais	34,8%	51,3%	5,5%	2,2%	6,2%	34,5%	59,3%	5,3%	0,9%	0,0%	45,2%	48,8%	4,5%	0,8%	0,8%
Serviços domésticos	32,6%	50,6%	10,5%	0,3%	6,1%	25,0%	58,4%	11,4%	1,6%	3,6%	22,1%	64,8%	7,9%	2,3%	3,0%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	36,0%	51,4%	6,4%	0,0%	6,2%	47,2%	43,4%	9,4%	0,0%	0,0%	36,7%	58,0%	0,0%	0,0%	5,3%
Outras atividades	31,6%	68,4%	0,0%	0,0%	0,0%	67,7%	27,0%	1,9%	0,0%	3,4%	44,4%	44,9%	3,1%	0,0%	7,7%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para esta variável para os anos de 1992 e 1999, a partir de 2001 que foi incluída.

Tabela B49 – Horas gastas nos afazeres para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Centro-Oeste (%)

Centro-Oeste Ramos de atividades	Horas gastas nos afazeres domésticos														
	2002					2009					2012				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Agrícola	25,3%	50,3%	11,2%	2,4%	10,8%	11,7%	65,4%	8,9%	1,8%	12,1%	14,0%	61,3%	10,8%	1,7%	12,3%
Indústria	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	8,5%	74,9%	5,5%	0,0%	11,1%	17,5%	71,8%	2,0%	0,0%	8,7%	13,6%	60,9%	10,0%	2,7%	12,9%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,2%	82,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	28,9%	53,2%	7,0%	4,8%	6,1%	39,3%	51,0%	4,1%	0,0%	5,7%	22,6%	70,0%	0,0%	3,7%	3,7%
Alojamento e alimentação	37,6%	35,0%	16,9%	0,0%	10,6%	20,5%	58,5%	4,5%	5,0%	11,4%	40,1%	54,3%	5,6%	0,0%	0,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	66,4%	33,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Administração pública	27,4%	51,8%	7,0%	0,0%	13,9%	31,0%	54,6%	7,6%	0,0%	6,9%	24,9%	50,1%	16,7%	0,0%	8,3%
Educação, saúde e serviços sociais	38,4%	54,2%	7,4%	0,0%	0,0%	26,8%	59,2%	4,9%	0,0%	9,1%	20,8%	71,5%	5,8%	0,0%	2,0%
Serviços domésticos	26,3%	55,7%	7,2%	3,3%	7,5%	21,1%	63,6%	6,3%	2,3%	6,8%	21,6%	56,5%	8,9%	3,0%	10,0%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	11,3%	74,6%	14,1%	0,0%	0,0%	21,3%	60,1%	18,5%	0,0%	0,0%	7,0%	54,9%	17,0%	7,0%	14,1%
Outras atividades	54,7%	39,4%	0,0%	0,0%	6,0%	29,3%	70,7%	0,0%	0,0%	0,0%	23,5%	64,6%	11,9%	0,0%	0,0%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2002, 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para esta variável para os anos de 1992 e 1999, a partir de 2001 que foi incluída.

Tabela B50 – Horas gastas nos afazeres para os ramos de atividade para os anos de 2002, 2009 e 2012, no Norte (%)

Norte Ramos de atividades	2009					2012				
	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
	Agrícola	23,5%	63,0%	6,2%	1,7%	5,6%	16,4%	65,4%	10,0%	1,4%
Indústria	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	23,2%	69,5%	6,1%	0,0%	1,1%	27,0%	66,3%	4,9%	0,0%	1,8%
Construção	15,3%	62,0%	17,8%	0,0%	4,9%	46,3%	53,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	30,5%	63,7%	3,0%	1,8%	1,1%	28,3%	66,4%	1,4%	2,0%	2,0%
Alojamento e alimentação	45,8%	48,0%	0,9%	1,9%	3,4%	32,1%	57,0%	7,3%	0,0%	3,7%
Transporte, armazenagem e comunicação	51,8%	45,5%	0,0%	0,0%	2,7%	39,3%	48,5%	12,2%	0,0%	0,0%
Administração pública	26,0%	67,3%	4,2%	0,0%	2,5%	17,6%	79,0%	3,4%	0,0%	0,0%
Educação, saúde e serviços sociais	31,9%	66,4%	0,6%	0,5%	0,6%	27,2%	65,4%	4,9%	1,4%	1,1%
Serviços domésticos	35,8%	54,2%	4,7%	0,0%	5,3%	33,8%	55,1%	6,4%	2,1%	2,6%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	41,3%	43,2%	0,0%	5,1%	10,4%	37,3%	48,8%	8,0%	2,1%	3,7%
Outras atividades	5,0%	95,0%	0,0%	0,0%	0,0%	40,9%	42,0%	13,4%	0,0%	3,8%
Atividades mal definidas ou não declaradas	27,8%	72,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados das PNADs 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para esta variável para os anos de 1992 e 1999, a partir de 2001 que foi incluída, e no Norte somente a partir de 2004.

**Tabela B51 – O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 1992 e 1999, no Nordeste (%)**

Nordeste	Tipo de família					
	1992			1999		
Ramos de atividades	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Agrícola	83,4%	11,0%	5,6%	82,5%	12,6%	4,9%
Indústria de transformação	82,6%	12,9%	4,6%	70,7%	23,7%	5,5%
Indústria da construção	78,9%	16,5%	4,6%	77,1%	19,9%	2,9%
Outras atividades industriais	81,0%	16,5%	2,5%	65,3%	29,3%	5,4%
Comércio de mercadorias	81,5%	14,1%	4,4%	72,2%	21,3%	6,5%
Prestação de serviços	74,5%	20,4%	5,2%	62,2%	30,2%	7,6%
Serviços auxiliares da atividade econômica	69,7%	25,5%	4,8%	63,7%	28,8%	7,5%
Transporte e comunicação	82,5%	14,4%	3,1%	64,2%	27,1%	8,7%
Social	81,2%	14,3%	4,5%	69,4%	23,4%	7,2%
Administração pública	78,0%	17,1%	4,9%	69,3%	22,8%	8,0%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	61,3%	27,5%	11,2%	54,7%	34,1%	11,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B52 – O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 1992 e 1999, no Sudeste (%)**

Sudeste	Tipo de família					
	1992			1999		
Ramos de atividades	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Agrícola	85,8%	8,6%	5,6%	80,7%	14,2%	5,1%
Indústria de transformação	83,2%	12,2%	4,6%	69,7%	24,1%	6,2%
Indústria da construção	81,7%	9,3%	9,0%	70,2%	22,2%	7,6%
Outras atividades industriais	85,9%	10,7%	3,4%	64,9%	27,5%	7,7%
Comércio de mercadorias	82,0%	14,3%	3,7%	70,5%	22,0%	7,5%
Prestação de serviços	79,0%	16,7%	4,3%	64,5%	27,2%	8,3%
Serviços auxiliares da atividade econômica	80,9%	14,1%	5,0%	68,0%	22,3%	9,7%
Transporte e comunicação	82,3%	17,7%	0,0%	63,6%	27,1%	9,3%
Social	80,2%	16,3%	3,6%	69,3%	21,9%	8,8%
Administração pública	87,9%	8,2%	3,8%	64,9%	25,3%	9,8%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	73,4%	18,4%	8,3%	64,0%	22,7%	13,4%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B53 – O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 1992 e 1999, no Sul (%)**

Sul	Tipo de família					
	1992			1999		
	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Ramos de atividades						
Agrícola	89,3%	6,8%	4,0%	88,6%	7,9%	3,5%
Indústria de transformação	85,4%	11,2%	3,4%	89,9%	7,8%	2,3%
Indústria da construção	83,4%	6,5%	10,1%	100,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	91,7%	0,0%	8,3%	100,0%	0,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	90,3%	7,8%	1,9%	91,0%	9,0%	0,0%
Prestação de serviços	79,7%	14,8%	5,5%	80,8%	13,7%	5,6%
Serviços auxiliares da atividade econômica	74,1%	13,4%	12,5%	85,3%	2,9%	11,8%
Transporte e comunicação	96,3%	2,7%	1,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Social	86,5%	9,6%	3,9%	84,3%	13,1%	2,6%
Administração pública	86,9%	9,8%	3,3%	78,9%	15,3%	5,7%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	88,3%	4,3%	7,4%	100,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B54 – O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 1992 e 1999, no Centro-Oeste (%)**

Centro-Oeste	Tipo de família					
	1992			1999		
	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Ramos de atividades						
Agrícola	90,6%	5,5%	3,9%	91,1%	6,0%	2,8%
Indústria de transformação	90,0%	6,8%	3,5%	91,0%	2,9%	6,0%
Indústria da construção	95,2%	3,0%	1,8%	100,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	62,4%	28,5%	12,8%	100,0%	0,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	86,9%	9,6%	3,9%	90,9%	6,5%	2,6%
Prestação de serviços	79,0%	16,7%	5,2%	79,9%	16,3%	3,8%
Serviços auxiliares da atividade econômica	74,7%	24,0%	1,7%	65,7%	34,3%	0,0%
Transporte e comunicação	72,2%	27,8%	0,0%	58,6%	41,4%	0,0%
Social	79,6%	15,9%	5,4%	77,4%	19,0%	3,6%
Administração pública	75,9%	21,1%	3,8%	75,4%	18,5%	6,2%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	63,4%	23,9%	16,7%	64,5%	19,4%	16,2%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNAD 1992 e 1999.

**Tabela B55 –O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 2002, 2009 e 2012 no Nordeste (%)**

Nordeste	Tipos de Família								
	2002			2009			2012		
	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Ramos de Atividades									
Agrícola	84,1%	11,4%	4,5%	82,0%	13,1%	4,9%	80,8%	13,8%	5,4%
Indústria	66,2%	0,0%	33,8%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	76,7%	19,4%	3,8%	82,9%	12,6%	4,5%	71,4%	18,9%	9,7%
Construção	63,3%	23,7%	13,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	83,3%	13,3%	3,3%	82,5%	11,4%	6,0%	80,2%	15,9%	3,9%
Alojamento e alimentação	84,3%	13,8%	1,9%	70,0%	20,0%	10,0%	70,3%	24,4%	5,3%
Transporte, armazenagem e comunicação	47,3%	0,0%	52,7%	81,9%	18,1%	0,0%	17,3%	82,7%	0,0%
Administração pública	87,3%	8,6%	4,1%	80,4%	13,3%	6,3%	86,7%	10,1%	3,3%
Educação, saúde e serviços sociais	86,0%	10,3%	3,7%	82,8%	13,9%	3,4%	78,9%	18,1%	3,0%
Serviços domésticos	73,2%	22,4%	4,3%	70,8%	23,7%	5,5%	68,1%	25,9%	6,0%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	81,6%	14,5%	3,9%	87,5%	12,5%	0,0%	77,5%	17,8%	4,7%
Outras atividades	100,0%	0,0%	0,0%	92,2%	6,0%	1,8%	85,8%	14,2%	0,0%
Atividades mal definidas ou não declaradas	50,7%	49,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	56,1%	0,0%	43,9%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B56 – O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 2002, 2009 e 2012 no Sudeste (%)**

Sudeste	Tipos de Família								
	2002			2009			2012		
	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Ramos de Atividades									
Agrícola	83,4%	11,8%	4,7%	81,5%	11,6%	6,9%	85,6%	8,2%	6,2%
Indústria	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%
Indústria de transformação	78,7%	17,5%	3,7%	83,1%	12,5%	4,4%	90,0%	8,4%	1,6%
Construção	100,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	81,2%	18,8%	0,0%	77,7%	17,7%	4,6%	84,6%	10,7%	4,7%
Alojamento e alimentação	69,6%	21,8%	8,6%	60,9%	28,1%	11,1%	83,3%	9,9%	6,8%
Transporte, armazenagem e comunicação	100,0%	0,0%	0,0%	64,3%	35,7%	0,0%	74,0%	26,0%	0,0%
Administração pública	100,0%	0,0%	0,0%	80,1%	15,4%	4,5%	89,2%	10,8%	0,0%
Educação, saúde e serviços sociais	84,1%	14,5%	1,4%	75,1%	20,2%	4,7%	87,8%	11,0%	1,2%
Serviços domésticos	74,5%	20,0%	5,5%	80,3%	13,1%	6,5%	75,2%	20,7%	4,1%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	72,7%	19,9%	7,4%	77,1%	19,8%	3,2%	68,9%	26,6%	4,4%
Outras atividades	74,5%	15,3%	10,2%	67,7%	25,5%	6,8%	57,5%	38,4%	4,1%
Atividades mal definidas ou não declaradas	45,2%	0,0%	54,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B57 – O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 2002, 2009 e 2012 no Sul (%)**

Sul	Tipos de Família								
	2002			2009			2012		
Ramos de Atividades	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Agrícola	88,8%	6,2%	5,0%	87,2%	6,8%	6,0%	87,2%	6,3%	6,5%
Indústria	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	84,8%	11,9%	3,3%	90,0%	9,0%	0,9%	81,8%	13,7%	4,5%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	85,5%	8,9%	5,6%	77,9%	16,8%	5,3%	91,1%	8,5%	0,4%
Alojamento e alimentação	85,3%	9,8%	4,9%	77,5%	14,3%	8,2%	94,2%	5,8%	0,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	100,0%	0,0%	0,0%	68,4%	25,7%	5,9%	84,0%	16,0%	0,0%
Administração pública	88,9%	11,1%	0,0%	75,2%	10,3%	14,5%	92,5%	3,7%	3,8%
Educação, saúde e serviços sociais	88,8%	7,6%	3,6%	87,7%	9,6%	2,7%	81,0%	14,5%	4,4%
Serviços domésticos	74,0%	20,9%	5,1%	82,4%	14,3%	3,3%	81,1%	15,6%	3,3%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	73,5%	5,3%	21,2%	55,1%	24,6%	20,3%	84,2%	12,3%	3,5%
Outras atividades	73,2%	15,0%	11,8%	70,4%	19,8%	9,8%	80,3%	17,1%	2,6%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B58 – O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 2002, 2009 e 2012 no Centro-Oeste (%)**

Centro-Oeste	Tipos de Família								
	2002			2009			2012		
	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Ramos de Atividades									
Agrícola	87,6%	6,8%	5,6%	86,3%	7,3%	6,4%	90,9%	4,2%	4,9%
Indústria	100,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	91,7%	5,5%	2,8%	81,3%	14,0%	4,6%	87,0%	6,2%	6,8%
Construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Comércio e reparação	85,6%	13,0%	1,5%	73,6%	16,9%	9,5%	81,9%	18,1%	0,0%
Alojamento e alimentação	74,6%	25,4%	0,0%	68,7%	22,7%	8,7%	87,0%	13,0%	0,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	66,4%	33,6%	0,0%
Administração pública	79,8%	20,2%	0,0%	75,6%	17,8%	6,6%	100,0%	0,0%	0,0%
Educação, saúde e serviços sociais	77,4%	8,5%	14,1%	84,9%	11,1%	4,0%	79,4%	13,2%	7,5%
Serviços domésticos	78,7%	14,2%	7,1%	84,2%	11,5%	4,4%	92,1%	7,0%	0,9%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	85,4%	0,0%	14,6%	87,1%	12,9%	0,0%	73,7%	26,3%	0,0%
Outras atividades	48,3%	23,8%	27,9%	58,5%	29,2%	12,3%	92,6%	0,0%	7,4%
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNADs 2002, 2009 e 2012.

**Tabela B59 – O tipo de família para as mulheres ocupadas no meio rural para os ramos de atividades nos anos de 2002, 2009 e 2012 no Norte (%)**

Norte	Tipos de Família					
	2009			2012		
	Casadas	Mães	Outros tipos	Casadas	Mães	Outros tipos
Ramos de Atividades						
Agrícola	87,3%	7,6%	5,1%	87,3%	8,5%	4,3%
Indústria	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	82,6%	13,9%	3,5%	86,8%	12,4%	0,8%
Construção	60,5%	39,5%	0,0%	57,8%	25,4%	16,8%
Comércio e reparação	82,9%	13,6%	3,5%	83,0%	12,9%	4,1%
Alojamento e alimentação	55,3%	23,0%	21,8%	81,8%	11,3%	7,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	87,5%	0,0%	12,5%	71,5%	28,5%	0,0%
Administração pública	80,9%	12,1%	7,0%	85,6%	14,4%	0,0%
Educação, saúde e serviços sociais	88,1%	8,3%	3,6%	88,9%	8,5%	2,7%
Serviços domésticos	74,0%	20,5%	5,4%	72,3%	21,6%	6,1%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	64,5%	16,3%	19,3%	77,8%	13,0%	9,2%
Outras atividades	69,8%	4,7%	25,4%	95,4%	0,0%	4,6%
Atividades mal definidas ou não declaradas	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da PNADs 2009 e 2012.

\*Não havia pesquisa para a região Norte antes de 2004, somente após este período.